

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

MARIA EMÍLIA DUARTE SOARES

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO NO
PAÍS TEMEROSO: UM DEBATE ABERTO**

UBERLÂNDIA

2018

MARIA EMÍLIA DUARTE SOARES

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO NO
PAÍS TEMEROSO: UM DEBATE ABERTO**

Relatório técnico científico apresentado junto a produto para defesa de mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Linha de Pesquisa: Tecnologias e Interfaces da Comunicação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Cristina Omena dos Santos.

UBERLÂNDIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- S676p
2018
- Soares, Maria Emília Duarte, 1990-
As políticas públicas para a empresa Brasil de comunicação no país
temeroso : um debate aberto / Maria Emília Duarte Soares. - 2018.
116 f. : il.
- Orientadora: Adriana Cristina Omena dos Santos.
Relatório (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação
e Educação.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.522>
Inclui bibliografia.
1. Educação - Teses. 2. Processos (Impedimentos) - Teses. 3.
Empresas brasileiras - Políticas Públicas - Teses. 4. Comunicação
audiovisual - Teses. I. Santos, Adriana Cristina Omena dos. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Tecnologias, Comunicação e Educação. III. Título.

CDU: 37

BANCA EXAMINADORA



Prof(a). Dr(a). Adriana Cristina Omena dos Santos
Universidade Federal de Uberlândia - UFU



Prof(a). Dr(a). Marcelo Marques Araújo
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Participação por meio de webconferência

Prof(a). Dr(a). Fernando Oliveira Paulino
Universidade de Brasília - UNB

MARIA EMÍLIA DUARTE SOARES

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO NO
PAÍS TEMEROSO: UM DEBATE ABERTO**

Dissertação aprovada para obtenção do título
de mestre em Tecnologias, Comunicação e
Educação da Faculdade Federal de Uberlândia
(MG) pela banca examinadora formada:

Uberlândia, 23 de fevereiro de 2018

Prof.^a Dr.^a Adriana Cristina Omena dos Santos
UFU

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino
UnB

Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo
UFU

À Emília Fernandes de Brito,
minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

No ideário popular a palavra gratidão remete à qualidade de quem é grato. Traz consigo sensação de reconhecimento e agradecimento por um bem recebido, ato de reconhecer alguém por uma ação ou benefício alcançado. Agradecer é um ato que deve fazer parte da vida de qualquer ser humano, e constante durante o processo de quem quer aprender sempre mais e mais.

É nesse sentido que, primeiramente, agradeço a Deus por permitir que todas as minhas conquistas acontecessem, não somente nestes anos como acadêmica, mas também em todos os aspectos. Ele é, sem dúvidas, o maior mestre que alguém pode conhecer. À Nossa Senhora que me abraça na caminhada cotidiana, minha devoção e fé por ensinar e espelhar-me a ser mulher. Aos Jovens Conectados e à CNBB meu carinho, partilha e oração.

Agradeço à esta universidade que me acolheu desde 2007 e mostrou um universo que todos deveriam conhecer. Ao seu corpo docente, sua direção e administração que possibilitaram hoje eu vislumbrar um horizonte superior, eivada pela acendrada confiança no mérito e ética. De igual forma, a todos os professores que tive o prazer de encontrar nos caminhados trilhados. E, reitero minha admiração à minha orientadora deste projeto, Adriana Omena, que com sua educação, competência, punho e carinho me guiou aos trancos e barrancos deste percurso: gratidão, de coração, por fazer parte deste processo e pela ajuda incansável e me desculpe as falhas até aqui.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus pais, Jorge e Maurilda. Vocês são meus heróis, meu apoio, meu incentivo de todas as horas. Nas dificuldades me fortaleceram, à vocês amados e para sempre mestres obrigada por serem minha vida e fonte de inspiração diária. Obrigada aos meus parentes, tios, padrinhos, primos/irmãos e afilhados pela compreensão, preces e apoio nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo. Vocês sempre entenderam que o futuro é feito da constante dedicação do presente. Também agradeço aos amigos, companheiros de trabalhos e os irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação, que não caberiam aqui se fossem citar todos, espero que continuem presentes em minha vida e que possamos partilhar inúmeros sucessos e alegrias!

Um adendo especial à Lara Terazzi e Diego Brandão por me ajudarem nessa empreitada, gratidão!

E como digo sempre: agradecida!

*"Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos ante
atrocidades sofridas por outros, perdemos também o
direito de nos considerarmos seres humanos civilizados"*
Vladimir Herzog

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito compreender e descrever as contradições que nos levam a questionar o que era a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o que ela está se tornando após o impeachment de 2016 culminando em um produto audiovisual. Para tanto, buscou-se elucidar as temáticas das Políticas Públicas de Comunicação (PPC) e Comunicação Pública (CP) na EBC e, a partir disso, exprimir a interrelação dos processos comunicativos desta última com as duas primeiras, sem se olvidar como o momento político asseverou críticas de profissionais de renome em pleno exercício da CP. Não esquecendo, também, a problematização acerca das influências do governo de Michel Temer no compromisso social de uma empresa pública federal e se tais atos contrariaram os valores e missão da EBC. Por conseguinte, o presente trabalho propõe a divulgação dos resultados por meio de um produto, especificamente videodocumentário que apresenta as implicações do que se questiona. Tudo o que se expõe ao longo deste se expõe um processo de reflexão e continuidade a partir da interlocução de pesquisadores e espectadores do trabalho, reforçando que cada vez mais é necessário debater PPC e CP e como estas tem papéis fundamentais para o país, para a América Latina e para a sociedade de maneira geral.

Palavras-chaves: Empresa Brasil de Comunicação. Políticas Públicas de Comunicação. Momento político brasileiro. Impeachment. Comunicação Pública

ABSTRACT

The purpose of this paper is to understand and describe the contradictions that lead us to question what was the Brazilian Communication Company (BCC) and what it is becoming after the 2016 impeachment culminating in an audiovisual product. Forethere, we need to elucidate the themes of the Public Policies of Communication (PPC) and Public Communication (PC) in the BCC and, after that, express the relation of the communicative processes of those first two, without forgetting how the political moment turn thing less desirable, according well-known professionals of CP. Not forgetting also the problematization of the influences of the government of Michel Temer on the social commitment of a federal public company and if such acts contradicted the values and mission of EBC. Also, the present work proposes the dissemination of results through a product, specifically videocorder that presents the implications of what is questioned. All that is exposed throughout this one exposes a process of reflection and continuity from the interlocution of researchers and spectators of the work, reinforcing that it is increasingly necessary to discuss PPC and CP and how these have fundamental roles for the country, for the Latin America and for society in general.

Keywords: Communication Brazilian Company. Public Communication Policies. Brazilian political moment. Impeachment. Public Communication.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Missão, visão e valores da EBC.....	18
Figura 2 - Sumário do Manual de Jornalismo da EBC.....	64
Figura 3 - Capítulo 5 do Manual da EBC dedicado ao Jornalismo Participativo.....	65
Figura 4 - Artigo 8 da Lei n. 11.652, de 7 de abril de 2008.	69
Figura 5 - Organograma Institucional da EBC, 2015.....	74
Figura 6 - Regimento Interno EBC, acesso 2 de março, 2017	74
Figura 7 – Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública	76
Figura 8 – Repercussão da exoneração de Ricardo Melo, presidente da EBC (recorte 1).	79
Figura 9 – Repercussão da exoneração de Ricardo Melo, presidente da EBC (recorte 2).	80
Figura 10 – Recondição de Ricardo Melo à presidência da EBC.....	81
Figura 11 – PDV na EBC	84
Figura 12 – EBC abre PDV	85
Figura 13 – Artigos 16 e 17, da Lei n. 13.417.....	86
Figura 14 – Alterações na Lei 11.652.	87
Figura 15 – Defesa da EBC.	88
Figura 16 – Moção de repúdio contra MP que desmonta EBC.	89
Figura 17 - Capa do Videodocumentário	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acerp	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
AGU	Advocacia-Geral da União
ALAIC	Associação Latino Americana de Investigadores da Comunicação
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
CBC	Código Brasileiro de Comunicação
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações
CCOM	Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias de Comunicações
CP	Comunicação Pública
DOU	Diário Oficial da União
DP	direito público
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
ECA	Escola de Comunicações e Artes
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
ICICT	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnologia em Saúde
IP	interesse público
LAI	Lei de Acesso a Informação
LaPCom	Laboratório de Políticas de Comunicação
MC	Ministério das Comunicações
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MP	Medida Provisória
NBR	TV Nacional do Brasil
PDV	Plano de Demissão Voluntária
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPC	Políticas Públicas de Comunicação
PT	Partido dos Trabalhadores
Radiobrás	Empresa Brasileira de Comunicação
STF	Supremo Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
ULEPICC	Encontro Nacional da União Latina da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Delineamento da proposta	16
1.2	Cronograma executado.....	21
2	AQUILO QUE É E SUAS RELAÇÕES	24
2.1	Público.....	24
2.2	Um parêntese sobre interesse público	27
2.3	Um correlato do que se entende por cidadania	28
2.4	A lei de comunicação no brasil: direito público à comunicação	31
3	SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	36
3.1	Fechando o cerco: políticas públicas de comunicação	42
4	COMUNICAÇÃO PÚBLICA	48
4.1	EBC pensada como um processo político de interação.....	52
5	A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO EM PAUTA.....	56
5.1	O viés público da EBC	69
5.2	Alterações da EBC no Governo Temer	75
6	O PRODUTO: VIDEODOCUMENTÁRIO	91
6.1	Entrevista com Rodrigo Murtinho de Martinez Torres.....	92
6.2	Entrevista com Murilo César Oliveira Ramos	93
6.3	Entrevista com Carlos Henrique Novis.....	94
6.4	Entrevista com Maria Tereza Cruvinel	94
6.5	Tentativas frustradas	95
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	102
	APÊNDICE A - Roteiro.....	112
	ANEXO A - Autorizações de uso de imagem	113

1 INTRODUÇÃO

O relatório tem como foco apresentar e debater resultados de pesquisa sobre a temática das Políticas Públicas de Comunicação (PPC) e Comunicação Pública (CP) na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Abordando algo emergencial que vai ao encontro dos estudos nacionais devido a grande projeção que o país passa com a demanda política após o impeachment em 2016. O tema recente busca exprimir na interrelação dos processos comunicativos e entender como a EBC está relacionada com as PPC e se nesse período contribuiu para a formação crítica das pessoas exercendo a CP. O estudo parte da problematização acerca das influências do governo no compromisso social de uma empresa pública federal e se tais atos contrariaram os valores e missão da EBC.

A produção acadêmica do mestrado propôs a divulgação dos resultados por meio de um produto. Trata-se da proposta de um videodocumentário que apresenta as implicações do que se questiona, a discussão nomeou o trabalho como: *AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO NO PAÍS TEMEROSO: UM DEBATE ABERTO*. O título traduz o problema abordado desde o início da investigação da temática e ademais, propõe um processo de reflexão e continuidade a partir da interlocução de pesquisadores e espectadores do trabalho, reforçando que cada vez mais é necessário debater PPC e CP e como estas tem papéis fundamentais para o país, para a América Latina e para a sociedade de maneira geral.

Há quem caracterize as experiências de radiodifusão pública em dois grandes grupos, em um olhar mais distanciado: o europeu, que tende a se pensar como um serviço de base universalmente acessível, de vocação generalista; e o americano, que se concebe como um serviço local, de natureza educativa e complementar ao setor comercial (TREMBLAY, 2005 apud PEREIRA FILHO, 2015, p. 26-27).

A discussão das políticas públicas de comunicação permeia o processo que a EBC vem sofrendo e como, e o que mudou, no período do atual governo tendo em vista a comunicação de interesse público na EBC. Parte dos questionamentos dizem respeito a inquietações acerca da imparcialidade na gestão e no interesse de suas produções no período proposto do governo de Michel Temer, ainda em exercício por ocasião da finalização da pesquisa. O propício momento visava ainda relatar as mudanças na comunicação pública brasileira e como é visto o processo com olhos de temor pela comunicação do Brasil, elucidando críticas e ensejos futuros de demais pesquisas.

O produto audiovisual proporcionará uma difusão da pesquisa. Vale questionar e debater para que essas produções ultrapassem os muros das universidades em toda América, principalmente, através dos meios de comunicação. A problemática que ampara a proposta diz respeito ao fato de que sendo a EBC uma empresa pública federal, toda sua produção comunicacional deve estar em consonância com as diretrizes de Comunicação Pública e das Políticas Públicas.

O presente relatório técnico-científico demonstra os resultados obtidos com a pesquisa do Mestrado Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Apresentando assim um relato da investigação, sendo que o relatório traz dados sobre o proposto produto desenvolvido durante o curso, o videodocumentário.

Assim, tendo como pressuposto as mudanças ocorridas na EBC questiona-se como a EBC e seus processos desde a criação dialogam com as PPC, sendo a empresa resultado ou não dessa discussão, a qual tem-se a necessidade de mais estudos que contribuam com o papel informacional da comunicação na sociedade. O projeto tem como objetivo geral compreender os conceitos de política pública, comunicação pública e interesse público; para assim entender a comunicação pública no âmbito da EBC. E produzir o videodocumentário elucidando o atual momento da CP e PPC no Brasil.

Como objetivos específicos se fez proposto interrogar o passado, tomando como referências questões que fazem parte do cotidiano das políticas públicas de comunicação brasileira nos dias atuais. Bem como mapear e analisar a situação da EBC no Governo de Michel Temer. Findando com um olhar audiovisual para atender tal demanda, foram realizados estudos e entrevistas em campo para, após estabelecer a interface entre os assuntos, proceder um trabalho de acompanhamento do desenvolvimento de um produto por meio do jornalismo especializado como recurso de acesso à informação e de viabilização do direito à comunicação, as entrevistas realizadas com nomes afins da temática trazem um olhar além dos livros e questiona o momento da EBC.

O presente trabalho abordará os antecedentes e referências teórico-conceituais, em que citamos Kunsch (2011), Matos (2006) e Souza (2006). E demais pesquisadores que trazem a EBC enquanto cerne dentre eles podemos citar o livro, *Comunicação pública em debate: ouvidoria e rádio* realizado por pesquisadores brasileiros (PAULINO; SILVA, 2013), a fim de procurar maneiras em traduzir o meio a partir do ato comunicacional.

Com um ideal, enquanto jornalista, que por meio da comunicação promove-se a autêntica liberdade e não se fica às margens da sociedade, acredita-se que por meio da comunicação mostra-se de alguma maneira, seja por texto ou imagens, retratando-se e documentando-se onde estamos inseridos, e assim, faz-se registro da história a qual somos autores diários na sociedade inserida, esta é a grande motivação.

Por isso, nessa busca constante por desvendar histórias entre palavras, imagens e sons, cresceu uma inquietação pela busca do descobrir algo novo. E assim, falar de PPC e CP foi-se algo esperado frente à busca pelo saber e pelos caminhos pessoais trilhados e que, por definição teórica, conheci em 2016. E foi também a tradução do que buscava na prática jornalística, e de alguma maneira, enquanto pesquisadora pude tatear pesquisando o tema.

Trilhar neste caminho, entre organizações de interesse público e privado, tendo a pretensão em conhecer melhor a temática e propor soluções exequíveis por meio da comunicação, instiga-me o que na prática seria o direito do cidadão e da sociedade que coexiste em interface com as Políticas Públicas da Comunicação que nos permeiam.

Infortunadamente não existe total clareza social quanto a CP e seu real papel, por vezes tais conceitos estão ancorados na academia, o que acaba por perder o próprio direito da sociedade de usufruir-se de tal bem, por isso, aparentemente, tratada como algo marginal, que ainda não possui força o suficiente, ou ainda não é vista com bons olhos, a CP será centro das atenções neste trabalho para assim ser mais difundida no meio público e também acadêmico.

O mestrado permitiu um aprofundamento em conceitos como: PPC, interesse público (IP), CP e direito público (DP). A partir de cada literatura folheada traduziu-se e deu mais sentido ao caminho e na estruturação do videodocumentário proposto nesse projeto, com a finalidade de seguir a temática de CP e PPC voltado ao IP em desafios futuros.

Por ter um apreço especial por Brasília e estar inserida no meio televisivo durante as mudanças que o Brasil vem passando, a escolha do objeto EBC enquanto temática trouxe respostas a questionamentos pessoais que envolviam o Distrito Federal e aquilo que cerca a realidade do país enquanto comunicação.

Assim, as bases adquiridas na graduação em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela UFU, o artigo apresentado à Associação Latino Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC) no ano de 2016, a participação em Brasília no VI Encontro Nacional da União Latina da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC) e o trabalho enquanto repórter; auxiliaram na compreensão deste universo, e propiciou um amadurecimento teórico possibilitando a escolha do tema que envolvia PPC e EBC.

Com a finalidade de compreender como a interação do público se relaciona com a legislação e agentes governamentais em um processo de direito da comunicação, partindo do pressuposto da importância do tema, acreditamos que a comunicação seja o cerne fundamental para a relação social e que uma empresa como a EBC vem somar nesse cenário brasileiro. Partilhamos ainda, ser fundamental que a PPC seja abordada, pois “determina os objetivos de comunicação entre as pessoas e grupos sociais, definindo com que recursos ou instrumentos se deve contar” (MENEZES, 1993, p. 33). De modo que, compreender PPC fará toda a diferença neste desenvolvimento.

Todo o processo informacional deriva da sociedade a qual estamos inseridos, e com o desenvolvimento social e aprimoramento científico diário, atualmente conseguimos comparar as correntes teóricas da comunicação mais antigas e processos mais pesquisados, e nesse resultado temos que a Política Pública de Comunicação bem como a vertente da Comunicação Pública ainda são contemporâneas e vem ganhando merecido espaço, por isso, faz-se ressaltar a importância de aplicá-las a esta temática emergencial que o Brasil passa. Segundo Pereira Filho (2015, p. 92) o “conceito relativamente recente no Brasil, de bibliografia um tanto incipiente, a comunicação pública está se constituindo em um campo de estudos em expansão”. Portanto, para entender como surge essa proposta remetemos ao passado da EBC e focamos nas transformações.

Os anos de 2016 e 2017 foram ricos em mudanças e devem ser esmiuçadas para vislumbrar o quão necessária foram as PPC e seu cumprimento frente à sociedade brasileira no processo político que o país passa, sim, pois ainda vive-se esse processo enquanto desenvolvemos esta dissertação e produto, caro leitor. Sabemos que a comunicação é uma grande ferramenta para “conceder inigualáveis respostas para aquilo que nos é transmitido” (SOARES, 2015, p. 12), por isso, espera-se um diagnóstico do momento apresentado até então. Quiçá que o documentário permita a reflexão para estudantes, pesquisadores, mas também para a sociedade compreender o que, e como, ocorreram as mudanças nesse período. A linguagem audiovisual traz uma linguagem universal, de fácil acesso. A fim de que a EBC seja um constante debate em aberto pelas políticas públicas de comunicação aprimorando seu processo e dever existencial no Brasil, a exemplo de outros países.

O trajeto consolida a proposta, bem como acrescenta questionamentos aos já apresentados. Tais contribuições derivam tanto das disciplinas cursadas (fundamentos epistemológicos interdisciplinares; epistemologia dos procedimentos metodológicos de pesquisa e desenvolvimento) quanto das atividades complementares desenvolvidas (dentre elas a participação em eventos correlatos à temática).

Assim, o caminho trilhado permitiu afirmar que o propósito deste trabalho seja exatamente compreender e tentar apresentar um relato o qual o valor de suma importância envolve o universo da PPC e da EBC, analisando o processo comunicacional de direito desenvolvido e as interrelações sobre a comunicação pública neste país, Brasil.

1.1 Delineamento da proposta

O cerne da comunicação pública midiática no Brasil sustenta-se, com maior exemplo, pela Empresa Brasil de Comunicação a qual foi criada em 2007 em um governo democrático, na época o presidente era Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, tendo em vista o processo eleitoral do país que atualmente segue seus trabalhos junto a um governo de intervenção¹ desde o ano de 2016, segundo Della Vechia e Silva (2017), toda essa emergência político social vivenciada delimita a proposta desta pesquisa como algo iminente ao cenário comunicacional que passamos e precisa ser diagnosticado perante aos olhos do jornalismo. “Analisar o atual quadro político brasileiro é uma tarefa difícil. Toda a análise tende a ser focada em alguns elementos vistos como prioritários e, ao mesmo tempo, limitada no tempo em função da enorme instabilidade alimentada cotidianamente por novos fatos” (SILVA; VECHIA, 2017).

A EBC nasce em outubro de 2007, com a publicação no Diário Oficial da Medida Provisória (MP) n. 368/2007, que faz com que o Estado ceda ao povo uma empresa de comunicação, depois convertida na Lei n. 11.652/2008, e do Decreto n. 6.246/2007, convertido no decreto 6.689/2008. A empresa incorporou o patrimônio da antiga Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), responsável pela TVE Brasil. Em sua natureza jurídica, trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado com a União controlando 100% de suas ações. Assim, a lei permite que até 49% do capital social seja transferido a entidades ligadas à administração federal indireta, aos estados e municípios. Como empresa pública, é fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Secretaria de Controle Interno da Presidência (PEREIRA FILHO, 2015, p. 105). De tal modo, que o povo brasileiro recebeu muito mais que um meio de comunicação, o qual, o próprio povo é “dono”, pois o Estado que financia, ou seja,

¹ Muitas são as nomenclaturas utilizadas para definir o período após a ex-presidente Dilma deixar o cargo. “Governo de intervenção” foi o modo adotado por entendermos que alguns títulos ferem a imparcialidade da pesquisa. Entretanto, existem diversas nomeações enquanto a história é escrita, afinal Temer passa de presidente interino e assume o cargo depois.

diferente de uma Rede privada, como a Rede Globo de televisão que quem tem a concessão é o grupo Roberto Marinho, “no Brasil, o papel do Estado vem sendo principalmente o de regular e organizar um setor de comunicação amplamente dominado por grupos empresariais privados, em especial pelo seu poder de outorgar e renovar concessões de rádio e televisão” (IACOMINI et al., 2017, p. 6). Analogicamente falando, o lucro, no caso da EBC, não é o primeiro dever, e sim, servir ao povo, enquanto algo do povo e para o mesmo dá sentido de existência por algo que é realizado a partir dos tributos pagos pela sociedade. O tema é de grande relevância aos estudos da comunicação no Brasil e no mundo, pois estamos refletindo sobre algo recente e que precisa ser esmiuçado na sociedade e principalmente na academia para que tais pesquisas tomem cada vez mais proporções grandiosas, conforme Iacomini et al. (2017, p. 253).

Já a EBC, cuja criação é relativamente recente, é alvo de poucas publicações – o portal da Capes aponta apenas duas –, com destaque para artigo de Eugênio Bucci (2014), ex-presidente da Radiobrás, uma das instituições federais que deram origem à EBC. O período de interinidade de Michel Temer na presidência da República é, ainda, objeto de escassas publicações. Exceção notável é o artigo de Fábio Terra sobre o documento “Uma ponte para o futuro”, que apresenta uma leitura dos problemas da economia brasileira e propostas para sua resolução. Radiobras Empresa pública criada pela Lei 6.301, de 15 de dezembro de 1975. Radiobrás é abreviação para Empresa Brasileira de Radiodifusão.

Vale ressaltar que a EBC é resultado de trabalhos e reflexões em torno de uma efetiva e democrática discussão sobre política pública de comunicação e representa, com veemência, os atores responsáveis por essa política no país. Tal afirmação embasa-se no fato de que sua criação foi rodeada de discussões envolvendo diversas áreas, estudiosos, movimentos sociais e o próprio governo que culminou em sua legalização enquanto empresa pública. Em suma, é possível perceber que o processo de criação e implantação da EBC deu voz a inúmeras discussões da sociedade acerca da temática, o que ficou evidente durante as pesquisas. O site da empresa traz seus pilares estampados, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Missão, visão e valores da EBC.



Fonte: EBC (2017b).

Com ideais bem formulados que a empresa apresenta na teoria, se faz necessário agora entender como que tal concessão vem passando pelo processo político, tendo em vista a pluralização dos diferentes modos de ver a comunicação, quer-se diagnosticar a potencialidade da EBC frente a democracia, assim “democratização das comunicações baseia-se em uma interpretação da sociedade plural segundo a qual, havendo maior número de fontes de informação, um maior número de opiniões diferentes seria difundido” (PIERANTI, 2007, p. 25).

A EBC é uma empresa estatal², do ponto de vista jurídico, tendo em vista a origem do seu capital ser público. O fato é que, em regra, o Estado não pode explorar uma atividade econômica pública, e sim exercer um serviço público, ou seja, em vez de comercializar ela concede esse espaço ao público.

O estudo da comunicação pública está no desenvolvimento de recortes de pesquisa que valorizem o âmbito local como espaço no qual se desenvolve uma comunicação pública orientada para a compreensão mútua. Esta última, voltando-se para a busca cooperativa de informações e debates sobre questões de interesse coletivo: governantes e cidadãos se empenhariam para chegar a decisões e alternativas adequadas a todos, e que permitissem a renovação dos vínculos sociais e políticos (MATOS, 2009, p. 13).

² A EBC é uma empresa pública federal, criada pela Lei n. 11.652/2008 e alterada pela Lei n. 13.417/2017, que dá efetividade ao princípio constitucional de complementaridade entre o sistema público, privado e estatal de comunicação. Cf. <http://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc>.

Tal processo político demonstra como a comunicação é cerne das estruturas que compõe uma sociedade, e por tão grande importância que a mesma não pode ser totalmente priorizada pela sua lucratividade, e sim pelo serviço social.

A empresa cumpre sua função de prestadora de serviços e contribui para o objetivo de ampliar o debate público sobre temas nacionais e internacionais, de fomentar a construção da cidadania, com uma programação [...] de interesse público, com foco no cidadão. O modelo de governança da EBC segue os princípios da transparência, equidade e responsabilidade corporativa. A empresa apoia as atividades do dia a dia com base em políticas e códigos, como a Política de Divulgação de Informações e o Código de Ética, que orientam as ações dos seus gestores e empregados. (EBC, 2017b).

Nessa conjuntura, a EBC faz uma interlocução entre os anseios sociais e o governo (sendo a resposta de uma PP que regulamenta a ordem social). Uma política pública em específico, a PPC, “é o meio pelo qual um governo busca regular ou modificar os sistemas comunicacionais de uma nação” (ETGES, 1996, p. 262).

Para navegar nesse processo de compreensão do mundo comunicacional temos que: dentro da PPC, inserimos a CP como um processo de exercício para guiar os caminhos de um órgão público que quer promover a cidadania e a comunicação, atendendo ao IP. Cumprindo assim a constituição magna do país.

A Comunicação Pública (CP) vem sendo usada com múltiplos significados, frequentemente conflitantes, dependendo do país, do autor e do contexto em que é utilizada. Tamaña diversidade demonstra que a expressão ainda não é um conceito claro, nem mesmo uma área de atuação profissional delimitada. Pelo menos por enquanto, comunicação pública é uma área que abarca uma grande variedade de saberes e atividades e pode-se dizer que é um conceito em processo de construção. (BRANDÃO, 2009, p. 1).

A partir da Lei n. 11.652, de 7 de abril de 2008, que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e definiu os princípios do sistema público. Estes princípios remetem, direta ou indiretamente, para a ideia de promoção da cidadania e igualdade de acesso à informação presentes no contexto de reivindicação dos direitos à comunicação e à informação e de conquistas dos direitos humanos e sociais da carta magna brasileira (PAULINO; GUAZINA; OLIVEIRA, 2016, p. 59). E aqui, vale ressaltar, que nesse processo de pesquisa precisamos compreender que não é porque existe a lei que ela resolverá todos os problemas, pois o que compreenderemos no decorrer é que as PPC não se esgotam na constituição.

O espaço que a empresa ocupa hoje pode ser comparado com grandes veículos da indústria comunicacional, pois de fato exerce um serviço de comunicação. Entretanto, sabemos que a principal diferença é que a EBC, diferente de grandes veículos privados, não visa o lucro como seu primeiro objetivo. A Empresa Brasil de Comunicação mantém um aparato próprio do Estado e seu financiamento, também oriundo do mesmo, a faz como um órgão público que se destaca frente às empresas privadas, terceiro setor e a própria comunicação do Governo por contemplar distintas áreas do conhecimento e de práticas sociais e profissionais (WEBER, 2011) enquanto serviço público de mídia e comunicação prestado no Brasil.

É necessário entender o contexto da EBC frente ao IP e a CP, em que buscamos compreender a função da empresa neste processo mais adiante; se a PPC cumpre ou não o papel comunicacional (desvendando assim uma dúvida acerca do viés partidário ou estatal da empresa). Estamos lidando com uma história ainda recente, em curso, e apesar de jovem, tais processos da EBC são intensos para o país. Afinal, em quase uma década o Brasil tem muito a contar sobre comunicação. E assim, mais massivos são os olhares para ela nos anos de 2016 e 2017; devido ao processo político que vamos abordar posteriormente, no qual se tem a necessidade, a ponto de ser cobrada publicamente e pesquisada. Por esse motivo questionamos, verificamos e abordamos as alterações pelas quais passa a empresa.

O fato da CP possuir o viés de uma comunicação democrática, que visa dar voz e vez ao cidadão, precisa ser presente na EBC para que ela cumpra o dever de uma PPC, cabendo ao trabalho mostrar na prática se esses valores ficam restritos aos papéis ou se são executados conforme as proposições. Mas esse papel não se faz sozinho, somente pelo Estado. Existe a necessidade de ser algo coletivo em que todos têm sua participação. Averiguar, portanto, se as PPC dentro de um governo condizem com a comunicação de interesse público é tema que permeia diversas pesquisas brasileiras (MATOS, 2013), e afirmamos que continuará sendo cerne para as futuras demandas.

Nesse universo comunicacional, buscamos identificar se as PPC dentro do governo Temer condizem com a comunicação de IP, sendo preciso entender se esse período, vivido pela empresa pública atende ao que uma política pública propõe ao direito do público.

Para o desenvolvimento do trabalho parte-se do pressuposto que a EBC, desde sua criação, realiza CP embasado em materiais acadêmicos que mostram a EBC com forte viés público, como citado por Eugênio Bucci, 2008, no livro *Em Brasília, 19 horas* e também como mostrado anteriormente que é exposto pela empresa publicamente em seu site. E tendo

em vista o curto espaço de tempo no mestrado, serão utilizados resultados de outras pesquisas já desenvolvidas e disponibilizadas em dissertações, teses e artigos científicos.

Utilizamos uma revisão bibliográfica para fundamentar o trabalho com base em estudos anteriores de pesquisas acadêmicas que permitiu compreender o objeto. Para tanto, reforçamos a delimitação dos seguintes objetivos específicos: compreender os conceitos de política pública, comunicação pública e interesse público; para assim entender o que permeia no âmbito da EBC.

A partir das teorias comunicacionais que compreendem o exercício da comunicação pública sendo um viés de mão dupla entre o público e a sociedade (que precisa de caminhos de ligação para se efetivar), buscaremos compreender a EBC como resultado de uma PPC; investigando não apenas como elas são imaginadas e representadas, mas como foram assumindo determinados papéis no governo de Michel Temer. Para isso, a história da empresa frente ao governo Lula e Dilma que também passaram pela EBC desde sua criação, foi resgatada por meio de teses, dissertações, reportagens, livros, artigos, etc.

A fim de compreender as ações comunicacionais faz-se necessário, também, compreender o marco legal que sustenta(va) a EBC e quais foram as mudanças ocorridas recentemente. Além disso, outra necessidade para o desenvolvimento do trabalho é entender o organograma e funcionamento, os processos de recursos humanos (demissões e contratações) e a prática profissional de produção (embora a preocupação central do trabalho não seja os produtos comunicacionais veiculados pela EBC). Todo o levantamento visa objetivamente, responder questionamentos sobre quais e de que tipo foram as mudanças pelas quais tem passado a empresa e quais os desdobramentos, em nível nacional, sobre a visão governamental do que se entende por PPC.

Assim, esse trabalho foge do escopo da comunicação pública pura e simples e desenvolve uma proposta de interface com outras temáticas ao abordar as PPC. Neste sentido, alguns conceitos são elencados a fim de subsidiar o embasamento teórico do trabalho para o videodocumentário proposto enquanto diagnóstico e reflexão observados.

1.2 Cronograma executado

A fim de executar todo projeto de pesquisa executou-se passos com a finalidade de atingir a produção deste relatório e o videodocumentário.

a) Janeiro de 2016 a Outubro de 2017

Conclusão das disciplinas do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação. Organização e execução da pesquisa bibliográfica e documental. Nesse momento, foi realizado o levantamento geral das fontes relacionadas ao projeto e pesquisa dos conteúdos propostos pela orientadora.

b) Outubro de 2017 a Janeiro de 2018

Vídeodocumentário. Produção e execução de entrevistas, em Brasília e Rio de Janeiro. Edição do texto e de imagens do videodocumentário. Elaboração do relatório técnico-científico final. A partir dos procedimentos metodológicos observou-se que tende ao interesse público e à comunicação pública. A proposta da dissertação é abordar a PPC presente na Empresa Brasil de Comunicação, buscando um resgate histórico e conceitual por meio de outros pesquisadores a fim de observar sua estrutura e funcionamento a partir do governo de Michel Temer.

Tratou-se a priori de uma pesquisa documental que partiu de um contexto histórico e comparou as mudanças do objeto. Partiu-se assim, de uma descrição empírica para analisar o funcionamento da EBC. Para a apreciação dos dados utilizaremos a análise documental como método e como técnica, proposto por Moreira (2008), compreendendo a identificação, verificação e apreciação da pesquisa. Para a autora:

[...] o recurso da análise documental costuma ser utilizado no resgate da história de meios de comunicação, personagens ou períodos. As fontes mais comuns são os acervos de impressos (jornais, revistas, catálogos, almanaques). Mas também serve como expediente à consulta a documentos oficiais, técnicos ou pessoais (arquivos particulares reunindo originais), sendo esta última categoria mais rara e realizada apenas quando o acesso é permitido ao pesquisador” (MOREIRA, 2008, p. 270).

A pesquisa qualitativa proposta respeita a substância dos documentos e analisa o teor do material adotado, permitindo assim, que se vislumbre de maneira geral a EBC enquanto objeto. Ainda segundo a autora “muitas vezes a consulta aos acervos pode estimular aspectos ou ângulos de abordagem não previstos na fase de elaboração do projeto de pesquisa” (MOREIRA, 2008, p. 274). Por meio de pesquisa documental, se faz a proposta de reflexões e debates acerca do período de intervenção do governo Temer frente a Empresa Brasil de Comunicação na busca pela compreensão dos interesses que defendem a EBC. Para tanto é importante:

À caracterização e à descrição dos documentos somam-se as anotações e os comentários pessoais elaborados no momento do exame detalhado do material. As intervenções do pesquisador por ocasião da leitura, por exemplo, fornecem observações que de outra forma poderiam perder-se ao longo do processo de localização dos documentos (MOREIRA, 2008, p. 276).

O recorte de tempo proposto, devido ao prazo da pesquisa, foi a partir do dia 13 de maio de 2016 quando Michel Temer assume interinamente, percorrendo o período em curso até meados do fim de dezembro de 2017.

Cabe ressaltar a importância de um trabalho atrelado a um mestrado profissional não tem viés partidário ou doutrinário, fazendo-se necessário pensar sem estar atrelado ideologicamente e, por consequência, mostramos a abertura para distintos diagnósticos que visam contribuir com a sociedade e cidadania, e deixar um debate em aberto para futuros estudos.

2 AQUILO QUE É E SUAS RELAÇÕES

Se faz necessário conceituar determinados temas, pois eles nortearam as pesquisas em comunicação e ditam a relação acadêmica pesquisada na Empresa Brasil de Comunicação. Para tanto Público, Interesse Público (IP), Cidadania e o Direito Público (DP) a comunicação foram esmiuçados nas páginas seguintes.

2.1 Público

Popularmente, o conceito de “público” se refere àquilo que pertence ou se faz diante de todos. Em dicionário comum (BUENO, 1996) observa-se que se trata de tudo aquilo que é aberto, acessível, ou ainda conhecido por todos. Também pode ser entendido como o contrário de secreto, sinônimo de notório ou comum. Ocorre que, noutra diapasão, público é também relativo ao governo de um país e é nesse sentido que será trabalhado – no presente trabalho – o mencionado conceito.

Por mais simples que possa parecer a definição se confunde em sua aplicabilidade social, é preciso conhecer a história e sua aplicabilidade a fim compreender como os conceitos foram concebidos e como eles são aplicados no agora. De tal modo que, aquilo que se refere ao governo, que é algo representativo, que fala por uma sociedade em geral acaba afastando-se das definições base. Podemos utilizar as considerações que afirmam a filósofa alemã Hanna Arendt,

quanto mais completamente a sociedade moderna rejeita a distinção entre aquilo que é particular e aquilo que é público [...] quanto mais ela introduz entre o privado e o público uma esfera social na qual o privado é transformado em público e vice-versa, mais difíceis torna as coisas para suas crianças [...]. (ARENDT, 2007, p.).

Necessário se faz pensar que durante a história do Brasil sempre foi possível observar uma profunda dificuldade em distinguir interesses privados de interesses públicos. Se pensarmos no período colonial e ao longo da República Velha fica evidente a caracterização de um modelo patrimonialista, no qual se ressalta às vistas a grave confusão entre o público e o privado, com fortes traços de corrupção, clientelismo e nepotismo. Acrescenta-se que na Proclamação da República em 1889 alguns paradigmas da cultura política brasileira dominavam a estrutura estatal. “Ainda no império, quando a legislação da metrópole portuguesa regia as relações entre os elementos constitutivos da colônia e as relações de

direito privado, de outro lado, na esfera do público, destacava-se o poder onímodo dos governadores proprietários” (PINTO; COSTA, 2015, p. 315).

Com o passar do tempo o Estado democrático de direito mostra que nesse processo histórico de fato existe a difícil distinção das esferas (FREYRE, 2006). Foi no século XX, principalmente na era Vargas com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público, que começou-se a observar a transição do modelo patrimonialista para o modelo burocrático. A grande ruptura foi basicamente a incorporação dos ideais de impessoalidade e racionalismo. Por infortúnio, este modelo resultou num Estado caracterizado pela ineficiência e lentidão. Somente na década de 1990, executou-se uma tímida reforma no aparelho estatal brasileiro, com o intuito de torná-lo mais eficiente e organizado, mas que não exatamente cumpriu seu papel.

Nunca é demais salientar, que a tão prolongada prevalência de regimes autoritários atrasou a incorporação de alguns paradigmas, implementados na Europa e nos Estados Unidos da América após II Guerra Mundial, que versavam principalmente no paradigma do Estado democrático de direito, presente na constituição brasileira de 1988. Infelizmente, no nosso país o que se observa é a criação de uma versão do Estado moderno europeu que baseado em uma filosofia individualista, filosofia esta que possui forte dicotomia entre uma espécie de pessimismo potestativo com um otimismo normativo (FAORO, 2001).

Desde 1995, ainda na busca pela eficiência e melhor organização operou-se, um fenômeno que ficou conhecido como reforma do Estado. Basicamente, significou a importação do modelo estadunidense, que levava em conta ainda aqueles velhos parâmetros do *New Deal*, série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, durante o governo do Presidente Roosevelt, que visava recuperar e reformar a economia norte-americana, e assistir os prejudicados pela Grande Depressão (MORAES, 2008). Essa última, norteou-se pelo processo de globalização econômica, o qual pregava que as demandas não podem deixar de ser atendidas a contento pelas instituições públicas privadas.

A partir de agora é importante salientar que a temática do público busca delimitar qual das várias significações do mesmo são mais adequadas para o presente. Assim, para fins deste trabalho – ao se caracterizar o conceito de “público” se faz necessário entender que o Estado Democrático de Direito é composto por duas vertentes: a legitimidade (indicada na expressão Estado Democrático), e a legalidade (indicada na expressão Direito). Interessante observar, que é exatamente nesse sentido que se faz necessário limitar a legitimidade dos atos estatais, considerada a partir do princípio da legalidade. Os dois dão ao ato administrativo a presunção

de atender o direito positivo e o interesse coletivo. Aquilo que é legal está de acordo com a lei, com o Poder Público. Já a legitimidade se refere à aceitação social do ato.

De igual maneira não seria prudente desvincular “público” de “privado”. Isso porque, ao se tratar de conceitos com expressão na esfera jurídica, principalmente no que se refere ao campo da moral (o que é inegável quanto ao aqui discutido), deve-se saber que todo “valor” tem em sua essência atrelado o conceito do seu “desvalor”. Alguns conceitos são mais corretamente expressados quando se atenta à dicotomia estabelecida entre ele e seu antônimo. O público perpassa todas as áreas sociais, de tal modo que o público também está presente na comunicação, sendo este objeto de estudo posteriormente no trabalho. Cabe ressaltar, neste sentido, que:

Ser público significa ser potencialmente de todos. Por outras palavras, significa admitir a participação e o envolvimento de todos, na medida em que aquilo que se diz público pode afetar direta ou indiretamente o interesse e a vida do coletivo. Daí que ser público signifique também ser potencialmente para todos, ter impacto geral. Há, com efeito, um sentido inclusivo no ser-se público que, em contexto democrático, tem também implícita uma sugestão de igualdade entre aqueles a quem se dirige a coisa dita pública. (PAULINO; GUAZINA; OLIVEIRA; 2016, p. 56).

Conforme dito anteriormente, o termo “público” carrega a ideia de algo mais acessível, enquanto que o termo “privado” remete a matérias que, para que haja uma interferência ou intromissão, exigem uma justificativa especial. Ambos podem na verdade assumir denotações diversas de acordo com o contexto em que são utilizados. A dicotomia público/privado tem duas acepções principais: a) usados para distinguir Estado em relação à sociedade; b) ou usados para opor vida doméstica em relação a vida não doméstica. Pode-se afirmar que é pouco provável encontrar algo que se encaixe no conceito de público em todas estas acepções, pois cada uma delas tem um significado diferente (CARNEIRO, 2008) mostrando que em determinadas situações a contextualização faz toda a diferença na hora de conceituar.

Ao compreendermos tal conceito, entendemos também o processo histórico do país e a contextualização de como o público é visto e trabalhado, resumindo como na citação dos pesquisadores citados anteriormente a partir da “participação e o envolvimento de todos, na medida em que aquilo que se diz público pode afetar direta ou indiretamente o interesse e a vida do coletivo” (p. 56). De tal maneira, a EBC em 2017 propõe uma comunicação derivada do que foi construído ao longo dos tempos no Brasil. Tais significações nos trazem que os conceitos são correlatos e andam lado a lado.

2.2 Um parêntese sobre interesse público

Ante todo o exposto, primeiramente cabe questionar o que seria então interesse público (IP). A expressão IP é, frequentemente, empregada para substituir bem comum. (HASWANI, 2013, p. 28). Pode-se dizer que este é um somatório de interesses individuais coincidentes em torno de um bem da vida que lhes significa um valor, proveito ou utilidade de ordem moral ou material, que cada pessoa deseja adquirir, conservar ou manter em sua própria esfera de valores, recorrendo aos valores sintáticos do dicionário, Bueno, 1996. Nesse sentido, um interesse passa a ser público quando dele participam e compartilham um tal número de pessoas de uma comunidade determinada, uma vez que este passou a ser também identificado como interesse de todo o grupo, ou predominante na comunidade, um interesse geral.

Interesse geral, na tradução literal, são aqueles que contemplam toda a comunidade, que produzem efeitos, antes de mais nada, sobre a interação entre os diversos sistemas sociais nos quais esta se articula e, depois, sobre a esfera privada envolvida. [...]. A individualização dos negócios de interesse geral não é coisa fácil também porque as dimensões do público e do privado tendem a confundir-se sempre mais frequentemente e a conjugar-se com base em combinações sempre novas (HASWANI, 2013, p. 124).

Não obstante, é usual acontecer que uma parcela da comunidade não identifique aquele interesse como seu, é o tal sentimento de fazer parte de algo. Importante compreender que, em uma ordem de Estado democrático de direito, o interesse público não se impõe coativamente, mas somente prevalece em relação aos interesses individuais divergentes, por ser uma manifestação volitiva majoritária. Nessa busca pela legitimidade o IP se torna ferramenta usual e com causa fim do Estado que promove o bem comum a partir daquilo que é de fato de interesse do público enquanto conceito abordado na seção anterior.

Nas sociedades democráticas, as pretensões de validade dos argumentos e dos posicionamentos assumidos por atores e instituições públicas esta sob permanente escrutínio. Organizações, não apenas as governamentais, mas as mais diversas, são convocadas, cotidianamente, a prestar contas a um público vigilante, que fiscaliza seus atos, demandando eficiência e atenção ao interesse público. (WEBER, 2011, p. 102).

Neste sentido, falar de interesse público é abordar a sociedade e aquilo que é de importância para determinado nicho apresentado. Segundo Pereira Filho (2015, p. 93), “o conceito de público relaciona-se aqui ao interesse comum, em detrimento do privado”. O IP não tem obstante fórmula definida, mas vale-se pela maioria, para algo maior,

democraticamente falando as relações públicas são uma atividade de gestão que colaboram a fim de estabelecer e manter relações mútuas de comunicação “cuidar para que organização possa atender ao interesse público; serve como um sistema de alerta para prever e antecipar tendências; e usa pesquisas e técnicas éticas de comunicação como suas principais ferramentas” (HARLOW, 1976, p. 36).

Na comunicação e sociedade temos que o interesse público está presente constantemente, por exemplo nos meios e mídias, ele funciona como sendo uma força motriz que motiva e dá sentido, por vezes, ao ato comunicacional. A fim de atender determinado interesse público determinamos/temos uma programação televisiva por exemplo, ou por outro prisma a fim de atender a necessidade de um grupo o Estado cria leis. “O legislador, dessa forma, deixa claro que, na gestão dos recursos e das funções públicas, não existe espaço para práticas de natureza clientelista ou patrimonialista, uma vez que o interesse público é soberano em face de quaisquer outros imperativos.” (LIMA, 2014, p. 164).

Ressalta-se assim a importância do conceito a fim de entender como tal motivação faz jus, delimita e impulsiona a sociedade e o que ela circunda. De modo que o interesse público sempre deve prevalecer em face do particular, sob pena de desvio de finalidade administrativa (MATIAS-PEREIRA, 2011, p. 26).

O conceito de interesse público, no entendimento de Maia (2011), refere-se ao bem comum e ao bem-estar de todos. Conforme destaca a autora, em sociedades complexas e democráticas como a nossa, marcadas pela existência de uma ordem cultural e eticamente pluralista, os padrões de valor e as definições de bem são instáveis e se mantêm em permanente processo de atualização. É, portanto, no curso das trocas comunicativas que os diferentes agentes sociais constroem, permanentemente, os limites e a definição daquilo que vem a ser o interesse público. (LIMA, 2014, p. 192).

Assim, nessa busca constante em atender o público, o IP se faz canal para promover o alcance de transformações políticas e o exercício da cidadania, mas afinal como a cidadania deve ser abordada enquanto conceito para o jornalismo e para a Empresa Brasil de Comunicação?

2.3 Um correlato do que se entende por cidadania

A noção de cidadania está intimamente ligada à participação política e ao engajamento cívico do cidadão. Bem como, novamente, ao processo histórico-social do país que determina tais conceitos. A cidadania, “se torna inseparável das disputas hegemônicas que modelam o

modo de pensar e agir dos indivíduos e das identidades coletivas, o que a transforma em mediação histórico-social cujo sentido e direção encontram-se em permanente processo de luta política, ideológica e teórica” (ABREU, 2008, p. 15).

Para tanto entender a cidadania neste trabalho é também compreender o contexto em que ela se insere nos quesitos de resultados de Políticas Públicas de Comunicação, Comunicação Pública e como ela é promovida pela Empresa Brasil de Comunicação.

O sentido de cidadania no Brasil está intimamente ligado ao processo de democratização do país e de reorganização da sociedade civil no final da ditadura militar. Nesse período, o resgate dos direitos políticos e a necessária afirmação de direitos sociais foram a base dos processos de ‘ativação da sociedade civil’ e de ‘degradação da ditadura’. (MURTINHO, 2012, p. 147).

Nesta temática estudiosos, como Benevides (2004), apresentam a necessidade de conceber a cidadania perante as pesquisas de informação, para assim entender real valor da cidadania que é abrir os olhos para questionamentos e diagnosticar a própria democracia e a história da nação. Ela traz à tona antigas e novas demandas políticas e sociais, renova e amplia a expectativa por direitos.

Assim, discuti-la é também compreender o papel do Estado para com a mesma. De acordo com Charlot (2009), entender os diferentes momentos que a cidadania tem se apresentado, dentro do aparelho estatal é essencial. Essa ideia faz pensar que os projetos que são desenvolvidos dentro de um governo, são também definidos ou não os caminhos em que a cidadania se afirma. O que leva a pensar que ela é uma construção histórica, não se limita a um determinado momento e também não se constitui numa composição linear. (CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2015, p. 5).

Pode-se dizer que, em linhas gerais, a cidadania se apresenta em diferentes momentos e se trata daqueles direitos de intervir na direção dos negócios públicos de um determinado Estado do qual se está inserido. Basicamente, é como o indivíduo intervém direta ou indiretamente no Estado, seja exercendo seus direitos políticos – como o voto – seja exercendo seus direitos das demais naturezas, como o da comunicação. Motivados por necessidades e demandas próprias, politizando questões do cotidiano de maneira que os movimentos em prol da cidadania convergem para a democratização plena a qual o indivíduo está inserido.

Quase que uma luta pela igualdade Murtinho (2012, p. 149) frisa que cidadania não pode ser reduzida na comunicação com práticas filantrópicas e sim “a presença efetiva das

condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social”

Ao elucidarmos cidadania compreendemos o passado brasileiro e suas disputas na luta por direitos como bem apresenta Benevides (2004), e dentre tantos direitos que cercam a sociedade o direito à comunicação aqui falará mais alto ele faz parte do exercício da cidadania. Dessa mesma maneira ninguém dá a cidadania para uma sociedade, e sim é uma decisão tomada pela sociedade, uma construção como uma maneira de “reabsorção dos bens sociais pelo conjunto dos cidadãos” (COUTINHO, 2016, p. 50), em que o indivíduo enquanto sujeito político usufrui e constrói seus direitos.

Cidadania pressupõe, portanto, participação política, que se materializa em práticas inúmeras, como o voto, a intervenção em audiências públicas e fóruns de debate, bem como na atuação estrategicamente planejada de movimentos sociais e de minorias engajados na luta por fazer valer os direitos vigentes bem como por instituir novos. (LIMA, 2014, p. 192).

Sobre o debate conseguimos estabelecer uma interrelação a partir do que compreendemos de cidadania e seu potencial motriz de mudanças em prol da democracia e que a partir de uma interlocução contribui para o próprio conceito de comunicação pública, que veremos em outro capítulo, mas que tem em sua associação o conceito de cidadania e democracia “uma característica-chave da democracia é a sua capacidade de responder às preferências dos cidadãos, que são considerados perfeitamente iguais uns aos outros, para todos os efeitos de sua relação com o Estado” (IACOMINI et al., 2017). Buscando a materialização dos direitos como forma de representação.

Para um governo continuar sendo responsivo durante certo tempo, às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais, todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas:

1. De formular suas preferências.
2. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva.
3. De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência. (DAHL, 2005, p. 27-28).

Tais direitos conquistados para que hoje possamos abordar CP vem de todo processo histórico social que traz a comunicação enquanto um processo bidirecional a fim de manter um diálogo democrático e equilibrado com seus participantes. Comunicação é o pressuposto

do exercício da cidadania e uma ferramenta para o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento social que se faz regido por leis e direitos no Brasil, comunicação é direito.

2.4 A lei de comunicação no brasil: direito público à comunicação

Não há democracia sem direito à comunicação, anteriormente abordamos conceitos essenciais para a compreensão do universo comunicacional que queremos aprofundar. Entretanto, ainda se faz necessário entender pequenas diferenças que vão além da sintaxe e morfologia das palavras. Já que aprendemos a diferenciar o público do privado, vamos agora elucidar e agregar sobre a questão do direito público para compreender com um olhar comunicacional o que os juristas têm a contribuir com esta pesquisa.

Afinal o que se pode dizer sobre as perspicácias do direito público? Via de regra, alguém fora do mundo jurídico, como uma jornalista e pesquisadora, vislumbra o direito como um conjunto de normas que disciplinará as relações sociais em um determinado grupo. Tais relações são subdivididas e esmiuçadas para que assim a divisão do próprio direito como se fosse em uma árvore que se dividiria em inúmeros e distintos galhos ou ramos o qual pegaremos uma pequena folha, ou parte. Em linhas gerais o direito trata-se de um conjunto de normas e princípios que regem a atividade do Estado e do particular.

Não se pode deixar de salientar que, é quase consenso para juristas e filósofos da importância da divisão do direito em dois ramos, público e privado (CARNEIRO, 2008). De igual forma, concluiu-se que tão difícil quanto definir o “direito” é colocar em um único trabalho todas as possíveis acepções de “direito público”. Há de se abordar que esta divisão público-privado serve mesmo como um instrumento didático para o ensino da ciência do direito e sua melhor compreensão. Por tanto cabe um pequeno diagnóstico para incorporarmos novos elementos no projeto.

Ocorre que, ao estudar – mesmo que minimamente tal área – salta-se aos olhos que a divisão entre direito público e privado não divide a própria ordem jurídica, que é uma, ou seja, inexistem diferentes direitos. O que acontece é que desde os romanos, o direito é dividido em público e privado (SUNDFELD, 2010), pois desde os tempos de outrora foram detectados diferentes níveis de relação jurídica entre os cidadãos entre si e entre esses e o Estado, no sentido de Administração Pública. Em linhas gerais, as relações jurídicas entre os cidadãos particulares ocorreriam dentro do direito privado, ao passo que as relações nas quais estaria presente o Poder Público, ou mesmo o interesse público, seriam pautadas pelo direito público. Nesse sentido, lecionava Miguel Reale,

o Direito abrange um conjunto de disciplinas jurídicas. [...] O Direito divide-se, em primeiro lugar, em duas grandes classes: o Direito Privado e o Direito Público. As relações que se referem ao Estado e traduzem o predomínio do interesse coletivo são chamadas relações públicas, ou de Direito Público. Porém, o homem não vive apenas em relação com o Estado mas também e principalmente em ligação com seus semelhantes: a relação que existe entre pai e filho, ou então, entre quem compra e quem vende determinado bem, não é uma relação que interessa de maneira direta ao Estado, mas sim ao indivíduo enquanto particular. Essas são as relações de Direito Privado. (REALE, 2002, p. 19).

Importante reconhecer que apesar de se dividir o direito em dois ramos, se esbarra na impossibilidade de se estabelecer fronteiras absolutas e nítidas entre eles, semelhante a alguns nichos da comunicação. Somente se pode afirmar que, via de regra, uma norma de Direito Público tende a regular um interesse, direto ou indireto, do próprio Estado frente ao seu Interesse Público, seja para administrar os negócios públicos, seja para defender a sociedade, que se indica o próprio alicerce do poder público. Retomando os conceitos abordados anteriormente e reforçando um afunilamento do que pesquisamos.

A título de curiosidade, há quem separe o Direito Público em Interno (que tem como objeto a regulação dos interesses estatais e sociais) e o Direito Público Externo (que tem como objetivo reger as relações entre os Estados soberanos e as atividades individuais internacionalmente) (REALE, 2002).

Para este trabalho em comunicação partimos do pressuposto teórico histórico para compreender o direito público à comunicação, regulação disposta na constituição do Brasil e que permeia o quão necessário são os estudos comunicacionais.

O direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia. Em todas as épocas históricas, o homem lutou para se libertar dos poderes que o dominavam, independentemente de que fossem políticos, econômicos, sociais ou religiosos, e que tentavam impedir a comunicação. Graças apenas a alguns esforços fervorosos e infatigáveis, os povos conseguiram a liberdade de palavra, de imprensa e de informação. Hoje em dia, prossegue a luta por estender os direitos humanos e conseguir que o mundo das comunicações seja mais democrático do que agora. (RAMOS, 2005, p. 248).

Para falar sobre o sistema público de comunicação brasileiro, é preciso entender que este tem seu papel e função questionado por alguns. Deve-se levar em conta que o mesmo tem sofrido mudanças no seu regimento interno desde o governo militar de 1967. E nas leis que regem o Brasil temos que o direito à comunicação é reconhecido como um direito humano

com sentido amplo, superando antigas visões que consideravam apenas o direito de ter acesso à informação. Tendo o direito de receber comunicação ou de ser informado.

Como é sabido o Ministério das Comunicações (MC), criado pelo Decreto-lei n. 200/1967 e que funcionou com esse nome de 1967 a 2016, tem como uma de suas atribuições regular os serviços de radiodifusão, serviços postais, de telecomunicações e suas entidades vinculadas, bem como gerenciar as políticas nacionais em áreas correlatas como a da inclusão digital. Segundo Borges (2008), antes da criação da Empresa Brasil de Comunicação, o país só tinha passado por uma única grande experiência de radiodifusão pública: a criação da Rádio Nacional. E uma das alterações que tangem o objeto deste trabalho também se dá com as reviravoltas políticas de 2016, em que o ministério foi basicamente extinto, sendo agora integrante ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) – por força da medida provisória n° 726, de 12 de maio de 2016. Assim, foi com a entrada de Michel Temer no governo executivo e tais mudanças, que os caminhos desta pesquisa frente a EBC começaram a ser trilhados. A fim de elucidar como o sistema midiático vem sofrendo um processo de “descaracterização”.

Essa área tão estratégica para o desenvolvimento do país, e que já sofria com uma forte interdição de debates com matizes mais democratizantes, sofre um forte baque já na reestruturação dos ministérios anunciada nos primeiros dias do Governo ilegítimo (MP 726): a fusão do Ministério das Comunicações com o Ministério da Ciência e Tecnologia, sob o pretexto de contenção de gastos e otimização de recursos, termina por transformar esse ministério em um órgão de função cartorial, meramente de registros. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 2017, p. 57).

Segundo Murtinho (2012), os direitos assim como foram conquistados, podem sofrer transformações que comprometam o seu caráter. E no que tange a comunicação esse processo histórico social diz muito do que se tornou a comunicação no Brasil hoje. Não é segredo quão importante foi para a ditadura militar o aparato midiático, segundo Pieranti (2006), o desenvolvimento da nação passa pelo próprio desenvolvimento da comunicação e foi durante o governo Castello Branco com o crescimento da radiodifusão e das telecomunicações, durante os anos da ditadura que já se sentiu a necessidade de criar leis, meios de regulação para que não ocorresse de forma desenfreada tal aumento (FIALHO, 2017). Tal autor também mostra o uso político das concessões de radiodifusão naquele período e como a prática foi ampliada durante a Nova República. Foi também em 1962, ainda no governo de João Goulart, que foi criado o Código Brasileiro de Comunicação (CBC).

A Lei Geral de Telecomunicações brasileira, de 1997, [...] estabeleceu que alguns serviços podem ser prestados em ‘regime público’, mediante concessão do Estado, conforme um conjunto de regras contratualmente estipuladas; enquanto outros podem ser prestados em ‘regime privado’, livre de maiores restrições de natureza pública, exceto algumas minimamente técnicas. A própria lei estabelece que o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) será prestado em ‘regime público’ (podendo sê-lo também em “privado”), deixando vaga a possibilidade de qualquer outro serviço vir a ser também incluído na mesma condição. Na prática, desde então, todos os serviços de (tele)comunicações no Brasil (e em todo o mundo) vêm sendo regulamentados no conceito de ‘regime privado’. (DANTAS, 2009, p. 12-13).

Assim, o que se tem é que a legislação a priori estabelece um controle incrivelmente burocrático, rígido e ineficiente das atividades de radiodifusão do país quando centra-se quase que exclusivamente na gestão do espectro e na política de concessões, afinal o Estado é soberano. O estado criador das leis que regem suas instituições, tem ao longo da história alterações em seu sistema que perpassam a construção da lei de comunicação no Brasil, sobre o controle exercido por tais a partir do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) temos que:

os controles de propriedade são falhos, não existem mecanismos para efetivo acompanhamento da programação das emissoras de rádio e televisão e, adicionalmente, boa parte dos preceitos do CBT está tecnologicamente ultrapassada e já se tornou letra morta – com a digitalização da comunicação eletrônica, em vias de se tornar realidade, esse arcaísmo legal se torna ainda mais intenso. (LOPES, 2005, p. 10).

Fialho (2017) trouxe em recente pesquisa alguns resgates históricos embasados em Pieranti (2011), mostrando e redesenhando este contexto de poder do Estado. Vale agora é reconhecer nas leis, sabendo que de 1962 a 1997 o setor de radiodifusão foi regido pelo CBT, pela Lei n. 4.117/62 (BRASIL, 1962). E que com a evolução histórica do Brasil e promulgação da Constituição de 1967 (artigos 8 XV), temos o papel da União como titularidade exclusiva do ramo, mostrando como as Políticas Públicas perpassaram os anos e a regulação da sociedade. Partimos da afirmativa que Tavares (2016) aponta, mostrando que o conhecimento, o acesso à informação é a base para que se concretize de maneira sólida as Políticas Públicas de Comunicação e a Comunicação Pública, auxiliando inclusive na formação enquanto indivíduo. “As reflexões sobre o direito à comunicação na atualidade devem considerar a radicalização de antigas e a revelação de outras contradições, assim como a necessidade de novas estratégias para enfrentá-las” (MURTINHO, 2012, p. 167).

No processo de construção das leis de comunicação no Brasil levando em conta todo passado da nação e as alterações pelas quais passa a empresa, temos que, existem exímias conquistas e muito ainda o que tem de ser feito, mas toda legislação perpassa pelos resultados da luta da sociedade brasileira pela redemocratização do país no processo das políticas que constroem o sistema.

3 SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Abordar Política Pública é algo muito amplo, pois é um conceito discutido em diversas áreas. Etimologicamente, abordando o significado de cada palavra separadamente, temos que pública vem do latim *publicus* que significa “relativo ao povo” e política do grego *politiko* que remete aos procedimentos/ordens das cidades, ao ato de governar. De tal modo que a participação do povo se faz intrínseca ao abordarmos PP, pois a presença do cidadão na organização política é um desdobramento direto da conquista sucessiva dos direitos civis. vide o Dicionário de Política Pública de Marco Aurélio Nogueira:

O conceito de participação consolidou-se e expandiu-se associado a um forte componente normativo ideológico e a uma grande elasticidade em termos de significação. Por mais que existam inúmeras tipologias dedicadas a especificar as diferentes categorias de participação – institucionalizada ou “movimentista”, direta ou indireta, focada na decisão ou na expressão, efetiva ou simbólica –, o tema se repõe constantemente. (NOGUEIRA, 2015, p. 644).

Em um primeiro momento, a junção da palavra política e pública remete às atividades governamentais (PETERS, 1986), que influenciam os cidadãos seja de forma direta ou indireta, mas que busca um retorno/resultado para uma inquietação, de acordo com o interesse público, já conceituado na pesquisa. Em tese o conceito de PP sai de um âmbito em que: o que o governo pretende fazer e o que ele realmente faz, envolvendo diversos atores nesse processo. A PP é o meio pelo qual o Estado agirá levando em consideração procedimentos, o meio social e os anseios que o povo precisa/almeja, mas não é somente isso.

Acreditar nas PP como um mero mecanismo técnico de intervenção estatal é ingênuo, uma vez que tal afirmação não reconhece a complexidade de fatores que vão interferir em sua formulação, execução e avaliação, assim como o jogo político e os arranjos que as cercam, que vão além dos procedimentos institucionais. Essa abordagem reducionista e simplista acaba por limitar a percepção sobre as PP. Em muitos casos, as PP podem ser utilizadas não apenas para a promoção do desenvolvimento social ou melhoria da forma de atuação estatal, mas para a formação de capital político e atendimento de interesses de grupos específicos, elementos típicos de atuação do campo político (PENTEADO; FORTUNATO, 2015, p. 130).

A conjectura da política pública leva em consideração variáveis externas a conjuntura, prevendo a evolução das estruturas sociais, propondo gestões estratégias atendendo a necessidade do público. A PP surge como algo além da mera administração pública e é muito

bem desenhada por Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi (2006), que como o direito a PP surge e pretender organizar e orientar a vida social, sendo um elemento substantivo na formulação da regra jurídica e permeando a PP enquanto teoria. A decisão política leva em conta a análise do funcionamento da máquina estatal, identificando as características das agências públicas, como no caso da EBC, a PP vem perpassar por todas áreas, tanto a agência pública fazedora de política enquanto Estado, quanto os atores que participam desse processo e os agentes externos a isso, Saravia e Ferrarezi (2006) denominam como a tal interrelação, os autores compreendem muito bem o universo que permeia a cidade de Brasília e a EBC. Cabe acrescentar ainda que inúmeros pesquisadores abordam as PP a partir desse agir social que visa um processo de resposta e ação ao público. De acordo com Riscado, Menezes e Agum (2015, p. 19), “podemos entender como política pública a discussão e prática de ações relacionadas ao conteúdo, concreto ou simbólico, de decisões reconhecidas como políticas; isto é, o campo de construção e atuação de decisões políticas.”

O fato é que somos regulamentados por normas e instâncias que, querendo ou não, estamos submetidos em sociedade. Bucci (2002, p. 241) afirma que as PP são ‘metas coletivas conscientes’ e, como tais, um problema de direito público, como já citado, são metas para serem buscadas para todos, em sentido a mão dupla governo e sociedade se relaciona, fazendo com que a PP acrescente ao Estado evoluindo-o dos modelos antigos em que não se permitia a relação e diálogo. A tal processo Saravia e Ferrarezi (2008, p. 28) esclarecem:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas.

A complexidade da PP vai permeando os estudos de direito, administração e comunicação, tendo em vista sua importância para a globalização que o mundo sofreu constituindo-se um elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem a política e suas demandas, sendo um meio de ação existente na sociedade para manter a ordem social. Sendo ela para Saravia e Ferrarezi (2006, p. 31): “um conjunto sequência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades”. Nesse contexto, outro autor que corrobora para o

entendimento é Faria (2009, p. 175) que esclarece: “um conjunto de interesses diversos, de embates argumentativos, feito por diversos atores ligados às normas sociais vigentes”. A PP é um tema complexo que vai além do ato de governar por si só, ela visa a interrelação do público com a constituição e busca uma análise aquém do Estado e sim do que ele pode oferecer enquanto resposta ao público do seu exercício.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que propriamente na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o Estado e sobre o papel de uma das mais importantes instituições do Estado, ou seja, o governo, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. (SOUZA, 2003, p. 2).

Entendemos assim que o universo de uma democracia compreende a PP, que coexiste com as diferentes formas de atuação do poder público e a história de um país, de modo que devemos refletir sobre o papel do governo na regulação social que converge para a congruência de interesses da sociedade civil, das empresas e do próprio Estado. Ressalta-se que quando falamos de PP estamos falando também das ações da sociedade civil e do setor privado (BUSTAMANTE, 1986). Quase como um planejamento de metas, as PP em todos autores coincidem com um conceito geral e nas suas características essenciais que são a base de tal processo, e na abrangência das pesquisas de PP começou a se especificar cada vez mais, distinguindo os estudos e aprimorando-os em subdivisões de acordo com suas etapas de formulação, implementação e avaliação.

A primeira é a preparação da decisão política; a segunda, a decisão política, ou a decisão tomada por um político ou pelo Congresso, e sua formalização por meio de uma norma jurídica. A implementação também deve ser mais detalhada na América Latina. É necessário separar a implementação propriamente dita, que é a preparação para a execução (ou, em outras palavras, a elaboração de planos, programas e projetos), da execução, que é pôr em prática a decisão política. (SARAVIA; FERRAREZI, 2006, p. 32).

O que temos é que nessa racionalidade de processos, os pesquisadores da área, como Celina Souza (2003), promovem acima de tudo um processo de direito público, em que nas diferentes instâncias visam promover ainda a cidadania ao serem exercidas. Para tanto, existe

uma autonomia relativa em que diferentes atores conseguem atuar dentro das PP como: movimentos sociais, setor privado e órgãos extra governo. A autonomia do Estado é garantida na promoção do bem-estar público, pois a democracia compõe distintas visões conceituais sobre as relações públicas que propõe e acaba convivendo com os conflitos de interesses.

Ações das instituições estatais de todo tipo, que, de acordo com as concepções e legitimações de cada sociedade e cada tempo histórico determinado, orientam os destinos da criação, produção, difusão e consumo de produtos comunicativos e culturais. Na atualidade, políticas de comunicação englobam também proposições e iniciativas de segmentos da sociedade civil e do setor privado (BUSTAMANTE apud MORAES, 2009, p. 109).

Acredita-se que não há democracia sem direito à comunicação. O direito coexiste com política pública que busca dar acesso a cultura, bens e serviços que as PP propõem ao meio. Como a mídia e a comunicação interferem e fazem parte dessa sociedade, até mesmo fiscalizando o poder do Estado, entramos em um nicho das PP que combinam com os processos comunicacionais. Ou seja, não existe um local social isento de PP, no contexto democrático, quando compreendemos que algumas decisões não podem ser tomadas unilateralmente e entendemos que elas são necessárias para promover a cidadania. Saravia e Ferrarezi (2006, p. 37) completam ainda o quão fundamental é o papel da instância governamental no processo “Em toda política pública, as instituições desempenham um papel decisivo. Com efeito, delas emanam ou elas condicionam as principais decisões. Sua estrutura, seus quadros e sua cultura organizacional são elementos que configuram a política.”

Como é amplo o contexto que elas se fazem presentes, nos estudos a fim de especificar as PP sofrem divisões e especificações a fim de minuciar suas atuações, Theodor Lowi (1964, 1972) divide-as em quatro segmentos que Souza (2003) retoma de forma clara. Para tais autores, as Políticas Públicas podem ser: a) políticas distributivas, que seriam as decisões tomadas diretamente pelo governo; b) políticas regulatórias, que se resume aos processos mais burocráticos, como o sistema de energia que rege um estado; c) políticas redistributivas, exemplificada pelo nosso sistema fiscal, previdenciário, que consegue atingir um grande número de brasileiros e d) políticas constitutivas, que seriam os procedimentos.

Ao abordamos as PP entendemos que as instituições impregnam as ações com seu modo específico de atuação. Para isso compreender a mais ampla organização social a qual a PP está destinada em que a ação planejada se diferenciara quanto ao objetivo proposto, sendo essa finalidade que a caracteriza. Assim, levando em consideração esta pesquisa, visualiza-se

que no Brasil (no que tange a empresa pública); as PP aparentemente atendem as características de uma PP as quais EBC se insere conforme Elmore, citado por Saravia e Ferrarezi (2006): “como praticamente todas as políticas públicas são executadas por grandes organizações públicas, somente entendendo como as organizações funcionam é que podemos entender como as políticas são modeladas no processo de implementação”, assim se faz necessário aprofundarmos e mergulharmos no que a EBC propõe enquanto membro do governo e suas nuances.

- A política pública distingue entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários níveis de governo e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, ela implica também em implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2003, p. 13).

Assim, confirma-se que a EBC cumpre todos os requisitos supracitados, como: o envolvimento com vários níveis de governo, as ações intencionais que envolvem a empresa desde a sua própria criação (que foi debatida e instituída promovendo a cidadania), já bastam para que ela possa ser considerada como uma PP.

Ressalta-se que as PP são como um motor social, que promovem a democracia ao executar as ações que lhe são propostas, sendo o papel do Estado determinante nas regulamentações e restrições para promover o bem-estar social. Dessa maneira, tal estratégia para que uma PP seja executada precisa seguir os seguintes passos já citados: implementação, execução e avaliação. Três etapas que precisam estar claras ao governo para não ocorrer ruídos nesse processo, conforme corrobora Kunsch (2011, p. 15):

a instituição pública/governamental deve ser hoje concebida como instituição aberta, que interage com a sociedade, com os meios de comunicação e com o sistema produtivo. Ela precisa atuar como um órgão que extrapola os muros da burocracia para chegar ao cidadão comum, graças a um trabalho conjunto com os meios de comunicação. É a instituição que ouve a sociedade, que atende às demandas sociais, procurando, por meio da abertura de canais, amenizar os problemas cruciais da população, como saúde, educação, transportes, moradia e exclusão social.

As PP estão ligadas também à área de estudos da ciência política. Diversas subdivisões permeiam os estudos de PP como: PP Compensatória, PP Territorial, PP Assistencialista, PP de Segurança Pública, dentre tantas outras que não abordaremos (por não haver relação com a CP e os processos comunicacionais da EBC propostos nesta pesquisa).

O que define uma PP é um “problema” público, de forma que não é só o governo que tem a capacidade de solucioná-lo. Qualquer instituição, mesmo que privada, pode promover PP de acordo com a coisa e interesse público. Do mesmo modo, quando entendemos que a PP mostra o Estado em “ação”, devemos ter a consciência que ao mesmo tempo em que o Estado promove soluções exequíveis para problemas ele também pode omitir-se. E isso não deixa de ser uma PP.

O denominador mais comum de todas as análises de redes de políticas públicas é que a formulação de políticas públicas não é mais atribuída somente à ação do Estado enquanto ator singular e monolítico, mas resulta da interação de muitos atores distintos. A própria esfera estatal é entendida como um sistema de múltiplos atores (SCHNEIDER, 2005, p. 38).

A comunicação é um meio e fim de execução da PP que promove a democratização, de modo que em nossa pesquisa, a PP será observada no âmbito da comunicação pública; mais especificamente tendo como objeto a EBC, e não sua produção comunicacional para os diferentes veículos (TV, agência de notícias, rádio, etc.). Em outras palavras, o objeto de estudo é a empresa ou complexo comunicacional enquanto agente político, e mostra da visão de política de comunicação adotada e que “não pode ser vista e pensada em torno de veículos isolados como o rádio, a TV e a internet. A complementaridade entre eles é fundamental” (VIDAL, 2009, p. 65). O complexo EBC contempla diversas mídias que se convergem na realização proposta de uma PP.

Assim, segundo os autores supracitados, podemos analisar que as definições se completam e que não há uma concreta e acabada sobre o que é uma PP, visto que o termo implica diversos questionamentos, ensinamentos e construções coletivas, que muitas vezes não são permeadas por consensos imediatos, pois se faz necessário abordar o contexto administrativo, político, social, mas o que se conclui é que a Política Pública desempenha a função de legitimação.

3.1 Fechando o cerco: políticas públicas de comunicação

Conforme abordamos na seção 2.4 o direito à comunicação e definimos o que são políticas públicas, cabe agora fecharmos o leque e esmiuçar as PPC.

A primeira e fundamental consequência de se reconhecer o direito à comunicação é entender de que ela precisa ser vista como passível de discussão e ação enquanto política pública essencial. difícil é e será sempre o reconhecimento da comunicação como política pública no capitalismo, justamente por ser ela entendida, na ideologia liberal das sociedades de mercado, como a principal garantidora e, mesmo, alavancadora da liberdade de mercado. (RAMOS, 2005, p. 250).

Como vimos, a PP é um meio de legitimar a relação estado/civil permeando as relações sociais e consequentemente a comunicação enquanto direito do cidadão. Para tanto, buscaremos compreender as potencialidades da comunicação, a fim de elucidar a democracia que vivenciamos e compreender o papel da Empresa Brasil de Comunicação, por isso, a partir do que se entendeu por Políticas Públicas, cabe agora esta ramificação para abordar a PP na área da comunicação, explorando questões que passam a ser objeto da ação governamental enquanto instrumento social.

Abordamos os conceitos de público e IP, para tanto vale ressaltar ainda, segundo Maria das Graças Rua (2005, p. 1) que “as políticas públicas são ‘públicas’ - e não privadas ou apenas coletivas. A sua dimensão ‘pública’ é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter “imperativo”, significando que o cerne é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público”, assim sendo, temos que as PPC são meios que fazem valer-se a regulação para o campo da comunicação a fim de interpretar as necessidades da instituição que promovam a informação. De modo que a PPC seria a política que abrangeria frente ao IP para atingir seus interessados, buscando dar luz as questões públicas a partir de ações governamentistas.

As PPC fazem toda a diferença ao serem efetivadas, por isso compreender que a Empresa Brasil de Comunicação é a efetivação de uma PPC, segundo acredita Miola (2012, p. 3): “que o caso da criação da EBC constitui um exemplo de questão de interesse público que passou por um processo característico do sistema deliberativo: a partir dos fluxos comunicativos entre diversas esferas, especialmente dos inputs da esfera civil, uma política pública foi gestada no seio das instituições políticas”. Baseia nos também que a EBC se propõe ao exercício das PPC, sendo um meio de estímulo à participação cidadã, tendo em

vista outros exemplos no mundo, como traz o pesquisador Danilo Rothberg (2011), apresentando o caso britânico, a *British Broadcasting Corporation* (BBC) enquanto exemplo de órgão de exercício de PPC que visivelmente defende o processo de um sistema de radiodifusão a partir das linhas de PPC e Comunicação Pública. A exemplificação mostra que os atores cívicos precisam ter a capacidade para engajamento em interações comunicativas de algo não ligado ao governo e sim ao Estado independente de quem o gere e seus sistemas partidários. Exatamente por isso, esta pesquisa pretende questionar se as PPC se alteraram durante o governo de Temer frente a EBC.

Temos ainda a concepção que as PPC trazem à tona e propulsionam discussões além da simples transmissão de informação, Rothberg (2011, p. 195) “a união dos termos jornalismo e público não implica uma redundância, pois eles não possuem uma ligação automática e permanente. Ao invés, precisam ser efetivamente conectados por iniciativas objetivas, com tal propósito assumido”. As iniciativas propostas pelo Estado proporcionam visivelmente a defesa da cidadania, pois as medidas das PPC devem ser plurais e permitir o acesso ao um público mais diversificado, garantindo um processo democrático. É uma forma do Estado estar em ação e garantir diferentes direitos ao cidadão. Afinal, quando vislumbramos um processo comunicacional como a EBC, que está inserida em um país tão diversificado quanto o Brasil, busca-se soluções mais universais possíveis e tenta-se, a partir das demandas de problemas, solucionar elementos menores, mas que atendem ao interesse público de determinada circuncisão: promovendo a cidadania, propondo medidas de acordo com o processo do direito comunicacional que temos outorgado na constituição.

Governos podem ajudar no estabelecimento de padrões adequados de comunicação na sociedade por meio da formalização e adoção de múltiplas políticas públicas que orientem os processos de interação e troca de informações de interesse coletivo. Política pública, aqui, é o conjunto integrado, explícito e duradouro de definições, parâmetros e orientações, organizadas em um corpo coerente de princípios de atuação e normas aplicáveis aos processos ou atividades de comunicação. É um instrumento de comunicador que induz à participação, ao debate e a institucionalização de procedimentos adequados ao atendimento do interesse coletivo. (DUARTE, 2009, p. 6).

Estamos lidando com algo extremamente racional, em que propomos metas para alcançar objetivos. Ao propormos tais debates, quanto as PPC, faz-se necessário desenvolver metas, estudos e conceitos para clarear ainda mais tal política no quesito da empresa pública, EBC. Partindo do diagnóstico considerando que os elementos para que a Empresa Brasil de Comunicação atenda de fato ao campo da PPC ela propõe-se alcançar os aspectos comuns:

sejam políticos, econômicos ou de forma social, visando o bem comum. PPC são assim orientadas a partir de algo que esteja incomodando, seja um problema, ou algo que destoe da norma. A partir dessas demandas e necessidades da sociedade são incorporadas às PPC soluções e planejamento, para que sejam capazes de despertar um sentimento coletivo de valorização da democracia, de modo que sejam definições claras, organizadas aplicáveis às atividades de comunicação de interesse público. Cabe-se assim, ao Estado, satisfazer as aspirações coletivas, Harada (1999, p. 134):

encampando-as como necessidades de ordem pública e, conseqüentemente, inserindo-as no ordenamento jurídico, disciplinando-as em níveis constitucional e legal. Assim, tudo aquilo que incumbe ao Poder Público prestar em decorrência de norma jurídica, de natureza constitucional ou legal, configura interesse público a ser satisfeito exclusivamente pelo regime de direito público, vale dizer, pela observância das regras concernentes à legalidade, à impessoalidade, à publicidade e à razoabilidade. Em última análise, a finalidade do Estado consiste na defesa permanente do interesse público, ou seja, na realização do bem comum, em função do qual desenvolve as atividades financeiras.

Voltando à concepção legal que abordamos de direito público nesta pesquisa, as PPC propõem a concentração de benefícios a partir do IP, sabe-se de fato, que neste processo democrático alguns ficam em detrimento de outros, entretanto seus efeitos são abordados pelos pesquisadores da área para diagnosticar a melhor maneira para atender o bem comum, tendo em vista que “O benefício é específico e concentrado, mas seu custo é difuso na sociedade.” (RISCADO; MENEZES; AGUM, 2015, p. 20). Ao atender a coletividade, a comunidade, uma empresa, cidadão, atende-se ao interesse público que diz respeito aos mais diversos setores sociais baseando nos processos regulatórios, norteados pelo mesmo, visa atender à necessidade comunicacional da sociedade. Não obstante, a comunicação deve se fazer livre ideologicamente e indiferente do poder político que a rege mais uma vez.

O agir dessa comunicação é o próprio comunicar, mas o fazê-lo a partir da identidade e legitimidade ligada às articulações comunicativas que ela estabelece com seu entorno. Um ato antes de tudo racional pelo qual os seres humanos exercem um dos maiores direitos: de se manter informado e informar, regidos por nossa constituição magna. Esse direito não pode ficar refém ao bel prazer individual seja de um partido ou um governante. Isso se deve por vivermos em um estado de direito em que a lei que regulamentou a EBC, perpassa a mesma legislação que fiscaliza constitucionalmente e apura se está aplicando PPC. E isso demonstra o que é mais belo da comunicação, a manutenção de ordens sociais. Por isso se faz tão necessário debater e colocar em pauta o processo comunicacional que nos permeia, para não

permitir que o Estado se intoxique por pessoas ou movimentos que não visam as PPC pelo fato de serem incapazes de reconhecer o direito das normas e até soluções sociais.

Entende-se que a sociedade civil participa do processo e que por si só soma no procedimento de agente público, mas que impera a centralidade do Estado e do poder executivo frente a execução de PP que Ele adota e executa por meio da máquina estatal. A partir dos pontos que se convergem quando abordamos as PPC e a CP cabe a reflexão de um “papo reto” sobre a EBC. Analisando o atual quadro político do país, que por hora nos assusta e parece tarefa árdua frente a vulnerabilidade, instabilidade e rapidez dos processos e fatos durante a pesquisa deste mestrado, todo diagnóstico tende voltar-se para os elementos vistos como prioritários a partir do processo de garantir legitimidade às ações do governo frente às PPC, e como, caso correspondam, elas valorizem o cidadão ou lhe atribuem algum valor, nesse processo exercendo a CP assumindo a perspectiva cidadã. Tendo em vista o que já afirma o pesquisador de PPC, professor da Universidade de Brasília, Murilo Ramos (2005): “as forças democráticas e populares hoje, quando postas diante do desafio urgente de buscar uma cada vez maior democratização dos meios de comunicação precisam atentar para o fato básico de que a comunicação é portadora de um novo direito social, o direito à comunicação”. A fim de representar para a sociedade tal direito que a tem as PPC visam o reconhecimento da comunicação como uma política de fato social que deriva do direito público, tendo motrizes políticas, econômicas e culturais.

Para esta pesquisa, um dos recortes que trazem as PPC é o *Manual da EBC*, em que a partir dos princípios teóricos expostos busca o exercício do IP a favor de sua PPC: “O interesse da sociedade brasileira é o foco essencial do jornalismo da EBC, que deve se colocar a serviço do direito dos cidadãos à informação correta e qualificada, à comunicação plural e diversificada e à liberdade de pensamento, opinião e consciência” (EBC, 2013, p. 22).

Exercer a PPC a partir de tais ideais é o cerne proposto desde a criação da EBC, agora, sabe-se que para o exercício das mesmas, ressalta Miola (2012) que tal política pública foi gestada no próprio seio das instituições públicas. E um dos desafios que perpassam a temática é a própria manutenção do sistema de PPC, tendo em vista seu sustento e seus impactos sobre sua própria atividade. A fim de elucidar o primeiro ponto, temos que Miola (2012) ao pesquisar PPC, reconhece os desafios enfrentados pela EBC primeiramente enquanto estrutura desde sua criação que conciliou empresas com filosofias distintas, congregando emissoras de natureza pública e emissoras de cunho estatal.

A estatal pertence ao Estado ou está a ele vinculada, enquanto a pública não guarda vínculo administrativo direto ou indireto com qualquer instância dos poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário. Nesse caso, a propriedade de um meio público de comunicação não pode estar subordinada direta ou indiretamente ao Estado, mas também não pode ser financiada pelo mercado anunciante – ou seja, ele não pode veicular comerciais. Seu financiamento é público e deve ser proveniente da sociedade ou de dotações regulares provenientes do Estado. Sua gestão não pode ser influenciada por agentes ou autoridades estatais, mas deve ser proveniente de um conselho com representantes da sociedade. Mesmo que suas nomeações sejam originadas ou sancionadas por órgãos de Estado, os membros desses conselhos não devem obediência à administração estatal. (IACOMINI et al., 2017, p. 258).

Tal junção será citada e esmiuçada nos próximos capítulos. O contexto que temos é trazido pela própria constituição: “Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (BRASIL, 1988).

Vale um parêntese aqui, quanto a serviço público privativo do Estado (sistema de radiodifusão estatal), serviço público não privativo (sistema de radiodifusão público) e atividade econômica em sentido estrito (sistema de radiodifusão privado), que permeia a radiodifusão no Brasil, e o sistema televisivo o qual a EBC está inserida, pois sempre aparece público e estatal separadas, e por mais simples que seja gera confusão quanto aos sistemas existentes. A começar pelo mais obvio o privado tem por finalidade o lucro, o poder, a audiência e em que se existe a necessidade de investimento visando o capital. Já a regulação enquanto estatal prevalece a informação institucional, cumprindo o dever do Estado. E temos a pública, que visa os interesses públicos, direito à liberdade de expressão, artística e afins, e segundo a justiça: trata-se de uma medida de correção das oportunidades comunicativas no interior da comunicação social. E todos os três sistemas convivem em harmonia, em complementaridade segundo o sentido jurídico da constituição, cada qual com seu cerne que corroboram para que as PPC sejam construídas a partir dos atores cívicos engajando interações comunicativas no processo temporal desde a criação até a execução das PPC.

É importante destacar que o período de implementação de uma política pública envolve uma proposição e discussão desta e a tomada de decisão – ou seja, é quando acontece o ápice das disputas argumentativas. Neste período a oferta de argumentos e enquadramentos na esfera de visibilidade pública tende a ser grande, alimentada pelas discussões no Congresso e pela repercussão na sociedade. As expectativas, portanto, são de que o volume e a pluralidade de argumentos encontrados na imprensa sejam significativos. (MIOLA, 2012, p. 14).

A fim de elucidar o que cabe a este trabalho temos como base a coletânea do coletivo Intervozes, sobre os Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo (2009) o qual nos apresenta a EBC enquanto o sistema público não-estatal sendo ele:

Feito para o público, devendo, para isso, constituir uma independência, protegendo-se tanto das influências do mercado quanto do controle do Estado. A subordinação a qualquer um desses polos tiraria a dimensão universal de reflexão do público em favor dos interesses particulares seja de um ou mais capitais, seja de um ou outro partido [...] Do lado do financiamento, deve-se buscar um sistema de fontes de receita que não condene a emissora pública à busca de publicidade no mercado, o que a remeteria ao perfil comercial, mas também impeça que governantes de plantão possam interferir na condução dos veículos pela prerrogativa de aprovação de seus orçamentos. (SISTEMAS ..., 2009, p. 37).

A partir de tal concepção que a UNESCO também elucidada o sistema de radiodifusão pelo mundo, a fim de propor enquanto PPC algo que se faça universal. “nem controlada pelo mercado ou pelo Estado, a razão de ser da radiodifusão pública é o serviço público. Essa é a organização da radiodifusão pública; ela fala a todos como cidadãos. Radiodifusão pública é definida como um local de encontro onde todos os cidadãos são bem-vindos e considerados iguais (UNESCO, 2000, p. 4). Corroborando-se assim para a cidadania, bem social, compreendendo o quão importante é a EBC, como primeira referência nesse contexto na história deste país a partir da mídia pública sendo um espaço democrático entre o mercado e Estado pelo cidadão.

4 COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Compreendemos anteriormente como o universo social corrobora-se em fluxo com políticas, governo e o público. Para tanto se faz necessário um aprofundamento teórico na primeira base bibliográfica que sustenta tal pesquisa: a comunicação pública. Com a finalidade de especificar a temática separamos a ela um capítulo que traz suas nuances pesquisadas e afins.

Como esforço inicial de definição, podemos dizer que a comunicação pública ocorre na esfera pública, embora ambos os conceitos não sejam equivalentes. Além disso, ela pode ser realizada pelo Estado, mas não apenas por ele, tendo também como possível protagonista a sociedade civil – cidadãos, movimentos sociais ou ONGs. A nosso ver, seu fundamento assenta-se em seus procedimentos, que precisam estar abertos à participação ativa da sociedade, e em seus objetivos, que têm o interesse público como pano de fundo. (PEREIRA FILHO, 2015, p. 93).

Com a finalidade de esmiuçar mais o processo comunicacional que permeia tal ciclo e compreendermos a Empresa Brasil de Comunicação enquanto objeto deste projeto, um conceito que muito será abordado é a Comunicação Pública (CP). Por isso, tal temática merece ser detalhada a fim de nortear a leitura.

Vale ressaltar que os estudos pertinentes ao tema da comunicação pública iniciaram-se em solo europeu, mais especificamente na França, Michel Le Net (1981), e chegaram a terras brasileiras na década de 1980. Tal temática a priori, surge como o processo comunicacional que visa a finalidade de transparecer o papel do Estado e da iniciativa privada ressaltando aquilo que é do direito público do cidadão de se informar de acordo com o interesse público, conceitos já apresentados.

Nesse nicho de pesquisas, que soa ainda como algo recente, pois segundo Brandão (2006), o conceito ainda está em formação e possui diversas interfaces, algumas que até se conflitam de acordo com o histórico de onde a CP está sendo pesquisada. Por isso, tais estudos visam compreender tal definição que segundo Matos (2009) tem enfrentado vários desafios no campo da Comunicação Social. E complementa que, talvez o principal desafio seja a confusão entre as noções de comunicação governamental e comunicação pública. E sucintamente abordando temos que:

De um lado, a comunicação governamental abrange o processo de difusão de mensagens e rotinas da comunicação social de agentes administrativos, explicitadas ou não em suportes legais que regulamentam as comunicações

internas e externas do serviço público. De outro lado, a comunicação pública envolve, como destaca Elisabeth Brandão (2007), o processo de interlocução que dá origem a uma esfera pública de diálogo e debate entre Estado, governo e sociedade, na qual temas de interesse coletivo e interesses plurais são discutidos e negociados” (MATOS, 2009, p. 2).

Tal contexto, diz ainda que não é que comunicação governamental e comunicação pública são opostas, mas que elas podem ao aprofundarmos nos estudos da CP temos que podem se convergir e intersectar. Matos (2009, p. 2) completa que a “comunicação pública se relaciona mais profundamente com as noções de cidadania, participação e engajamento cívico”, pilares que contrapõe o que esperamos de uma comunicação governamental, cuja a imagem temos de uma comunicação publicitária, anunciante, de vender o peixe do governo, mas que também deve ter noções tais como a CP.

Para clarear a dicotomia entre a CP e a comunicação governamental, precisamos reforçar que a CP tem por premissa atender ao interesse público, ao cidadão, a cidadania, e não se limita à esfera governamental. No Brasil a expressão pode ser facilmente confundida com algo estatal. Isso decorre, segundo Matos (2012, p. 49), porque a implantação da radiodifusão nos anos 1920, “consagrou a expressão comunicação pública, entendida como comunicação estatal. Isto é, o termo era utilizado em contraste com a comunicação do setor privado”.

Nessa encruzilhada, lembro-me de uma analogia, cuja minha orientadora neste mestrado apresentou quando surgia alguma dúvida teórica. Analogicamente: se existe um buraco na porta da universidade e um grupo se unir para que tome alguma atitude, e a assessoria de comunicação da instituição ao ser avisada divulgue isso, pois o buraco está prejudicando o percurso do direito de ir e vir da comunidade acadêmica, a partir de tal informação quando a assessoria divulgar e disponibilizar tal aviso para esses interessados teremos um exemplo de CP. Trata-se de uma comunicação entendida de maneira profundamente democrática (PEREIRA FILHO, 2015), entretanto, a mesma situação pode ocorrer, e um grupo de pessoas da universidade irem até ao governo e a assessoria da prefeitura da cidade ser avisada e divulgar que tampará o buraco. Tal informação nesse processo de comunicação também pode ser entendida como uma CP acima de uma comunicação governamental, a subjazendo-a, pois o fato é que propor tal relacionamento com a cidadania, engajamento cívico e atendendo ao interesse público da comunidade acadêmica que usufrui das ruas da cidade elencamos características que nos traduzem a CP.

Tais abordagens mostram que a arremetida dos processos comunicacionais é emergente ao serem discutidos nos mais diversos âmbitos sociais. Quando legitimamos o

cidadão como um interlocutor da comunicação já estamos a um passo da CP, entretanto é preciso ir mais a fundo e compreender tais estudos.

A expressão (comunicação pública) vem sendo utilizada com múltiplos significados, que com frequência se conflitam, dependendo do país, do autor e do contexto em que é utilizada. Tamanha diversidade demonstra que a expressão ainda não é um conceito claro, nem mesmo uma área de atuação profissional delimitada. Pelo menos por enquanto, comunicação pública é uma área que abarca uma grande variedade de saberes e atividades e pode-se dizer que é um conceito em processo de construção. (DUARTE, 2009, p. 64).

Em linhas gerais temos que a CP esteja plenamente ligada com o processo de cidadania, o qual entendemos por Benevides (2004) que o ser humano neste caso vai muito além de um simples contribuinte, consumidor, reivindicador, mas sim, cidadão que é aquele que visa o bem comum. De maneira que tal beneficidade a qual a CP busca é um agente transformador capaz de modificar onde se está inserido, para tanto, a temática da comunicação pública começa a ser de interesse da academia cada vez mais (apesar de relativamente atrasados em comparação com a Europa que na década de 1980 começou o estudo sobre a temática). Entendemos que nessa constante busca, a CP traduz muito do cenário do Brasil no ano de 2017, principalmente quando falamos de um órgão ao qual tem em seu cerne tal ideologia, como a EBC.

Em um processo de expansão das ideias de CP, os atores que a envolvem enquanto comunicação seguem a mesma integração: temos os emissores que promovem a mensagem, podendo ser instituições privadas, organizações ou o próprio governo. Entretanto, independente de quem emite, tem que ficar claro que precisa atender o objeto de interesse público e que não busca necessariamente lucros ou vantagens com isso. Existindo para atender a necessidade de promoção da cidadania, vide o que traz Souza (2006, p. 7):

política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz

O fluxo informacional da CP nos remete ao modelo comunicacional proposto por Lasswell, em 1948, que indica o ato de comunicação através das cinco premissas que buscam responder sobre: emissor, mensagem, meio, receptor e efeitos (Quem? Diz o quê? Através de

que canal? A quem? Com que efeito?). O que temos na CP é uma comunicação com intencionalidade, que tem um objetivo determinado. Neste caso ela não busca necessariamente responder todas as premissas apresentadas, mas vê na teoria de Lasswell base para estruturar a CP, conforme também se explana.

A comunicação pública diz respeito à interação e ao fluxo de informação relacionados a temas de interesse coletivo. O campo da comunicação pública inclui tudo que diga respeito ao aparato estatal, às ações governamentais, partidos políticos, terceiro setor e, em certas circunstâncias, às ações privadas. A existência de recursos públicos ou interesse público caracteriza a necessidade de atendimento às exigências da comunicação pública (DUARTE, 2009, p. 3).

Em tal contexto, Matos (2012) afirma que a CP consistiria em uma série de práticas e mensagens que partem das instituições públicas que se legitimam quando confere destaque à figura do cidadão. Não raro ainda a terminologia induz pensar que se trata apenas da comunicação feita por órgãos do governo, quando na verdade, autores defendem que se trata de um conceito que, apesar de ainda estar em consolidação, pode ser aplicado a vários conhecimentos e atividades reafirmado também por Brandão (2009), afinal a visão governamental ainda fica bastante atrelada quando pensamos em CP.

Mas como garantir legitimidade às ações do governo sem investir em uma concepção de comunicação governamental desatrelada da noção de espaço público de debate e troca de argumentos? Como valorizar o cidadão sem atribuir-lhe o status de agente capaz de participar de processos decisórios e deliberativos? Sob esse aspecto, o conceito de Estado anunciador se revela incapaz de auxiliar na avaliação de processos comunicativos que não se restringem à difusão de informações. (MATOS, 2012, p. 89).

De acordo com nossa Constituição Federal temos que no artigo 223, os sistemas privado, público e estatal deveriam coexistir de forma a se complementarem, tal almejo promoveria ainda mais a CP. Matos (2012, p. 6) corrobora argumentando que a CP “deve ser pensada como um processo político de interação no qual prevalecem a expressão, a interpretação e o diálogo construídos em uma esfera pública inclusiva e participativa”. A convergência proposta visa não que a CP seja proposta pelo Estado, mas sim que ela promova a democracia, promovendo intrinsecamente o bem social: “comunicação pública está diretamente vinculada à fundação da democracia, na passagem para a modernidade, e com o surgimento da sociedade civil, apresentando uma relação intrínseca entre esses três conceitos: sociedade civil, democracia e comunicação pública” (GIL; MATOS, 2013, p. 3).

O direito de comunicar paralelo ao interesse público corroboram para um processo democrático comunicacional em que os objetivos e princípios de empresas públicas, como a EBC, buscam seus fundamentos. Cabe resgatar aqui informações da proposta da empresa Brasil de Comunicação que nasceu com e para o exercício da CP, segundo Pereira Filho (2009), enquanto instituição, sendo inclusiva, democrática e participativa. Tais considerações são embasadas em Duarte (2009, p. 59) quando afirma que para “atuar em comunicação publica exige: compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo”. Essa amplitude proposta do direito à comunicação pela CP vai além de reduzir que precisamos ser informados, ou sermos somente receptivos, e sim, em contrapartida reconhece a capacidade do emissor em ser produtor e agente ativo dessa interação.

4.1 EBC pensada como um processo político de interação

A fim de contribuir para a compreensão da mídia no processo que a EBC, cuja a temática do sistema público de comunicação no Brasil tem sido tratado por diversas pesquisas recentes, se faz necessário analisar experiência da EBC (que é bastante jovem, tendo sido criada em 2008) e o desenho dessas políticas para ir além da teoria apresentada observando na prática as mudanças que perpassam e compreendendo a partir do interesse público frente aos fatos a serem apresentados tratando do papel da mídia pública, representada pela EBC, durante esse período.

Um dos preceitos da CP é atender ao IP, fato que pode ser entendido como o “bem comum” ou o “bem-estar de todos” (MAIA, 2011). E como o IP visa suprir os anseios de um determinado grupo social, temos que ambos conceitos somam e circundam a Lei de Acesso à informação atendendo assim a necessidade da constituição de fomentar a consolidação da CP no Brasil.

A LAI, como é conhecida a Lei de Acesso a Informação, já foi aprovada e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, por meio da lei número 12.527, em 18 de novembro de 2011, representando um grande marco nos avanços da comunicação pública no Brasil. Essa lei influencia diretamente o processo de comunicação dos órgãos públicos com a sociedade, pois a partir dela, os órgãos públicos tem como obrigação prestar contas e disponibilizar os dados do governo para a sociedade em geral. (ANJOS, 2015, p. 35).

A normativa esclarece que o IP seja atendido por meio da disponibilização de dados do próprio governo para a sociedade, propondo essa interação de troca estabelece-se a CP. As

regulamentações que ao longo dos governos foram impostas construíram assim o que temos hoje em vigor na nação, o fato é que não estamos falando de promoção do governo público, mas a Lei de Acesso a Informação (LAI) representa um ganho a todo universo comunicacional, e consequentemente para a EBC. Estamos lidando neste ponto com mais um marco para cumprir e seguir as normas que irão nortear uma sociedade/governo, para o exercício da CP. A LAI, mesmo que recente de 2011, converge para discussões quicá internacionais que estão sendo reconhecidas por buscar o exercício do processo cidadão da comunicação, conforme proposto pelo Relatório de MacBride³ de 1980, que ainda se faz atual em tal promoção.

O que se busca no Brasil com tais avanços é se fazer presente em cenários cada vez maiores a fim de discutir e promover a CP enquanto estudo e case pelos objetos que temos na nação. A EBC atualmente encontra-se em meio aos debates quando aborda-se as empresas públicas em todo o mundo, tendo em vista o processo político. E, diante do exposto, ela que por base trabalhava com vistas a uma comunicação pública estreita reconhecer suas normativas integrando um processo de Políticas Públicas da Comunicação propostas pelo Estado. Segundo Murilo Ramos (2007) foi difícil reconhecer a área da comunicação como uma PPC, por isso, para o bom desenvolvimento precisamos cada vez mais de estudos, e como a EBC é um dos marcos da Comunicação Pública no país o estudo por si só já se justifica e exige compreender um pouco mais do universo a fim de compreender o que acontece ao redor social.

Os pressupostos básicos da comunicação pública estão relacionados com o interesse geral de todos os envolvidos e a utilidade pública das informações, fazendo com que, após cumprir a sua função de informar, seja possível gerar a oportunidade de se criar diálogos e participações de todos os públicos em todas as esferas, pois para se praticar uma boa comunicação pública é necessário que existam várias opiniões, gêneros, pontos de vista e diferentes visões de mundo, para que assim possa ocorrer a continuidade, a igualdade e a mutabilidade. (ANJOS, 2015, p. 37).

E precisamos incluir outros agentes para que a CP enquanto espaço de interlocução seja instaurada concretamente pelos agentes cívicos, integrando a vida política da sociedade (BRANDÃO, 2007), mostrando que a CP não é o mais novo poder do universo, e sim o resultado do poder do cidadão para constituir a busca do bem comum. Sendo local de

³ O MacBride 1980 foi um documento da UNESCO publicado em 1980 com o objetivo de analisar problemas da comunicação no mundo em sociedades modernas, particularmente em relação à comunicação de massa e à imprensa internacional, e então sugeriria uma nova ordem comunicacional para resolver estes problemas e promover a paz e o desenvolvimento humano (MacBRIDE, 1980).

mediação, fala e escuta, compreendendo tal processo como uma via de mão dupla, estruturando uma relação entre entes públicos e o cidadão, “o qual é entendido como um receptor ativo” (PEREIRA FILHO, 2015, p. 94). Outra maneira análoga de se falar que facilita a compreensão do tema: é preciso ficar claro que não é algo imposto ou que só denota um caminho. A mão dupla tem as duas vias para que exista caminhos que promovam a cidadania, de modo que a comunicação do governo consistiria em uma série de práticas e mensagens que partem das instituições públicas e que se legitimam quando conferem destaque à figura do cidadão. De modo que exista uma interrelação de discursos com a finalidade de que estatais e cívicos fiquem mais próximos, e nesse caminho as informações sejam mais claras. “O cidadão é um interlocutor e os órgãos públicos devem estar preparados para se relacionar com suas particularidades, viabilizando o diálogo com o indivíduo segundo sua condição específica.” (PEREIRA FILHO, 2015, p. 94).

E por assim ser considerado, um processo político a CP integra o universo da PPC promovendo uma compreensão dos envolvidos na via de mão dupla.

A determinação do conteúdo da comunicação pública, seja ela local ou não, é orientada pelo ideal normativo das referências convencionais, tais como: o interesse público, o direito à informação, a busca da verdade e da responsabilidade social pelos meios de comunicação de massa. Não só os profissionais preparam e enviam informações a uma variedade de receptores, mas estes últimos também participam ativamente da construção das informações de interesse público. (MATOS, 2012, p. 12).

A CP contribui para o fortalecimento da democracia nas sociedades contemporâneas, de modo que ela preserva o direito à comunicação, fator dominante que compõe o Estado moderno, e ainda promove o cumprimento da função social. E tudo isso se une ao momento pelo qual a sociedade brasileira vive, elencando o debate político sobre os meandros do Estado. O desafio da CP é se firmar presente na atual conjuntura pressupondo obter dados e informações que permitam compreender e descrever as contradições que nos levam a questionar o que era e o que é a EBC após o impeachment considerando-se os (des)caminhos percorridos pelo estado democrático de direito e se a CP está anversa ao governo. Como enfatiza Duarte (2011, p. 128), “O desafio da comunicação pública é colocar a perspectiva do conjunto da sociedade e do indivíduo-cidadão acima das instâncias governamentais, privadas, midiáticas, pessoais e políticas”, cabendo a nós estudar e traçar diagnóstico a partir da temática.

São imprescindíveis os questionamentos de como se configura a comunicação pública frente aos encaminhamentos recentes na EBC e, em meio ao emaranhado de mudanças, observar, registrar e descrever como e com quem a EBC está ligada atualmente e se suas diretrizes obedecem ao Estado, a governantes, ao público ou a partidos, seja a partir de sua programação ou das leis que a regulam, Matos (2007, p. 54) reforça que “é necessário sair do círculo concêntrico em torno do governo, deixando que o Estado e também a sociedade assumam a responsabilidade da comunicação pública”. É preciso compreender as mudanças na lei e se essas mudanças afetaram o organograma e o fluxo de trabalho, existindo uma mudança de visão e uma perda política. De modo que a CP se torna providencial para a difusão de ideias onde a mídia corporativa não tem o compromisso com o debate democrático. Aumentado assim o IP e promovendo a democracia:

o estudo da comunicação pública deve se desvincular da personalização, ou seja, a comunicação pública não é aquela que está a serviço do presidente, de ministros e de autoridades políticas, mas é um processo de interlocução que preza o interesse coletivo, definido coletivamente na esfera pública de troca argumentativa. Certamente, é bom e profícuo. (MATOS, 2009, p. 11).

O funcionamento público da EBC, então baseia-se na CP e se qualifica socialmente ao buscar o exercício de uma mão dupla da comunicação com a sociedade, realizando tal interlocução cívica e social. Para tanto agora vamos conhecer a construção social da empresa a fim de buscar respostas frente ao momento pesquisado.

5 A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO EM PAUTA

Como dito anteriormente, o objetivo da presente pesquisa concentra-se em estudar a transição pela qual vem passando a EBC, primeira emissora de radiodifusão pública de alcance nacional, a partir do ano de 2016 frente a sua atuação perante à CP e PPC. Para tanto, faz-se necessário compreender o processo que culminou com a criação da empresa, a fim de embasarmos para questioná-la frente ao recorte temporal do governo de Michel Temer iniciado interinamente no ano supracitado. Com a consciência que o aparato midiático tem suma importância na história da nação, segundo Pieranti (2006), desde a ditadura militar até o atual governo, de tal modo que falar da EBC é falar da história da comunicação do Brasil e ter a referência que ela é a primeira alusão de um sistema inigualável aos anteriores do país reforçando a importância do conhecimento para com a mesma.

A EBC é o modelo de radiodifusão pública no Brasil que deriva do I Fórum Nacional de TV's Públicas, já citado anteriormente. Tal menção de algo dito inédito parte da sua construção em que se observa um contexto de resgate histórico pelo livro coletânea do Coletivo Intervenções em que aborda-se os Sistemas públicos de comunicação pelo mundo (2009) onde o direito à comunicação não é apenas o de ser consumidor da informação, e sim coadjuvante desta história que preza enquanto base de Comunicação Pública. Devido ao curto espaço de tempo deste mestrado não vamos aprofundar e resgatar tal história que tão bem foi apresentada pela literatura citada anteriormente, bem como por pesquisadores como Pereira Filho (2015), mas vamos contextualizar tal espaço democrático que surgiu a uma década.

A história começa ainda no governo de Castello Branco com a criação do Ministério das Comunicações, mostrando que a comunicação já se fazia importante e crescente e por isso surge assim a necessidade do Estado em regular tal crescimento a partir da legislação. A regulação, por mais que primitiva a priori lidando com concessões, pois ainda não se sabia ao certo o solo por onde andar, buscava primeiro colocar um cabresto a fim de frear e direcionar como e para onde o sistema de comunicação se dirigia, entretanto nesse momento muito ainda se olhava para o próprio umbigo do Estado e era carente e inefetivo. Assim, em 1962, no governo João Goulart criou-se o CBC.

A legislação estabelece tão somente um controle incrivelmente burocrático, rígido e ineficiente das atividades de radiodifusão do país. Centra-se quase que exclusivamente na gestão do espectro e na política de concessões. Sobre as possibilidades de controle do CBC afirma: Os controles de propriedade são falhos, não existem mecanismos para efetivo acompanhamento da programação das emissoras de rádio e televisão e, adicionalmente, boa parte

dos preceitos do CBT está tecnologicamente ultrapassada e já se tornou letra morta – com a digitalização da comunicação eletrônica, em vias de se tornar realidade, esse arcaísmo legal se torna ainda mais intenso (LOPES, 2005, p. 10).

Com o passar dos tempos o próprio Estado viu que precisava-se ir além da Política e de Concessões, começava a se desenvolver e ampliar as práticas comunicacionais com a nova república até chegar na democracia. Tal necessidade caminha, mesmo que a lentos passos, ao encontro de Políticas Públicas para proporcionar o direito a uma comunicação integral.

De 1962 a 1997, todo o setor de telecomunicações foi regido pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), aprovado pela Lei no 4.117/62. Com a promulgação da Constituição de 1967, a competência para a exploração de serviços de telecomunicações passou a ser de titularidade exclusiva da União, diretamente ou mediante autorização ou concessão” (art. 8o, XV, “a” da Constituição de 1967) (WIMMER; PIERANTI, 2011, p. 5).

Temos ainda no período criações ligadas a representação da sociedade com certa autonomia de seus governantes, iniciando passos largos de mídia pública no país segundo outro pesquisador, Valente (2009a), que também faz esse resgate histórico dos programas educativos, ainda no governo militar de 1967 que caracteriza esse passo maior da comunicação. Os ganhos foram com os programas educativos que surgiram como exemplo de produções públicas devido ao seu financiamento, e para tanto serviram de experimento para os processos de futuras radiodifusões públicas, tal exemplo se caracteriza pela TV Cultura de São Paulo.

A norma estabeleceu o caráter das emissoras educativas como não-comercial, proibindo todo tipo de patrocínio ou publicidade, fosse direta ou indireta. Começava assim o sistema brasileiro de emissoras educativas, capitaneado pelo governo federal e pelas administrações estaduais, bem como por algumas universidades federais. Dessas, apenas a TV Cultura, de São Paulo, almejava (ao menos no papel) alguma independência em relação ao governo local, sendo gerida por um conselho em moldes semelhantes aos de alguns países europeus.” (IACOMINI et al., 2017, p. 258).

No Brasil, ainda se há muitas divergências no que existe no papel e o que existe de fato na prática, segundo Pereira Filho (2015), há controvérsias quanto a eficácia e modelo estabelecido, pois “na prática, as emissoras padeciam de qualquer autonomia. Apenas poderiam transmitir aulas, conferências e debates. Estava vedado o recebimento de aportes financeiros por meio de publicidade direta ou indireta e patrocínio. Para Jambeiro, a experiência das TVs educativas teve o selo do fracasso” p. 40. Mas, é inegável que mesmo

assim a experiência serviu de exemplo, e a mídia pública foi tomando maiores proporções, ganhando espaço, e aos poucos sua importância se firmando.

Com a Constituição de 1988 ao estabelecer os sistemas de outorgas afirma-se a existência do sistema público e todo esse processo caminha e culmina com a criação da EBC quase duas décadas depois. Não obstante aos estudos, estamos abordando uma história recente, que em meio século se apresenta riquíssima de detalhes e fatos, assim na constância do tempo chegamos aos findares de 2007 em que culmina o fim da gestação desses processos embrionários com a Empresa Brasil de Comunicação, a iniciativa do governo federal que contava na época com a presidência com Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), o partido tinha um discurso contrário às privatizações e favorável à retomada do protagonismo do poder público em diversos campos da sociedade.

O I Fórum Nacional de TVs Públicas, idealizado pelo Ministério da Cultura e da Presidência da República, foi o evento que inspirou a criação da Empresa Brasil de Telecomunicações. O evento, que durou quatro dias em maio de 2007, reuniu diversos setores da sociedade civil interessados no desenvolvimento da comunicação pública no país. Como resultado do encontro, foi feita uma proposta intitulada Carta de Brasília, onde os participantes do fórum pautam e recomendam como uma TV pública deve ser constituída. [...] Sua fundação se deu através do Decreto no 6.246/2007 feito pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva no dia 24 de outubro. No dia 11 de dezembro de 2008, passa a vigorar o Decreto no 6.689/2008 que regulamenta o estatuto social da empresa. (FIALHO, 2017, p. 19).

De acordo com a história desse país o presidente Lula foi o trigésimo quinto presidente do Brasil e exerceu o cargo de primeiro de janeiro de 2003 a primeiro de janeiro de 2011 e em seu plano de governo deu os primeiros indícios de que executaria um sistema novo para o universo comunicacional, devido as discussões que permeavam ainda toda América Latina no âmbito da comunicação, para tal resgaste histórico Pereira Filho (2015) traz no capítulo 1 de sua dissertação uma memória da situação global nos meios de comunicação ditos públicos. No Brasil com a criação da EBC, no que tange a comunicação pública, em 2008, nasceu de fato um sistema público de comunicação que visava complementar o sistema de comunicação já existente no país. A história que começa a ser escrita a partir da criação da EBC traz consigo um passado que complementa e baseia o que ela pretendia.

A nova emissora nasceu com avanços inegáveis em relação às experiências do gênero, embora não tenha atendido em plenitude às expectativas da sociedade civil. Dentre várias inovações, destaca-se um Conselho Curador com atribuições definidas, poder de destituir diretores e interseção com a

sociedade, além de uma Ouvidoria respaldada por um mandato e proteções legais.” (PEREIRA FILHO, 2015, p. 46).

Um dos argumentos derivados das reivindicações do sistema foi a criação da Empresa com um sistema de Conselho Curador, o que já era um avanço frente ao que existia anteriormente. O nascimento da EBC é permeado ainda pela alforria para uma nova era reforçado por Valente: “A criação da EBC e de seu serviço televisivo, a TV Brasil, significou uma tentativa de superação do passado de atrelamento dos canais públicos aos governos e autoridades para apontar na direção da construção de iniciativas efetivamente públicas.” (VALENTE, 2009a, p. 269).

Os primórdios da EBC asseguram a pluralidade e respeito com o povo características intrínsecas à CP que amparam sua criação e que abordamos enquanto teoria na pesquisa. Tais informações podem ser facilmente percebidas no artigo 2º que compõe a constituição pela Lei n. 11.652. A criação da empresa tinha como proposta viabilizar inúmeras iniciativas e anseios os quais a população carecia pelo sistema antigo, como:

- I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;
- VI - não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;
- VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;
- VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e
- IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira. (BRASIL, 2008).

Foi a primeira vez, ainda que o artigo 223 já apresentado, foi abordado, mostrando que o sistema de radiodifusão sonora, sons e imagens partiria do princípio da complementaridade dos três sistemas existentes: privado, público e estatal. Surge assim uma regulação que preza pelo direito à comunicação não apenas pelo direito de ser consumidor de comunicação, mas como agente atuante, mostrando o que Bucci (2008, p. 46) completa nessa história da EBC em seu livro acerca do jornalismo que tange a Empresa, pois seria um jornalismo com a “responsabilidade de servir o cidadão e vigiar o poder”. Tais direitos que compõe a EBC nos

remetem a jurisprudência que abordamos enquanto algo que legisla o país, pois a comunicação além de ser direito está intrinsecamente ligada a noção mais fácil do existir, pois a partir dos meios de comunicação temos a afirmação que algo existe, foi midiaticizado, exposto e realizado, afinal a mídia tem um poder quase que estabelecido como verdade universal de ser um “poder”. Tal poder da comunicação determina a própria democracia, pois da individualidade a pluralidade das fontes de informação preza-se pela livre formação da opinião pública.

Entende-se a EBC, portanto, como uma tentativa de estabelecer uma mídia que seja independente do governo federal, mas que, ao mesmo tempo, seja capaz de oferecer ao espectador uma visão diferenciada dos acontecimentos, não contaminada pelos interesses comerciais que afetam as emissoras privadas. (IACOMINI et al., 2017, p. 259).

De tal modo que, ainda se faz complicado até mesmo à própria constituição esclarecer a distinção entre público e estatal. Os questionamentos acerca da temática é de que na lei, todo sistema é fruto de uma concessão “isso significa que as emissoras de rádio ou televisão, públicas ou privadas, prestam um serviço público. O que quer dizer que essas emissoras, mesmo quando são comerciais, realizam, ao menos em parte, funções de comunicação pública” (KOÇOUSKI, 2012, p. 72). A confusão que se estabelece parte devido aos próprios conceitos estabelecidos, pois os temas se entrelaçam e o que aborda Pereira Filho (2015) é que se tem a necessidade de compreender a Comunicação Pública e pautar isso de fato em leis claras:

Ao mesmo tempo, algumas tentativas de separar esses dois conceitos têm levado a labirintos teóricos. Se considerarmos que o sistema público deve ser democrático e independente, deveríamos aceitar então que o sistema estatal lhe fosse antagônico? Se a universidade e o sistema de saúde garantidos e financiados pelo Estado são considerados públicos e autônomos, por que o sistema de comunicação teria um tratamento distinto? Se a própria Constituição coíbe o uso de recursos públicos em proveito individual e apregoa a impessoalidade como um dos princípios da gestão estatal, por que a comunicação realizada por veículos estatais deveria se confundir com a comunicação destinada à promoção de um político ou partido? (PEREIRA FILHO, 2015, p. 98).

A concepção da criação desse novo sistema muito foi e ainda é discutida, em entrevista no mesmo ano da discussão 2007, o professor da Universidade de São Paulo, Laurindo Lalo Leal Filho disse ao site Intervozes (2007) que “entre as emissoras comerciais – controladas pelo mercado – e as estatais, estão as emissoras públicas. Estas, por sua vez, devem ser controladas pela sociedade”, clamando então pelo novo sistema que logo estaria disposto a sociedade contrapondo aos modelos existentes anteriormente e vindo com a

promessa de findar com a discussão sobre as empresas de comunicação custeadas pelo erário, afirmando, Pereira Filho (2015), que a EBC garantiria o caráter democrático, de uma gestão transparente, impessoal, que prestasse contas periódicas à sociedade e seria controlada pelo cidadão exercendo assim a CP integral, mas a promessa ainda hoje como observamos, passa por alterações ao longo de sua existência, desde seu processo de criação que já não foi tão simples.

Quando falamos da EBC, temos de ter a amplitude de uma empresa com abrangência nacional, não mais somente o eixo sudeste, com distintos interesses ao longo do processo, com diversos setores envolvidos que tangem a comunicação. Miola (2013) traz uma reflexão sobre esse momento inicial da empresa:

A criação da EBC reúne características particulares, tais como reunir duas empresas de naturezas distintas (Radiobrás e ACERP), e, especialmente, por tensionar interesses de diversas frentes, oportuniza a elaboração de uma abordagem mais complexa concernente ao panorama da radiodifusão nacional. [...] A introdução de um novo ator ou instituição no sistema de radiodifusão (especialmente uma empresa que se coloque na confluência dos interesses públicos e privados) tem o potencial de provocar a reorganização das forças políticas e econômicas e, com isso, tornar-se parte da agenda das mais diversas esferas. (MIOLA, 2013, p. 4, 9).

Antes da EBC existia a Radiobrás e a ACERP que segundo Bucci (2013) precedem e servem de base para esse algo novo em que se ansiava e vinha como promessa, o serviço público e produção de conteúdo de interesse público em detrimento do interesse do público. A nova legislação que substitui o antigo Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei n. 4.117/62), e que hoje em meados de 2018 já quase está toda revogada pela Lei Geral de Telecomunicações - Lei n. 9.472/97.

Em linhas gerais (regimentais, estatutárias, legais), a EBC é uma estatal como as outras – muito parecida, a propósito, com a velha Radiobrás. Ela almeja fazer comunicação pública, não governamental, mas ainda não chegou lá. A sua conformação legal não corresponde àquela que deveria ter uma emissora verdadeira pública. O que lhe falta, essencialmente, é exatamente isto: independência (BUCCI, 2013, p. 127).

O aporte financeiro é o principal questionamento de estudiosos quando o assunto é essa dicotomia da tipologia da nomenclatura. Mas, na prática não se trata somente disso, o que endossa a partir da herança do Estado e de sua relação histórica com a sociedade civil, o que pesa não é a semântica, afinal “consideramos que não é a titularidade de uma empresa

pública, por assim dizer, que definirá se uma companhia deve ou não se pautar pelo interesse público e por parâmetros de controle social” (PEREIRA FILHO, 2015, p. 46). Te tal modo que é preciso quebrar os tabus pré-estabelecidos, pois o novo modelo independente se fazia necessário perante as discussões políticas que permeavam a comunicação e culminaram na criação da EBC com um futuro promissor. Mas nesse primeiro momento de criação, as incertezas rondavam o contexto por não ter existido nada semelhante no país, o medo do novo, a novidade de fato perpassava os cernes políticos e civis, mas em pesquisas posteriores justificam-se tais argumentos. “Muitos passaram a se perguntar do que se tratava. [...] A dúvida, nesse caso, era justificável. Mas há também os que, não muito bem intencionados, já tinham na ponta da língua a definição para a nova TV: é do governo, vai ser ‘chapa-branca’”. (LEAL FILHO, 2009, p. 13)

As controvérsias sobre o que o futuro traria após a criação da EBC, por ser algo novo, foi, e ousamos dizer que ainda é uma dúvida tendo em vista o que aponta e retoma Miola (2013) nesse contexto histórico, “ao congregar emissoras de natureza pública e emissoras de cunho estatal, o projeto da EBC reforçava uma indefinição que seria uma das principais controvérsias a permearem os debates sobre sua criação.” (MIOLA, 2013, p. 11). Essa dubiedade faz com que a EBC nasça em meio a conflitos que visavam, com sua criação, uma solução para o processo comunicacional do país, mas será que a solução vingou? A resposta aos poucos é dada nas entrelinhas, afinal ela é reforçada também por outros fatores políticos que partem de movimentos sociais e populares clamando para a existência desse órgão:

Uma série de articulações entre governo, radiodifusores não-comerciais e movimentos sociais antecedeu o lançamento da Medida Provisória (Decreto nº 398 de 10 de outubro de 2007) que criou a Empresa Brasil de Comunicação. O Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado entre 2006 e 2007, reivindicava a criação de um sistema público de radiodifusão de acordo com valores democráticos, com parâmetros definidos para o conteúdo, adaptado às transformações tecnológicas trazidas pela digitalização das transmissões e, mais importante, com autonomia administrativa e financeira em relação ao Governo. (MIOLA, 2013, p. 11).

Pelas alíneas da lei percebe-se o olhar pretencioso da construção da cidadania e democracia, pilares da CP e que dão embasamentos ao que se cria, Artigo 3º “III: fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;”. Nesse contexto, afirma-se a comunicação pública, e cria-se a EBC, que tem até a pretensão de ser a ‘salvadora da pátria’: “entre deméritos e louvores, a capacidade de

trazer [...], a regulação da comunicação para a agenda pública” (MIOLA, 2013, p. 18). O fato é que com a criação da EBC e a nova regulamentação trouxe consigo ansiedade para o novo e exigências, que a partir de PPC trouxessem respostas e soluções, tais como isenção, equilíbrio, apartidarismo e pluralidade que Coutinho (2013, p. 21) pesquisa na esfera pública, mas a novidade EBC, traz também a esperança com as novas promessas de um serviço público rompendo a dissonância com as percepções já existentes.

A EBC é um grande conglomerado, é gestora de outras empresas: da Agência Brasil, Radioagência Nacional e do sistema público de Rádio, composto por oito emissoras distribuídas no Rio de Janeiro, Brasília, Amazônia e Alto Solimões.

Ora a EBC se aproxima da comunicação pública e ora da comunicação governamental. Isso porque, por um lado, ela é responsável por gerir os canais públicos – como a TV Brasil, a TV Brasil Internacional, a Agência Brasil, a Radioagência Nacional e o sistema público de Rádio, composto por oito emissoras –, por outro, ela presta serviços à Secretaria de Comunicação do Governo Federal (Secom), a qual está vinculada, com a produção de programas governamentais – como Voz do Brasil, Café com a Presidenta e Bom dia Ministro. A mistura de atribuições, a vinculação à Secom e a indicação dos principais cargos de direção da empresa pela Presidência da República colocam em questionamento seu caráter público. (VIEIRA; COUTINHO, 2016, p. 4).

No livro, já citado, *Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo*, Jonas Valente (2009a) traz um grande resgate desses canais e coberturas que lhe são disponíveis. E quando buscamos compreender se a EBC, conseguiria “solucionar” ou trazer respostas temos que, Leal Filho (2009) afirmou que antes da EBC não existia um sistema público de comunicação que buscasse a pluralidade e respeito ao regionalismo e que a empresa veio a somar com a linha editorial e realizar CP:

Os veículos da EBC têm autonomia para definir produção, programação e distribuição de conteúdo. Atualmente, são veiculados conteúdos jornalísticos, educativos, culturais e de entretenimento. A rede tem o objetivo de levar informações de qualidade sobre os principais acontecimentos no Brasil e no mundo para o maior número de pessoas, buscando aumentar paulatinamente sua relevância e audiência, em cumprimento a sua função legal e social. (EBC, 2017b).

E ao abordarmos a linha editorial da EBC, temos atualmente um sustento muito forte quanto ao que tange a CP, que é o *Manual de Jornalismo da EBC* (Figura 2), lançado em 2013, servindo de base ao serviço de radiodifusão.

Figura 2 - Sumário do Manual de Jornalismo da EBC

SUMÁRIO	
	Somente a verdade, 7
	Democrático e Cidadão: eis o Manual de Jornalismo – Guia Editorial da EBC, 11
	Agradecimentos, 15
1	Princípios, Valores, Objetivos e Diretrizes, 19
2	Práticas jornalísticas – Referenciais e procedimentos, 27
3	Orientações Jornalísticas e Relações Estratégicas, 37
4	Parâmetros para a prática jornalística, 45
5	Orientações para temas e situações específicas, 55
6	Ética, 77
7	Estratégias para a Qualidade, 83
8	Anexos, 91
	• Declaração Universal dos Direitos Humanos, 93
	• Constituição Federal de 1988, 100
	• Lei Nº 11.652 de 2008 (Lei de criação da EBC), 117
	• Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, 131
	• Convenção de Belém do Pará – Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, 137
	• Declaração da Unesco sobre as mídias, 146

Fonte: EBC (2013).

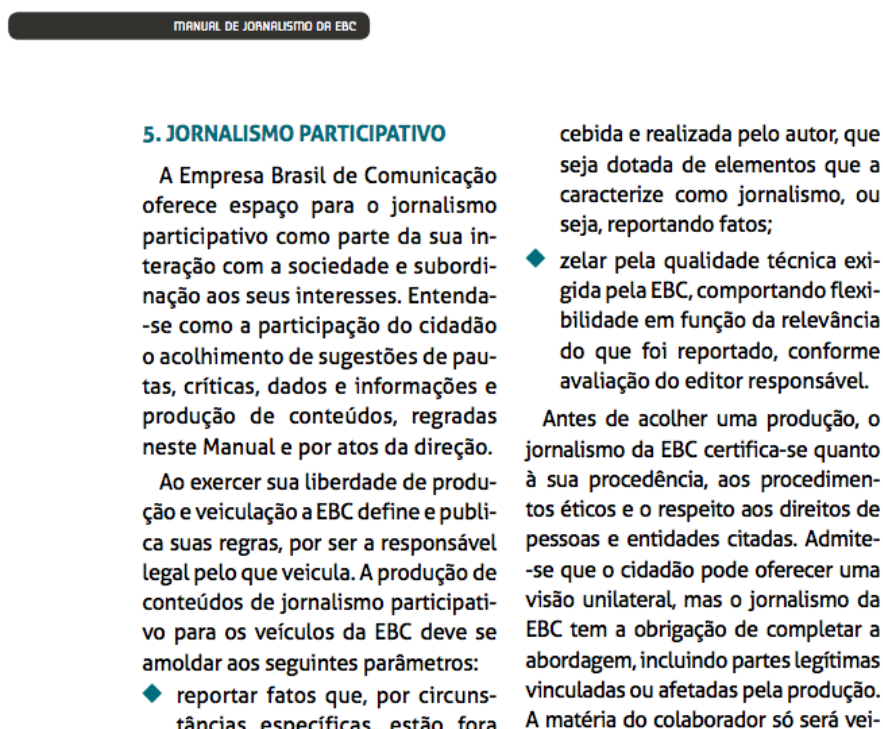
Severino (2015), fala do conteúdo que a EBC propõe, sendo 10% de conteúdo regional e 5% de conteúdo independente por semana. A lei obrigou assim que os canais da EBC, Senado, Câmara, Supremo Tribunal Federal (STF), TV Nacional do Brasil (NBR) estivessem presentes em todos planos isso demonstra que desde sua criação existe a preocupação para que o serviço público de radiodifusão tente ser inserido no cotidiano e

ganhe espaço na sociedade. Tais princípios editoriais exigem ainda em seu manual de jornalismo algumas medidas:

A busca da verdade, da precisão e da clareza, o respeito aos fatos, aos direitos humanos e à diversidade de opiniões são fundamentos da credibilidade, patrimônio maior da imprensa livre e da comunicação democrática. A credibilidade deve resultar da fidelidade a seus princípios e valores. [...] Devem ser mediadas por um processo ético, rigoroso, criterioso, isento, imparcial, sem preconceito e independente – na sua apuração, organização, hierarquização, aferição e difusão dos acontecimentos. (EBC, 2013, p. 21-22).

O manual reforça ainda a participação do cidadão por meio do que traz em um item como *Jornalismo Participativo* (Figura 3), trazendo inclusive um tópico somente sobre essa relação proposta da Empresa para com a sociedade. O que traz enquanto Jornalismo Participativo é a atuação do receptor frente à comunicação estabelecida pela EBC.

Figura 3 - Capítulo 5 do Manual da EBC dedicado ao Jornalismo Participativo



Fonte: EBC (2013, p. 32).

Enfim, falar da EBC é lidar com uma empresa relativamente jovem, que em menos de uma década trouxe um inegável novo olhar para a comunicação no Brasil. Ela foi criada com o intuito de diferenciar e tentar então construir algo novo, ou consertar/reconstruir uma nova proposta frente ao que não deu certo. Em 2008, culmina-se a confirmação do que mencionava

na lei o artigo 223 da constituição federal de 1988. “Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC” (BRASIL, 2008).

A EBC é riquíssima enquanto objeto a ser estudada, outro livro que traz um pouco dessa história é o *Comunicação pública em debate: ouvidoria e rádio* (PAULINO; SILVA, 2013), bem como as pesquisas da professora Iluska Coutinho (2013) que a exploram e afirmam a temática de CP da empresa, que por possuir independência financeira e política não tem a obrigação por exemplo com índice de audiências, mas sim tem o compromisso comunicacional de apresentar um jornalismo de IP e que promova a cidadania, riqueza de uma proposta de CP para o exercício da empresa.

A EBC tem o sentido de complementaridade em relação ao sistema privado e estatal. Paulino, Guazina e Oliveira (2016, p. 7) apresentam que o modelo adotado tem a pretensão em ser efetivamente público

em decorrência das associações referentes ao que é público, no Brasil, porém, ela, desde o seu início, correu um risco de legitimação. Afinal, público é visto, muitas vezes, como ineficiente, burocrático, corrompido e inoperante; ou público é visto como o que pode ser dilapidado, já que ‘não seria de ninguém’.

Além do mais, o modelo brasileiro tenta definir e separar o que é público do governamental e do estatal. O esforço da EBC tem sido distanciar-se da mera divulgação dos atos do governo, ou dos governos, e ter como parâmetro, na informação e no entretenimento, no interesse público, e na busca da cidadania.

De acordo com a redação atual de seu regimento interno (reformulado em outubro de 2016 para adaptar-se a mudanças de regulamentação promovidas pelo governo Temer), a EBC é uma empresa pública de capital fechado, vinculada à Casa Civil da Presidência da República por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social – anteriormente, a vinculação era à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. (PEREIRA FILHO, 2015, p. 117).

Sua criação, funcionamento e estrutura administrativa convergem e re integram o exercício de uma comunicação pública. Analogamente um telespectador é visto como um cliente para uma TV privada que tem uma visão lucrativa sobre ele, enquanto na TV Brasil, que faz parte da EBC, é um órgão público que ao exercer a CP vê o telespectador como o

cidadão, por exemplo e não como o cliente. O fato é que algo que é público não visa o lucro como propriedade primeira. Por isso, questionar de onde vem esses fundos orçamentários elucida o papel da transparência da democracia e da cidadania, afinal o cidadão contribuinte que paga seus impostos para a manutenção de um estado de direito, mantém a comunicação e consequentemente a EBC (2008), a empresa é do cidadão. Assim sua lei norteia a PPC da entidade.

No que se refere à constituição e dotação orçamentária, a EBC está organizada (Artigo 9º) “sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e terá seu capital representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) serão de titularidade da União”. Quanto aos recursos financeiros necessários à existência e desenvolvimento da EBC, eles serão constituídos de várias fontes: (Artigo 11º): “I - de dotações orçamentárias; II - da exploração dos serviços de radiodifusão pública de que trata esta lei; III - de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da arrecadação da contribuição instituída no Artigo 32 desta lei; IV - de prestação de serviços a entes públicos ou privados, da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos, e outras atividades inerentes à comunicação; V - de doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado; VI - de apoio cultural de entidades de direito público e de direito privado, sob a forma de patrocínio de programas, eventos e projeto; VII - de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, vedada a veiculação de anúncios de produtos ou serviços; VIII - de recursos obtidos nos sistemas instituídos pelas Leis nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.685, de 20 de julho de 1993, e 11.437, de 28 de dezembro de 2006; IX - de recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas; X - de rendimentos de aplicações financeiras que realizar; XI - de rendas provenientes de outras fontes, desde que não comprometam os princípios e objetivos da radiodifusão pública estabelecidos nesta Lei.

Ao que tange o financeiro da EBC, temos que a lei diz que pode-se receber recursos de outras fontes, desde que não comprometa os princípios da radiodifusão pública, ou seja desde que o capital não deteriore ou comprometa a CP exercida pela empresa. Outro fator que pulsa a esses recursos, segundo Valente (2009a ou b), é a dificuldade do custeio da empresa pública que possui um valor muito elevado, que se assemelha de fato à uma empresa privada. E que devido a isso a EBC precisaria de mais recursos, e tais recursos ajudariam em sua expansão para uma maior difusão ao povo brasileiro, mas ainda não se pode afirmar se essa escassez de recursos compromete o exercício da CP. E a lei proíbe a EBC de veicular publicidade privada, mas permite que obtenha verba suplementar com outras fontes, “como venda de programas, licenciamento de marcas, doações, publicidade institucional, patrocínio de programas e prestação de serviços a organismos públicos e privado” (PEREIRA FILHO, 2015, p. 48).

Quanto ao caráter público da empresa, o qual vamos aprofundar ainda mais adiante, temos aqui que baseia-se também nas instâncias que compõem sua estrutura: Assembleia Geral, Órgãos da Administração (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) e Órgãos de Fiscalização (Conselho Fiscal e Auditoria Interna) (EBC, 2017b). Severino (2015, p. 90) atenta ainda que o caráter público passa pela discussão do nível de autonomia da empresa e ressalta a necessidade da EBC em assumir seu papel frente as “funções educativa, cultural desempenhadas pela radiodifusão e a necessidade de haver espaços de participação da sociedade na gestão da empresa”.

O viés público nas questões administrativas da EBC também é temática para muitos estudiosos que abordam ainda o prisma do conselho curador que compõe a instituição da EBC pela lei. Miola (2013), Pereira Filho (2009, 2015), Ramos (2007), Severino (2015), Valente (2009a ou b) são nomes pesquisados e que valem a pena a ressalva de leitura da temática.

O Conselho Curador é cerne para uma discussão mais aprofundada, pois o mesmo sofreu alterações, acabando de ser extinguido, no governo de Temer, período proposto nessa análise de estudo.

É preciso também dar mais transparência ao Conselho de Administração. [...] Eu entendo que o Conselho de Administração tem que estar aberto, por exemplo, para que algum representante do Conselho Curador dele participe. O Conselho Curador está voltado para as questões de conteúdo, de programação, de zelar para que a EBC cumpra suas finalidades legais. Mas, para isso, é fundamental que esteja presente também no Conselho de Administração, onde as questões orçamentárias e tecnológicas são resolvidas. (RAMOS, 2013, p. 9).

É necessário abrir o leque quando falamos do mandato no Conselho Curador e para o diretor-presidente, essa discussão ficou evidente no ano sendo notícia nos meios de comunicação, um outro adendo que vamos abordar mais para frente. As instâncias administrativas que a lei de criação da EBC proporcionou a sociedade, visou com esses cargos, “curadoria” e “presidência” blindar frente a programação e criando uma autonomia a instituição frente ao governo federal. Na seção 5.2, ampliaremos a discussão, bem como as entrevistas realizadas para a produção do produto sobre a temática que proporcionam um outro olhar além academia.

A partir dessa construção de um manual de navegação por esta pesquisa, não nos restam dúvidas sobre o quanto a EBC se faz importante para o papel da democracia no Brasil, e não nega-se as mudanças que ela passa desde sua criação, comprovadas também pelas mudanças na legislação. Pereira Filho (2015, p. 113) reforça a própria ambiguidade existente na lei quando abordamos as relações na EBC,

pode-se dizer que a lei de criação e o Estatuto da empresa são bem mais precisos para definir o escopo de atuação do governo e do Conselho de Administração do que para estabelecer o alcance das atribuições do Conselho Curador. O artigo 8 (em seu inciso VIII) da lei de criação preconiza que compete à EBC: ‘exercer outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República ou pelo Conselho Curador da EBC’.

Figura 4 - Artigo 8 da Lei n. 11.652, de 7 de abril de 2008.

Art. 8º. Compete à EBC:

- I - implantar e operar as emissoras e explorar os serviços de radiodifusão pública sonora e de sons e imagens do **Governo Federal**;
- II - implantar e operar as suas próprias redes de Repetição e Retransmissão de Radiodifusão, explorando os respectivos serviços;
- III - estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes, com vistas na formação da Rede Nacional de Comunicação Pública;
- IV - produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;
- V - promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos;
- VI - prestar serviços no campo de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias do **Governo Federal**;
- VII - distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União;
- VIII - exercer outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ou pelo Conselho Curador da EBC; e [\(Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016\)](#) [\(Revogado pela Lei nº 13.417, de 2017\)](#)

Fonte: Brasil (2008).

Com o recente marco, a constituição da lei da EBC ficou revogada primeiro pela Medida Provisória (MP) n. 744, de 2016 e revogada pela Lei n. 13.417 (BRASIL, 2017), de modo que a Lei n. 11.652 que constituiu a EBC no inciso VII do Artigo 8º que dizia: “VIII - exercer outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ou pelo Conselho Curador da EBC (BRASIL, 2008);” (Figura 4) simplesmente se acabou com a extinção do conselho.

Entendemos que o modelo institucional que prevê a participação da sociedade na EBC está contextualizado em um movimento mais amplo de uma série de inovações democráticas introduzidas nos aparatos estatais brasileiros, bem como se relaciona com as novas dinâmicas de uma sociedade conectada. (PEREIRA FILHO, 2015, p. 61).

Ao não existir mais o conselho, nos resta questionar como tal regulamentação amparada pelo Governo Temer problematiza o cenário da EBC. Para tanto, vamos abordar primeiro na seção 5.1 *O viés público da EBC* e, posteriormente, em 5.2 *Alterações da EBC no governo Temer*, para assim compreendermos o proposto da temática.

5.1 O viés público da EBC

Ainda se faz confuso o papel da EBC, entretanto partimos de que a mesma é Estatal e exerce a Comunicação Pública, dito uma empresa intrínseca ao Estado, criada no governo Lula (BUCCI, 2008) e que teve continuidade no governo Dilma e atualmente em Temer a

EBC perpassa assim distintas discussões quanto ao seu viés público. Tendo em vista que em seu próprio manual a empresa traz e reafirma a promessa do jornalismo público, do exercício da CP frente ao IP fomentando a construção da cidadania, em consonância com a democracia tais pontos mostram o viés que norteia esta seção, sendo ainda elencados pelo manual:

Garantia da expressão da diversidade social, cultural, regional e étnica e da pluralidade de ideias e de percepções da realidade e dos fatos que são objeto de cobertura do jornalismo da EBC; -Subordinação aos interesses da sociedade, explicitados por instrumentos formais inseridos na constituição da empresa, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira; -Observância de preceitos éticos no exercício do jornalismo; -Autonomia para definir a produção, programação e veiculação de seus conteúdos. (EBC, 2013, p. 23).

Seu funcionamento discutido na esfera pública permeia os interesses do agir social, no qual baseamos então que a EBC é uma empresa pública, que segundo Pereira Filho (2012) e Damasceno (2012) tem as prerrogativas das PPC e exerce sim a CP.

Um primeiro aspecto desse debate é a definição de que a comunicação pública deve estar a serviço do público. Essa afirmação se baseia no princípio de que o poder público deve ser o poder do público sobre o Estado, e o seu sistema público de comunicação, portanto, deve ser democrático, autônomo, crítico e comprometido com os direitos dos cidadãos. (DAMASCENO, 2012, p. 35).

Ao ter a regulamentação da EBC, não podemos ser falaciosos e acreditar que tudo será cumprido ou que ainda a lei regulamentará tudo e executará uma CP perfeita conforme os manuais e teorias ao pé da letra, pelo contrário, observamos um certo distanciamento da teoria quanto a prática, e aqui questionamos e estudamos o que permeia a EBC e como a empresa executa as prerrogativas tanto pelo olhar jurídico que acredita que novas leis resolvem todos os problemas, quanto pelo olhar comunicacional das PPC que não se esgotam perante a instabilidade da comunicação no país e quer por em prática ações em prol do povo. Por mais que autores como Severino (2015, p. 269) trazem que “a criação da EBC, significou uma tentativa de superação do passado de atrelamento dos canais públicos aos governos e autoridades para apontar na direção da construção de iniciativas efetivamente públicas”, temos que a efetivação depende de diversos fatores que compõe uma CP efetiva na sua prática.

Analogicamente abordando, para facilitar o entendimento, temos que a CP se apresenta como uma via de mão dupla em que é preciso ficar claro que não é algo imposto ou que denota somente um caminho, mas sim uma mão dupla que tenha as duas vias para que existam caminhos que promovam a comunicação e a cidadania, de modo que a comunicação

consistiria em uma série de práticas e mensagens que partem das instituições públicas e que se legitimam quando conferem destaque ao receptor, à cidadania. Promovendo assim uma interrelação de discursos com a finalidade de que estatais e cívicos fiquem mais próximos, e as PPC sejam exequíveis. Na mão dupla EBC *versus* Sociedade a partir da execução de PPC, temos que: “Nesse sentido, o elo entre uma representação qualificada e uma participação ativa se constitui como um importante aspecto ativador de um projeto de comunicação pública, em um processo ancorado na disseminação dos valores da cidadania.” (DAMASCENO, 2012 p. 27).

Essa busca pela cidadania que a CP e a PPC enfatizam e propõem se aproximam de outro conceito, na verdade um gênero jornalístico, nascido nos Estados Unidos em 1990 que é o Jornalismo Público e que Duarte ([2006]), Rothberg (2011) e Silva (2002) abordam. O jornalismo público propõe que os atores cívicos tenham a capacidade para engajamento em interações comunicativas de algo não ligado ao governo e sim ao Estado independente de quem o gere e seus sistemas partidários. De modo que nessa via de mão dupla que a CP propõe o Jornalismo Público converge para isso, temos o receptor como o cidadão, buscando dar fluidez no processo da mensagem passada e a prerrogativa de atender os anseios do que o povo precisa e do que o povo recebe, nesse fluxo a EBC promove a cidadania. De modo que o viés público da EBC se dá pela Comunicação pública que coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e corresponsável (DUARTE, 2009, p. 64).

O que deve ser a marca distintiva da EBC e suas emissoras de rádio e televisão não é, pois, seu caráter público em oposição ao privado, mas, sim, seu caráter estatal, porque nascida das prerrogativas da União, por iniciativa do Poder Executivo. Logo, estatal, sim; pública, por consequência. Mas, jamais governamental, como, aliás, está expresso no Inciso VIII e IX, do Artigo 2º da Lei, que afirmam a autonomia da EBC em relação ao Governo Federal e asseguram a participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão. (RAMOS, 2007, p. 17).

Como exposto temos que uma empresa estatal, e pública por consequência, a EBC, não visa o lucro como atividade primeira e ainda promove essa dualidade com o setor privado de modo a complementar o sistema de radiodifusão. Todo o processo que envolve a EBC nesse curto espaço de existência envolve questões políticas e processos cívicos. De forma que em suas bases, buscam cumprir a carta magna deste país, por isso a busca constante pela CP.

Assim, os sujeitos ativos e passivos no processo de formação da opinião pública e da conversão e transporte das lógicas de reconhecimento social (DUARTE, [2006]) permeiam o que condizem com o viés público fundamental da EBC que é a instituição do seu conselho curador, pois exerce o papel fiscalizador e, sobretudo garante o cumprimento do papel público.

O Conselho Curador foi desenhado para efetivar formalmente a participação da sociedade na gestão da empresa e, por esse motivo, constitui-se em um espaço qualitativamente privilegiado para a análise das práticas participativas na gestão da EBC. Sua criação respondeu a uma demanda apresentada pela sociedade civil de instituir mecanismos de governança compartilhada da empresa pública; na prática, o Conselho Curador representa uma instância de poder na estrutura da EBC. (PEREIRA FILHO, 2015, p. 102).

A EBC se posiciona como uma representante do papel da comunicação no país e propõe um caminho em que é possível transitar se relacionando com órgãos governamentais e cidadãos, a mútua relação proporciona a cidadania e isso é o que prevê a existência de um conselho curador. Leva-nos ainda a uma concepção de vida comunitária, no sentido etimológico da cidadania, em que ao se levar a vida em conjunto, em sociedade, busca-se compreender os limites das relações interpessoais, e do agir do estado em prol da comuna. Isso faz com que a EBC exerça seu papel, mesmo que sua vinculação administrativa seja processo de discussão em diversas esferas.

Como falamos um dos pontos que delimita o viés público da EBC é a participação popular, é atender e ser capaz de atender as demandas da sociedade, exemplificada pelo Conselho Curador, tendo em vista:

A participação social é considerada importante elemento de gestão e componente fundamental para a elaboração das políticas públicas. As propostas do programa de governo são [ou devem ser] construídas a partir das demandas e necessidades da sociedade. Essas, na medida do possível, são incorporadas às políticas públicas. (LAMBERTUCCI, 2009, p. 74).

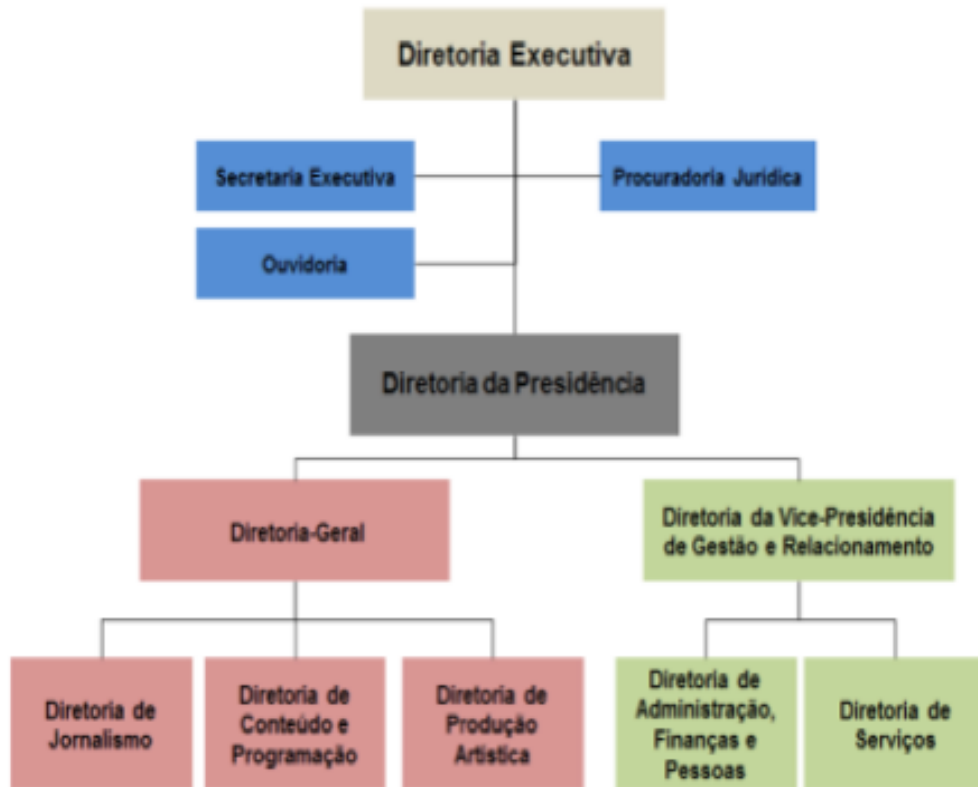
Historicamente falando o Conselho Curador dá um toque de mais fácil percepção para quem olha a EBC com um olhar mais “leigo”, um “conselho” dá-se por entender já em primeira impressão que estas pessoas membras do mesmo que deliberam e que não fazem parte direta da administração, sendo algo com uma pitada mais “popular” e já reconhecida. O papel dos conselhos representa muitos estudos acerca da Empresa Brasil de Comunicação, dentre eles a dissertação de mestrado de Pereira Filho (2015) que aborda o Conselho Curador entre 2007 e 2011, para tais estudos, de acordo com a vocação pública da EBC não resta

dúvidas que o Conselho Curador é intrínseco a CP, legitima a execução de uma CP. O fato é que tanto durante o governo Lula, quanto no Governo Dilma, a lei da EBC que dava a prerrogativa do conselho não foi modificada. Durante esses mandatos o Brasil que ficou sob o mesmo comando partidário (PT) não realizou alterações neste quesito de viés público. O Conselho Curador da EBC segundo Pereira Filho (2015), trata-se de um conselho que não está focado em políticas públicas setoriais, mas sim em viabilizar a participação da sociedade nesta empresa pública de comunicação.

Sustenta que a vinculação institucional da EBC ao governo compromete-lhe a independência, de forma que ela não poderia ser tratada como uma empresa pública, mas como um sistema de emissoras estatais. Isso não quer dizer que ela seja cotidianamente instrumentalizada pelo poder; quer dizer apenas que sua estrutura legal confere à Presidência da República os meios para constrangê-la, pressioná-la e enquadrá-la. (BUCCI, 2014, p. 128).

Segundo Severino (2015, p. 277) a base regimental da EBC era “calcado em quatro instâncias: conselho curador, conselho administrativo, diretoria executiva e conselho fiscal”. O conselho curador da EBC propunha uma representação das minorias e da grande diversidade que é composta a nação brasileira bem como membros afins da área da comunicação. Vislumbramos um pouco da composição da EBC e em março de 2017 temos um marco o qual a priori instiga seu viés público. A Lei n. 11.652, que regulamentou a EBC, sofreu modificações a priori por Medidas Provisórias e em primeiro de março de 2017 sobrepostas por uma nova legislação dada pela Lei n. 13.417. Tal cenário pode ser observado a partir do organograma da empresa que sofreu alterações, uma delas a extinção do conselho curador da EBC. Na Figura 5 é possível observar a estrutura organizacional adotada em 2014.

Figura 5 - Organograma Institucional da EBC, 2015.



Fonte: Severino (2015).

A Figura 6 apresenta o organograma após a alteração da lei em março de 2017.

Figura 6 - Regimento Interno EBC, acesso 2 de março, 2017

ORGANOGRAMA



Fonte: EBC (2017b).

Na primeira figura o Conselho Curador encontrava-se juntamente com a Ouvidoria, retificando a participação do povo na Empresa e ficando acima da Diretoria da Presidência, já na segunda figura, observa-se mudanças no organograma, mostrando as alterações que Temer propôs, mudanças que serão abordadas na seção 5.2.

Não há um modelo de empresa pública de comunicação universal, nem há indícios de que as iniciativas do gênero caminhem hoje rumo a uma uniformização, mas tal comparativo dos organogramas do regimento interno retirado do próprio site da EBC nos leva a cerca de uma discussão sobre as alterações que foram/estão sendo realizadas na EBC ao longo dos anos e agora pelo governo de Michel Temer. Não obstante temos ainda a exoneração do então presidente da EBC Ricardo Melo em maio de 2016, assim buscaremos observar as mudanças do ponto de vista de PPC; e se essas mudanças foram positivas ou não, e como foram impactadas no viés público da EBC.

Nos embasando pelos conceitos já apresentados neste trabalho observamos o funcionamento da EBC a partir do que viveu em anos sob o mesmo partido, e atualmente como a mudança de governo impacta o que é ofertado, tendo em vista o seu viés público até aqui legitimado.

5.2 Alterações da EBC no Governo Temer

Observamos a pouco que as estruturas da EBC se modificaram ao longo da sua curta existência. No fim da seção 5.1 nos deparamos com questões relacionadas à prática do seu principal órgão de participação da sociedade que era o Conselho Curador. Reforçando o que Matos (2006) nos traz sobre CP quando diz que ela “deve ser pensada como um processo político de interação no qual prevalecem a expressão, a interpretação e o diálogo construídos em uma esfera pública inclusiva e participativa” p.6, que é o que a EBC pretende. Ainda, faz nos refletir sobre novos desafios o papel da mídia pública, no caso EBC, diante das transformações e não negando as heranças particulares do Brasil, e as tradições regulatórias para afirmar que as mudanças ocorridas destacam-se alguns marcos que modificaram a trajetória da EBC. E o período que estamos abordando em que Temer está a frente da nação foi claro de mudanças que vamos abordar e as quais noticiadas e repercutidas também em grandes veículos de comunicação do Brasil:

O governo Temer vem implantando um audacioso elenco de reformas estruturais que estão no rumo certo. Sua capacidade de seguir adiante com

esse programa parece seriamente prejudicada [...]. Em algum momento, decerto nas eleições gerais de 2018, o caminho adotado será submetido ao escrutínio popular. Por ora, o mais importante, com ou sem Temer é que o Congresso persista nesse rumo, único capaz de nos livrar da recessão e preparar um futuro mais próspero e promissor (SEM TEMER, 2017).

A partir de tal contextualização precisamos entender a tal transição, afinal estamos abordando uma história ainda em curso, enquanto escrevemos esta dissertação as coisas estão mudando, o que ressalta a relevância deste e de outros trabalhos consequentes. A priori algo que marcou a política do Brasil é visto por alguns meios de comunicação como um período de vulnerabilidade de vários direitos e conquistas. Algumas manifestações começaram com a entrada de Temer no poder, uma delas uma FanPage na rede Social Facebook intitulada como *Frente em defesa da EBC e da Comunicação Pública* (Figura 7) que traz postagens como tal.

Figura 7 – Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública



Fonte: Captura de tela da FanPage da EBC no Facebook realizada no dia 2/03/2017, às 19h22

Tal reaverbação da comunicação demonstra e dá voz as mudanças que o governante começou a exercer na Empresa Brasil de Comunicação com sua chegada. Desde 12 de maio de 2016 (dia em que Rousseff foi afastada provisoriamente) quando Michel Temer assumiu a presidência do Brasil, a princípio de modo interino, e no dia 31 de agosto (data da votação final que levou ao afastamento definitivo da mandatária Dilma) passando a ser presidente efetivo e de direito, algumas decisões de governo afetaram a Empresa Brasil de Comunicação e já começaram a serem abordadas também em estudos acadêmicos.

O processo de impeachment de Dilma Rousseff, que levou ao seu afastamento definitivo da Presidência da República, teve início em 2 de dezembro de 2015, quando a Câmara Federal aceitou um documento apresentado pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Tal pedido teve tramitação célere na Câmara e, depois de sua aprovação em uma longa e conturbada sessão, em 17 de abril de 2016, passou para o crivo do Senado. Nessa casa legislativa, foi formalmente recebido e analisado em comissão própria. Em 12 de maio, o plenário do Senado votou pela admissibilidade do processo – e, em consequência, pelo afastamento provisório da chefe do Executivo até o fim do processo. (IACOMINI et al., 2017, p. 257).

O fato corrobora-se para olharmos a EBC frente ao seu passado, presente e futuro próximo de tal maneira que o que acontece a empresa diz respeito a toda sociedade, e os “atores cívicos precisam ter a capacidade para engajamento em interações comunicativas de algo não ligado ao governo e sim ao Estado independente de quem o gere e seus sistemas partidários” (IACOMINI et al., 2017, p. 257). Com a modificação de um governante se esperam mudanças, positivas ou negativas afinal, junto com um líder chegam ideologias, lutas, histórias e administrações sob um outro olhar de quem assume o comando. Assim, Temer é um novo governante, outra pessoa, que traz consigo também outros olhares, mesmo que dê continuidade as ações anteriores. Ainda que Michel Temer tenha partilhado de uma base política anteriormente levando em consideração que até então era vice-presidente da chapa com Dilma Rousseff, e assume a nação após o senado aprovar o afastamento da presidente pela abertura do processo de impeachment, assumindo o posto conforme prevê a legislação. Essa mesma legislação à qual está submetida as regras comunicacionais deste país podem afirmar que as mudanças por vezes, do governo/individual se sobressai ao Estado e podem não agradar a maioria, entretanto estão a princípio dentro da legalidade constitucional.

O afastamento de Dilma Vana Rousseff da presidência da República foi resultado da aprovação do parecer 475/2016, que resultou na admissibilidade do pedido de impeachment no Senado Federal, conforme publicação no

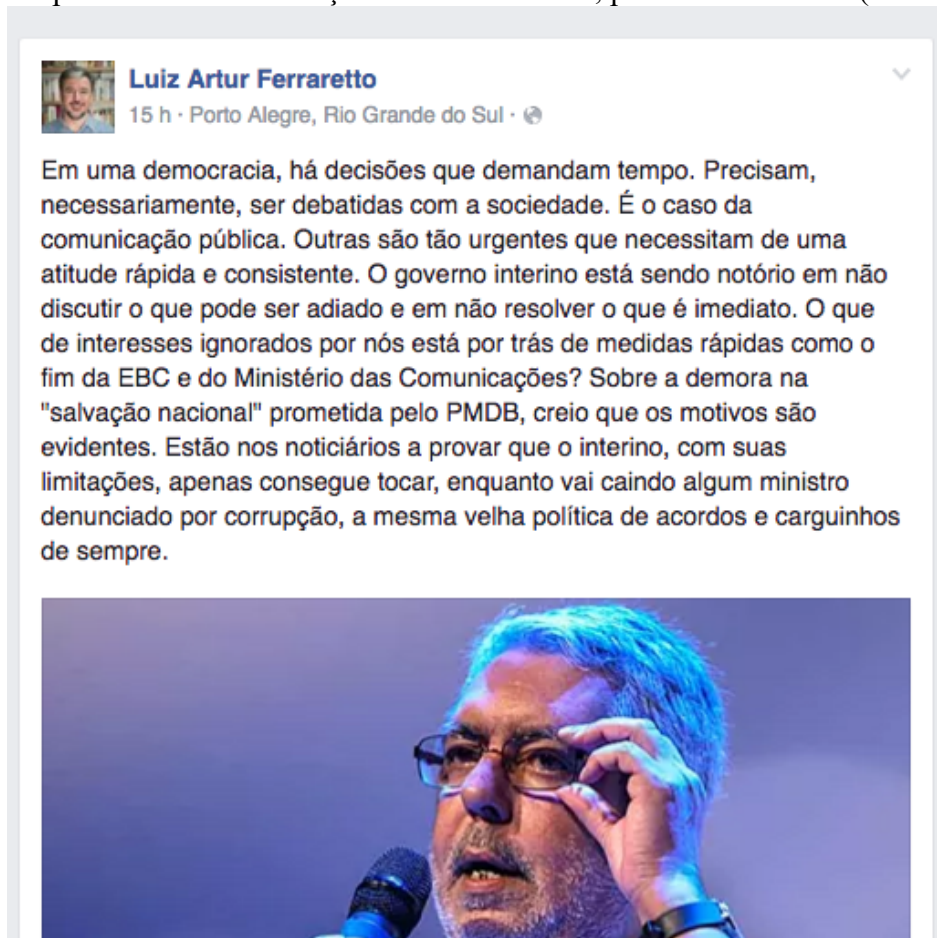
Diário do Senado Federal (BRASIL, 2016b). Já a sua perda do mandato e a consequente posse de Michel Temer no cargo provêm da resolução 35/2016 do mesmo Senado (BRASIL, 2016a). (IACOMINI et al., 2017, p. 257).

As mudanças ocorridas se fazem emergentes e essenciais aos novos estudos da área de comunicação pública, pois entendendo que a comunicação do Brasil está atrelada historicamente ao código brasileiro de comunicação, que surge antes da atual *Constituição Federal 1988 do Brasil*, com João Goulart, com a Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962 (BRASIL, 1962). Esse marco regulatório já trazia as primeiras necessidades de se possuir normas e estabelecer padrões para definir concessões sobre o universo da comunicação.

Art. 4º Para os efeitos desta lei, constituem serviços de telecomunicações a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético. Telegrafia é o processo de telecomunicação destinado à transmissão de escritos, pelo uso de um código de sinais. Telefonia é o processo de telecomunicação destinado à transmissão da palavra falada ou de sons. (BRASIL, 1962).

O fato é que desde então, nossa comunicação vem se modificando e muito alcançou para ter uma normativa como a Lei n. 11.652/2008 que contemplou o processo comunicacional no país. Entretanto desde que Michel Temer, ainda em seu governo provisório, 111 dias de presidência interina, a frente da presidência da república, ocorreram as primeiras mudanças ao que tange a referida lei. E as alterações na lei da EBC continuaram, em maio de 2016, Temer exonerou o então presidente da EBC Ricardo Melo, que havia sido nomeado por um decreto no mesmo mês, por Dilma Rousseff e nomeou o jornalista Laerte Rimoli como diretor-presidente.

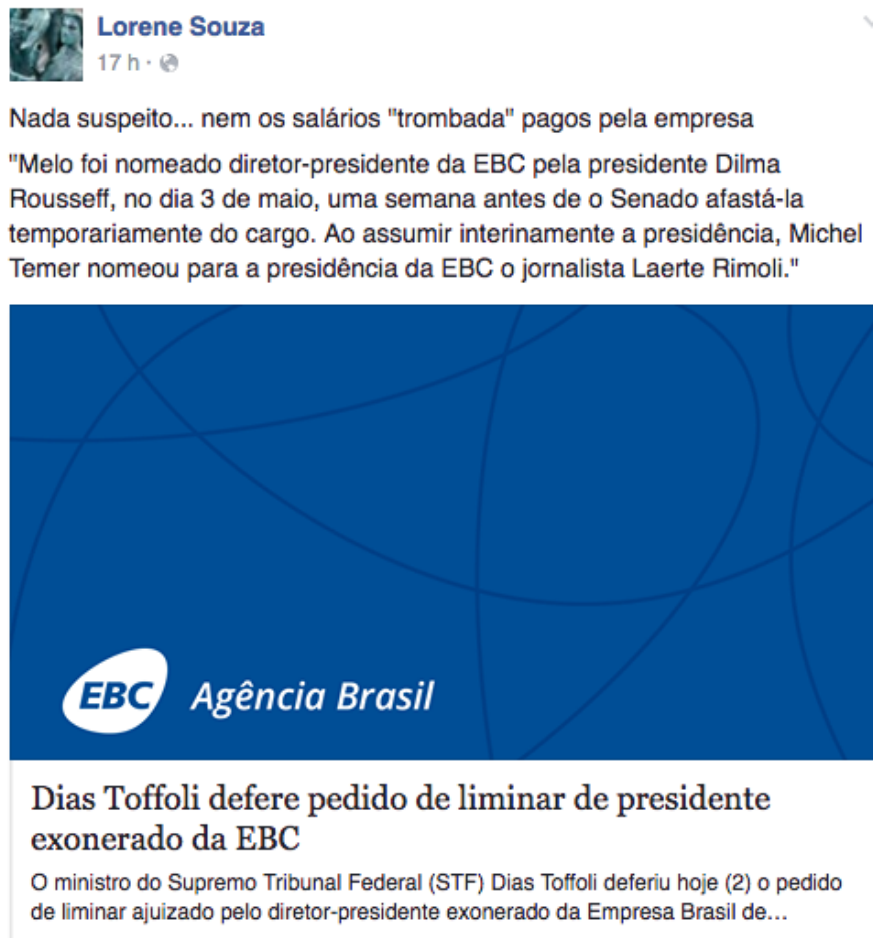
Figura 8 – Repercussão da exoneração de Ricardo Melo, presidente da EBC (recorte 1).



Fonte: Captura de tela do Facebook realizada no dia 17 de junho de 2016.

Nas redes sociais a saída de Ricardo Melo gerou engajamento entre os usuários que buscaram discutir a legitimação do fato (Figuras 8 e 9), tendo em vista que a priori a lei mantinha o cargo por 4 anos do presidente.

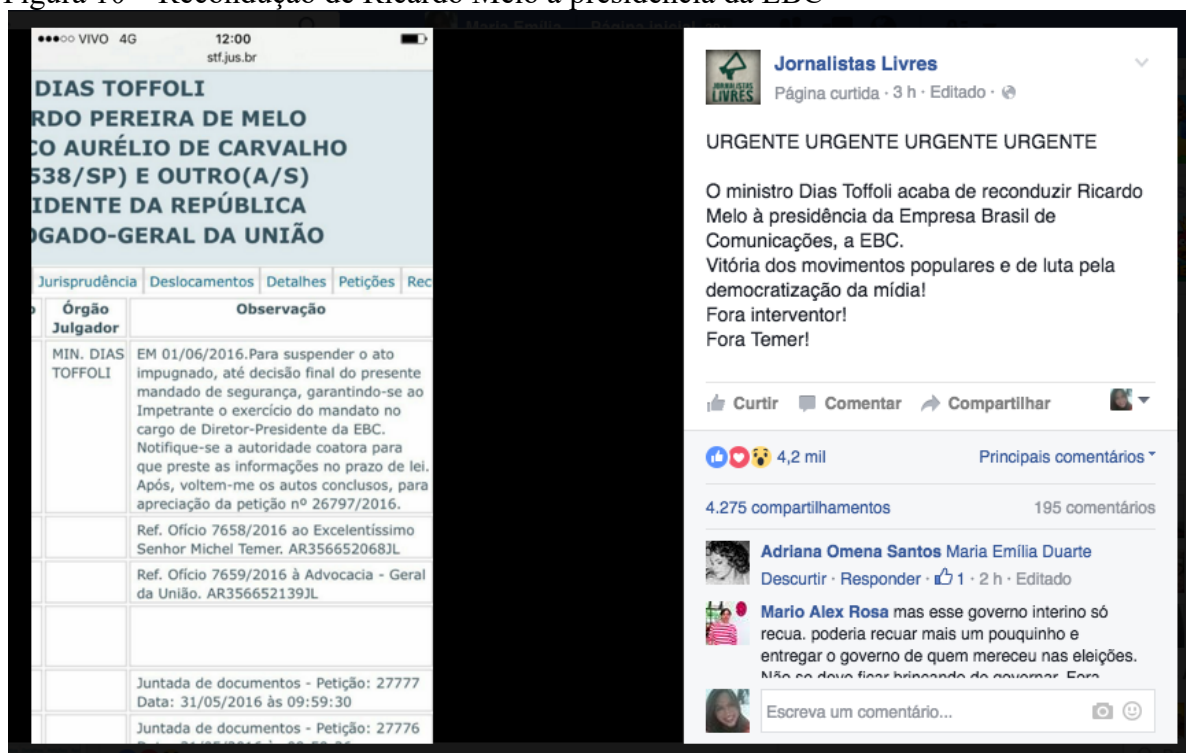
Figura 9 – Repercussão da exoneração de Ricardo Melo, presidente da EBC (recorte 2).



Fonte: Captura de tela do Facebook realizada no dia 3 de junho de 2016, às 10h51.

Vale ressaltar que a medida tomou grandes proporções nos meios midiáticos e que Ricardo Melo recorreu à justiça, sendo que na quinta-feira, 2 de junho de 2016, o então ministro do STF, Dias Toffoli concedeu uma liminar para que Ricardo retornasse ao cargo (Figura 10).

Figura 10 – Recondução de Ricardo Melo à presidência da EBC



Fonte: Captura de tela do Facebook realizada no dia 2 de junho de 2016 às 15h41

Tal decisão do STF baseou-se na lei da EBC, cujo regulamento fixou que os mandatos seriam de quatro anos, para assim promover uma autonomia da instituição frente ao governo federal, com isso Laerte Rimoli que havia sido nomeado por Temer deixou o comando da EBC e Ricardo Melo permaneceu até uma decisão final do plenário do STF. E a dança das cadeiras continuou, houve alterações no dia 8 de setembro de 2016, o mesmo ministro Dias Toffoli decidiu revogar a liminar que mantinha o jornalista Ricardo Melo na presidência da EBC. A decisão foi tomada após a publicação do decreto que alterou o Estatuto Social da EBC, no dia 1º de setembro, no Diário Oficial da União (DOU). Seguindo outra data a ser lembrada levando em consideração as alterações sofridas no governo de Michel Temer na EBC é o dia 14 de setembro de 2016, quando a Advocacia-Geral da União (AGU) diz que Laerte Rimoli poderia assumir, através do parecer n. 00286/2016 e atualmente, setembro de 2017, o jornalista Laerte Rimoli, está reconduzido à presidência da EBC onde permanece até hoje, fim de 2017.

Tais latentes alterações colocaram em jogo o viés público da EBC, para tanto, vale-nos entender que as adulterações no cenário político que influenciam este momento advêm das origens da própria empresa Brasil de Comunicação que até então vivia momentos de calma. Michel Temer pertence ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (o PMDB mudou de nome e passou desde dezembro de 2017 a ser chamado Movimento

Democrático Brasileiro - MDB⁴), enquanto Lula e Dilma eram do PT. No que tange a EBC, desde sua criação esta é a primeira troca de partido presidencial que vivencia a empresa. Por isso, em um primeiro momento, aparentemente o que temos é uma mudança partidária de governo, que indica uma mudança de visão de comunicação frente a EBC e tendo em vista a comunicação que está em exercício, ainda é cedo para falar se tais alterações fazem com que se deixe de atender ao interesse público, um dos pilares da Comunicação Pública, e fazendo com que a EBC neste governo de Temer perca o então viés público que tinha, que são questionamentos respondidos pelo produto deste relatório.

Como ainda não apresentamos as entrevistas à campo da pesquisa, ainda é ressigno para concluir se essa alternância de partido afetou a CP da EBC, de maneira que precisamos entender também a questão partidária que permeia Temer. O MDB nunca elegeu nenhum presidente da república através do voto direto. Michel Temer assume enquanto membro do partido a primeira chegada ao poder do movimento, que em sua fundação nos primórdios da década de 1980 derivou da legenda de oposição ao Regime Militar de 1964. Segundo estudo de doutorandos da Universidade Tuiuti do Paraná (IACOMINI et al., 2017) o governo de Temer aborda com mais ênfase temas políticos e econômicos, sendo que as questões econômicas foram tratadas com ênfases semelhantes às do programa econômico do partido de Temer nos seus 5 primeiros meses, vide o estudo dos sulistas, e temos ainda que o MDB:

O Manifesto dos fundadores do PMDB (conhecido pelo partido como o 'Livro de Fundadores do Partido') foi assinado por 20 senadores, 108 deputados federais e 22 "notáveis" (figuras públicas de relevo e intelectuais). Ou seja, dos 189 deputados que compunham o MDB no momento de sua extinção, são 108 os que assinam o Livro do PMDB. (MUCINHATO, 2015, p. 52).

A chegada de Temer a presidência traz nuances do que o histórico do próprio partido prioriza em seus fundamentos. Reforçado pelo estudo de Iacomini et al. (2017, p. 268)

a cobertura da EBC dos cinco meses e meio de governo interino de Temer, assim, tende a espelhar a abordagem programática do PMDB, tornando-se – de forma consciente ou não – instrumento do novo governo em sua busca de legitimação e de reconhecimento pela sociedade brasileira tratando-se, então, de escolha ideológica.

⁴ Alteração da sigla faz parte de estratégia para diminuir desgaste partidário. Segundo o presidente do agora MDB, senador Romero Jucá, a mudança é, na verdade, um retorno ao nome original da legenda, criada na década de 1960 (PMBD..., 2017).

Tomamos por base nesse adendo da pesquisa documentos que o MDB, juntamente a Michel Temer, divulgaram ao povo brasileiro para compreender a história. Lançado em outubro de 2015, denominado *Uma ponte para o futuro* e em 2016, *A travessia social* que foi considerado como plano de governo para uma eventual gestão de Temer, por ter sido apresentado em seu governo interino. Ambos mostram a ideologia proposta pelo MDB e trazem propostas sociais democráticas ao país.

Visando a comunicação como promoção da cidadania, para cumprir a CP não se percebe num discurso inicial desses documentos algo ou ideias que promovam a comunicação pública, mas sim um olhar que prioriza o Estado com forte presença na regulação econômica com uma apreciação de novas leis com finalidades econômicas, reforçado pelo resultado da pesquisa dos doutorandos sulistas e percebidas em *A travessia social*,

um conjunto de novas leis e regulamentos deve ser proposto, ou aprovado, com o objetivo de estabelecer para as empresas públicas, agências reguladoras e entidades da administração descentralizada, tais como autarquias e fundações, regras estritas de governança, baseadas nos princípios de total transparência e de responsabilização (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2016, p. 17).

Desde então Temer deixa claro que exercerá seu governo propondo mudanças, novos decretos e leis que corroborem para sua visão de Estado. Tais mudanças “inovadoras” chegaram então até a EBC em que revogou com parcimônia incisos da Lei inicial n. 11.652, da sanção em 2008 com a criação da empresa pública até tais mudanças nem se completaram dez anos e a pouca história da EBC agora passa por mudanças com o proposto pela Lei n. 13.417.

Tais análises mostram a necessidade de reconhecer e diagnosticar qual o perfil do atual governo, pois não é possível analisar o impacto do governo Temer na EBC sem considerar que é uma visão de ideologia econômica que mudou. Assim, a visão do que se entende por economia mudou e quando muda isso tudo o que está atrelado à economia muda, e uma empresa estatal como a EBC como precisa do financiamento do Estado entra no balaio das mudanças. Fato é, que a EBC enquanto empresa possui seu caráter econômico, de modo que não é uma cruzada contra a EBC que se propõe no relatório, e sim mostrar o efeito colateral do governo Temer nesse período.

Analisando a destituição do Conselho Curador, prevista na nova lei, acredita-se em um primeiro momento que de fato isso retirou o viés público da empresa, tal fato é apresentado com argumentos nas entrevistas realizadas para este relatório. A situação é que ao tangir a

crise econômica que o governo brasileiro passa, Temer tem na sua estratégia do governo a redução de gastos para equilibrar as contas, e uma outra alteração que podemos elencar seria a proposição de um Plano de Demissão Voluntária (PDV), que estudiosos abordam, sendo como Correia (2008, p. 31)

o plano de demissão voluntária é uma estratégia utilizada, nas últimas décadas, por empresas dos setores público e privado, como uma forma menos traumática de se efetuarem demissões necessárias, motivadas por reestruturações produtivas, seja para garantir lucros, seja para superar períodos de dificuldades financeiras,

e para isso acontecer na EBC como a solução cogitada no fim de 2016 a fim de conseguir tal objetivo, os primeiros rumores movimentaram as discussões nos websites sobre a temática e sobre o ferimento do viés público pelo tal do PDV (Figuras 11 e 12).

Figura 11 – PDV na EBC



Fonte: Associação Brasileira de Imprensa (2016).

O muito falado sobre o Plano de Demissão Voluntária enquanto medida paliativa nesse processo perdurou discussões do fim de 2016 e foi aberto de fato no fim de 2017, no dia

18 de dezembro. Em entrevista à Agência Brasil, pertencente a EBC, seu diretor-presidente Laerte Rimoli disse que:

o PDV é uma conquista dos empregados que querem se desligar da empresa de forma planejada. É o reconhecimento da EBC aos profissionais que a construíram. É, também, importante instrumento de gestão neste caminho que adotamos para reorganizar a empresa e torná-la mais leve e adaptada aos novos tempos (EBC, 2017a).

Há controvérsias, o fato é que um governo promover um plano de demissão voluntária é o extremo de uma administração para conseguir manter uma plena democracia. O PDV fere os direitos, que segundo estudo de Correia (2008, p. 58) sobre outros processos de PDV no Brasil, o PDV “expõe de maneira vexatória os trabalhadores e coloca-os em situação total de vulnerabilidade, ao aplicar negociações diretas e individuais”, ainda segundo a autora o PDV geralmente acontece muito rápido e muitos trabalhadores entram na justiça posteriormente para requerer direitos que julgam terem sido violados o que causa um ônus econômico ainda maior no Estado, e Correia (2008) continua afirmando que tal plano dá início ao processo de precarização do trabalho no serviço público, e pode-se acrescentar que o PDV é uma falácia, pois aumenta em um segundo momento os processos de terceirização de empregados o que acaba saindo mais caro a longo prazo, diferentemente do que traz a entrevista do presidente Laerte.

Figura 12 – EBC abre PDV



Fonte: GECOM (2017).

Tal mudança estrutural de visão ocorrida com Temer, de como gerir a comunicação e a maior representante dela no país a EBC, corrobora ainda para uma visão unilateral da comunicação ou para uma comunicação governamental fugindo do escopo proposto na

criação da empresa. Por isso é necessária a discussão para compreender o que e quem envolve a EBC nesse sentido.

A atual conjuntura política brasileira colocou em risco essa autonomia da emissora (TV Brasil), devido às recentes ingerências do governo – no mínimo, de legitimidade questionável – de Michel Temer, após a aprovação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Desde a ocupação do cargo de presidente interino, Temer tem tomado decisões arbitrárias, sem nenhum processo de discussão, sobre a EBC, como, por exemplo, sua primeira tentativa de mudar o diretor-presidente da empresa – decisão que foi anulada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), dada sua inconstitucionalidade, mas que concretizou-se com a completa desestruturação da empresa por edição de uma medida provisória. Publicada em 2 de setembro de 2016 a MP 744 acabou com o caráter público da empresa, extinguindo o Conselho Curador. Isso sugere, inclusive, a importância do órgão na definição do papel da empresa, tendo que ser eliminado para que a emissora possa atuar enquanto instrumento de propaganda do governo, como demonstra-se com a edição da MP pretender transformá-la. Nesse sentido, fica claro também o quanto a autonomia da emissora está vinculada ao nível de respeito às instituições democráticas e públicas por parte dos governantes, sendo, portanto, consequência de uma luta contínua e não um atributo dado e definitivo (VIEIRA; COUTINHO, 2016, p. 202).

O fato é que a MP 744 aprovada pelo Senado em fevereiro foi sancionada, o DOU no dia dois de março trouxe a sanção da Lei n. 13.417/2017, que altera como a própria diz, a estrutura da Empresa Brasil de Comunicação.

Figura 13 – Artigos 16 e 17, da Lei n. 13.417.

*Art. 16. A participação dos integrantes do Comitê Editorial e de Programação em suas reuniões não será remunerada, cabendo à EBC arcar com as despesas relativas a deslocamento e estadia para o exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

*Art. 17. Compete ao Comitê Editorial e de Programação:

I - (VETADO);

II - (VETADO);

III - propor a ampliação de espaço, no âmbito da programação, para pautas sobre o papel e a importância da mídia pública no contexto brasileiro;

IV – (VETADO);

V - formular mecanismo que permita a aferição permanente sobre a tipificação da audiência da EBC, mediante a construção de indicadores e métricas consentâneos com a natureza e os objetivos da radiodifusão pública, considerando as peculiaridades da recepção dos sinais e as diferenças regionais;

VI - elaborar e aprovar seu regimento interno e eleger seu Presidente;

VII - (revogado).

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado);

Fonte: Brasil (2017).

O que se observa nas mudanças da lei gera até um impacto visual quando se abre o site do Planalto do Brasil, demonstramos na Figura 13 como ficou a Lei 13.741 ao entrarmos na

web. Ou ainda podemos ter tal impacto vindo como a Casa Civil traz ainda as mudanças na Lei n. 11.652, de 7 de abril de 2008, muitas são as alterações perceptíveis aos olhos que o governo de Temer assinou (Figura 14).

Figura 14 – Alterações na Lei 11.652.

Art. 13. O Conselho de Administração, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, será constituído:

~~I – de 1 (um) Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;~~

~~I – por um Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República; (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

I - por um Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República; (Redação dada pela Lei nº 13.417, de 2017)

~~II – do Diretor-Presidente da Diretoria Executiva;~~

~~II – pelo Diretor-Presidente da Diretoria Executiva; (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

II - pelo Diretor-Presidente da Diretoria Executiva; (Redação dada pela Lei nº 13.417, de 2017)

~~III – de 1 (um) Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;~~

~~III – por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Educação; (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

III - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Educação; (Redação dada pela Lei nº 13.417, de 2017)

~~IV – de 1 (um) Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado das Comunicações; e~~

~~IV – por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Cultura; (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

IV - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Cultura; (Redação dada pela Lei nº 13.417, de 2017)

~~V – de 1 (um) Conselheiro, indicado conforme o Estatuto;~~

~~V – por um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; (Redação dada pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

V - por um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; (Redação dada pela Lei nº 13.417, de 2017)

~~–VI – por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e (Incluído pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

VI - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; (Incluído pela Lei nº 13.417, de 2017)

~~–VII – por um membro representante dos empregados da EBC, escolhido na forma estabelecida por seu Estatuto. (Incluído pela Medida Provisória nº 744, de 2016)~~

Fonte: Brasil (2008).

Assim, compreender esse recente processo com vistas a responder se houve de fato, impactos na comunicação pública decorrente do aparente desmantelamento da EBC e seu atual funcionamento se faz urgente, por isso entrevistamos personagens da atual história da Empresa a fim de trazer um produto com respostas a tais questionamentos que viraram pauta na academia e na sociedade, a MP 744 foi reproduzida por sites intitulada como o fim da CP na EBC, o desmonte da comunicação.

Figura 15 – Defesa da EBC.

CIDADANIA


Compartilhar 24




Tweeter

DIREITO À COMUNICAÇÃO

Aprovação da MP 744 não encerra luta em defesa da EBC, diz FNDC

Entidade denuncia desmonte da comunicação pública, diz que medida provisória é inconstitucional e que EBC está sendo transformada em empresa para atender aos interesses do governo de plantão

por Portal Vermelho | publicado 13/02/2017 09h53, última modificação 13/02/2017 12h25

Vermelho – Junto a organizações da sociedade civil que encampam a luta em defesa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da comunicação pública nos últimos meses, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) continuará buscando reverter

Fonte: Portal Vermelho (2017).


ARQUIVO/EBC

Na matéria publicada na Rede Brasil Atual (Figura 15) observou-se a seguinte redação:

A MP extingue o Conselho Curador da EBC e o mandato de diretor-presidente da empresa, que passa a ser de livre nomeação pelo presidente da República. O Conselho Curador zelava pelos princípios e pela autonomia da EBC, impedido ingerência indevida do governo e do mercado. A instância era composta por 22 membros, sendo 15 representantes da sociedade civil – indicados via consulta popular, quatro do governo federal, um da Câmara dos Deputados e um do Senado Federal, além de um representante dos trabalhadores da empresa (PORTAL VERMELHO, 2017).

Assim, o mês de setembro de 2016, no seu primeiro dia, foram expedidas as emendas da MP 744 e o Decreto n. 8.846. Levando a Lei maternal da EBC n. 11.652, de 7 de abril de 2008, podemos pegar o artigo 12 que trata do conselho curador, em que tínhamos antes: “A EBC será administrada por 1 (um) Conselho de Administração e por 1 (uma) Diretoria Executiva, e na composição contará ainda com 1 (um) Conselho Fiscal e 1(um) Conselho Curador”, passando com a emenda a ser: “A EBC será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria-Executiva e, em sua composição, contará com um Conselho Fiscal”, o que já apresentamos na figura do organograma, claramente assim observa-se a ausência da representatividade civil.

Além de não participar da seleção do diretor-presidente da EBC, o Conselho Curador também não tem atribuição legal na escolha do responsável pela Ouvidoria, uma ferramenta central de interlocução com o cidadão. A lei estabelece que essa atribuição cabe ao Conselho de Administração (inciso XXI do artigo 15 do Estatuto) ou ao diretor-presidente. (§1o, inciso II do artigo 32) (PEREIRA FILHO, 2015, p. 115).

Outra emenda que vale ser elencada é sobre o artigo 13 (Figura 14) que proporciona mais cadeiras no Conselho de Administração indicados pela Presidência da República. As alterações do decreto temos em seu primeiro artigo, Decreto n. 8.846, a vinculação direta da EBC à Casa Civil da Presidência da República implicando em uma maior ingerência do poder executivo e atentando contra o IP e caráter democrático da EBC, na prática, segundo Fialho (2017), “o governo dá primazia à atuação do poder privado e antidemocrático”. Há de considerar, no entanto, que as mudanças, não parecem estar despertando um sentimento coletivo de valorização da cidadania ou de satisfação com a representação democrática. O próprio site da EBC, na parte que cabe ao Conselho Curador traz em primeira notícia uma moção de repúdio e diz que existe o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (Figura 16).

Figura 16 – Moção de repúdio contra MP que desmonta EBC.



Fonte: EBC (2016).

Na mesma se percebe os seguintes dizeres: “O desafio da comunicação pública é colocar a perspectiva do conjunto da sociedade e do indivíduo-cidadão acima das instâncias governamentais, privadas, midiáticas, pessoais e políticas” (DUARTE, [2006], p. 3).

O governo atual, pela mídia, justifica-se afirmando que a EBC estava anteriormente aparelhada e sob o mando de partido(s). Para alguns questionamentos que emergiram aqui

buscamos respostas com a produção do produto videodocumentário que trouxe personagens agentes da história da EBC. As respostas que buscamos emergem de tais recente mudanças, apresentando o que efetivamente foi desmantelado, já que comprovamos e vimos que as mudanças existiram. Assim, o trabalho quis responder de forma midiática, por isso tal escolha do produto no mestrado que se apresenta na seção subsequente do relatório.

6 O PRODUTO: VIDEODOCUMENTÁRIO

A presente pesquisa serviu de sustentação para a produção do produto audiovisual, com o propósito de compreender e descrever as contradições que nos levaram a questionar o que era a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o que ela está se tornando após o impeachment de 2016, o videodocumentário vislumbrou ser um diagnóstico com respostas e indícios de boas práticas a serem executadas na comunicação pública da EBC, tal resultado serve tanto para estudiosos da área, bem como para a sociedade reconhecer o seu papel agente na comunicação. Como pudemos acompanhar por este relatório, a fim de sustentar a pesquisa buscamos fontes e autores que puderam explicar melhor, bebendo de outros mananciais do conhecimento, ciências políticas, ciências sociais, filosóficas e até judiciais, afinal a comunicação não está isolada.

A amalgamação proposta é resultado da própria construção social da comunicação no Brasil, e percebe-se que a comunicação em geral é vista como uma atividade comercial, pois seu nascimento traz esse contexto, comunicação é ditada por emissoras e não por algo pertencente ao Estado. Esse contexto dificulta a percepção de algo que em outros locais já nasce público como a BBC, que citamos anteriormente. No país a comunicação cresce de um reduto comercial e posteriormente é regulada pelo Estado de tal modo que essa concepção traz ainda hoje na história do Brasil uma dificuldade de entender como nasce e o que propõe e a Comunicação Pública para esta realidade em que “as políticas oscilaram e oscilam entre a defesa do interesse público e as exigências de rentabilidade das empresas privadas” (MORAES, 2009, p. 777).

As entrevistas jornalísticas propostas ainda na qualificação, subsidiaram o presente relatório de mestrado, dando um outro prisma e enriquecendo o conteúdo deste. Pensamos que o produto audiovisual possa vir a ser um diagnóstico do momento emergencial vivido, estimulando assim a reflexão sobre PPC e CP. Segundo Ramos (2008, p. 22), um documentário busca estabelecer asserções sobre o mundo. E por isso, tê-lo como produto final representa muito para a comunicação no país. Podemos reforçar que o acesso a um vídeo é de mais fácil absorção pela sociedade frente aos relatórios e dissertações que ficam por vezes presas na academia, o que facilita ainda a divulgação dos resultados em diversas áreas, fomentando o debate da CP e PPC. Para tanto, buscou-se elucidar as temáticas das PPC e CP na EBC e, a partir disso, exprimir a interrelação dos processos comunicativos desta última com as duas primeiras, sem se olvidar como o momento político asseverou críticas de profissionais de renome em pleno exercício da CP.

O produto construído por meio de entrevistas, narração e *off*, utilizou-se ainda de imagens de arquivos e fotografias de amigos e parceiros desta empreitada. Para Comparato (1995, p. 341), “um bom documentário nunca se acaba, jamais encerra um tema”, e é esse objetivo, o produto visa abrir um leque de discussões de um tema que está em curso possibilitando mais e mais discussões sobre. Nos baseamos ainda que “o documentário que se preza não pretenderá convencer o espectador, mas fazê-lo refletir sobre aquele tema” (COMPARATO, 1995, p. 342).

A duração do vídeo proposta visa ainda o maior acesso e atenção do espectador, para tanto foi proposta uma duração menor a 10 minutos para facilitar seu engajamento e distribuição por meio da *web*. Reforçamos ainda que a ideia do produto audiovisual vai de encontro com a proposta do programa de mestrado profissionalizante da Universidade Federal de Uberlândia podendo oferecer algo mais palpável a sociedade.

Para a execução do mesmo foi realizada pela pesquisadora a escolha de personagens/fontes afins da temática, dentre eles os sujeitos foram escolhidos e realizadas as seguintes entrevistas:

6.1 Entrevista com Rodrigo Murtinho de Martinez Torres

A entrevista foi gravada no dia 19/11/2017, no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnologia em Saúde (ICICT), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro - RJ. O professor é diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde e pesquisador do Laboratório de Comunicação e Saúde. Seu nome foi escolhido por ser Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, e possuir graduação em Comunicação Social (Produção Editorial) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998) e mestrado em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (2005). Tendo experiência na área de Comunicação, atuando durante 10 anos no mercado editorial, além de desenvolver pesquisas sobre Políticas Públicas de Comunicação e suas conexões (com informações do Lattes⁵). Justifica-se a escolha também por ser uma fonte pensada como “neutra” (que não vicenciou a EBC em si) por estar fora do eixo político de Brasília.

Em uma conversa de pouco mais de meia hora, o diretor explanou sua carreira acadêmica e apresentou sua visão de comunicação que trilhou. Um dos principais focos da entrevista foi que apesar de todos os problemas que o Brasil enfrenta, ainda existem pontos de

⁵ <http://lattes.cnpq.br/7579818566307433>, acessado no dia 01/12/2017, às 00h45,

promulgação da CP e das PPC. O pesquisador comparou o sistema Brasileiro da EBC com o da BBC, e reforçou que muito há discrepância das realidades, e que ele traz isso em seus estudos, pois o fato se deve pela construção histórica do modelo de comunicação criado no Brasil, mas que a partir de pesquisas e de uma maior consciência da sociedade possa se reforçar que esse sistema nascido a partir de concepções latinas americanas possa a ser algo tão eficaz quanto os modelos europeus desde que exista uma reformulação no modelo que temos que é a EBC.

6.2 Entrevista com Murilo César Oliveira Ramos

Entrevista gravada no dia 27/11/2017, na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Brasília - DF.

O professor Murilo foi escolhido devido a grande importância dos seus estudos terem embasado este relatório desde os primórdios das leituras referentes a EBC. Foram várias as citações do mesmo, pois ao longo da sua carreira ele atua como pesquisador Sênior do Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias de Comunicações (CCOM) e do Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom), na UnB (com informações do Lattes⁶). Além de ainda ter feito parte do Conselho Curador da EBC o que o torna um personagem atuante e participativo desta história.

O professor muito acrescentou a partir das leituras acadêmicas realizadas, muito além do que promulgou a academia, sua vivência pessoal frente ao Conselho Curador da EBC traz um arquivo ambulante da história que tentamos mostrar um pouco por meio desta pesquisa. Segundo Murilo, o jornalismo da EBC nasceu como um jornalismo público e não governamental, e que com o tempo sua linha editorial ficaria consolidada conforme outros modelos europeus, e que somente o NBR que é o canal do governo fazia comunicação governamental, e que a atuação do conselho era incisiva quanto ao que a EBC produzia. Diferentemente de hoje que o professor faz ressalvas, principalmente que com a ausência do conselho curador houve um desmantelamento da empresa e que o que se pode observar isso seria a partir dos produtos que a EBC está oferecendo após o impeachment, “é só ver o repórter Brasil, se antigamente achávamos ele comportado, hoje ele é uma máquina de fazer propaganda do governo”. Sua entrevista trouxe uma visão de alguém que vivenciou os

⁶ <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780777J2>, acessado no dia 01/12/2017, às 02h33.

primórdios e atua ainda hoje como pesquisador da empresa e que terminou a entrevista com o sentimento de tristeza, pois segundo Murilo “a EBC se tornou algo que ele não imaginava”.

6.3 Entrevista com Carlos Henrique Novis

Entrevista gravada no dia 27/11/2017, na sede da EBC no Shopping Venâncio, Brasília - DF.

O professor assistente da Faculdade de Comunicação da UnB⁷ conjuga as pesquisas acadêmicas com uma inserção contínua no mercado de trabalho. Atualmente ele é o Superintendente da TV Brasil, e seu contato foi passado pela assessoria de comunicação da Empresa a fim de atender os anseios do produto. A priori a entrevista estava marcada com o diretor-presidente Laerte Rimoli, e segundo a Empresa para atender os anseios da estudante foi encaminhada a solicitação ao Carlos Henrique a fim de responder alguns questionamentos.

A princípio não tínhamos a real noção do papel de Carlos Henrique Novis, popularmente chamado de Caique, com um sorriso no rosto o superintendente da TV Brasil foi totalmente solícito quanto aos questionamentos realizados. Caique tem uma visão além da academia, atuou como diretor do programa dominical da Rede Globo o Fantástico por muitos anos e a partir do momento que assumiu a TV Brasil tentou trazer uma visão aquém do público para a empresa. Segundo Caique isso se refletiu na programação da TV Brasil que desde a sua mudança, atualmente a TV Brasil traz um cronograma diário de temáticas, sendo um dia dedicado inclusive com realce do diretor, como por exemplo as sextas-feiras dedicadas a uma programação LGBT. Segundo o professor, essa alteração visa a atender ainda mais o exercício de cidadania, mas reconhece que a EBC precisa se modificar para atender aos anseios de uma CP plena.

6.4 Entrevista com Maria Tereza Cruvinel

Entrevista gravada no dia 24/11/2017, no Edifício Vision HPlus, Brasília - DF. Tereza Cruvinel⁸ é um importante nome quando se trata da EBC, além de ter sido presidente da empresa durante 4 anos até 31 de outubro de 2011, foi também presidente do Conselho

⁷ <http://lattes.cnpq.br/3463604034816635>, acessado no dia 01/12/2017, às 02h35.

⁸ Tereza é ainda autora do site que conta um pouco da sua história enquanto jornalista política Para mais informações acesse: <https://www.brasil247.com/author/Tereza+Cruvinel>.

Curador. Como fonte viva da história da empresa Tereza defende o desmantelamento da EBC e criou um movimento popular na internet por meio de um site o brasil247.com.

Tereza já é conhecida por sua objetividade e comentários nada inertes, desde o princípio ela deixa claro que a EBC foi destruída, que o que ela acompanhou desde a criação e promulgou não existe mais. Segundo ela desde a MP 744 corou-se o processo de desmonte do projeto de comunicação pública inaugurado no país com a fundação da empresa.

Cruvinel aponta a extinção do conselho curador, a retirada de Ricardo Melo e a programação atual da EBC como exemplos claros de um exercício governamental na empresa e destituição segundo ela “total” das leis de comunicação no Brasil, a entrevistada vê com temor o futuro da comunicação no Brasil e lamenta não conseguir ter ações suficientes para mudar isso logo, e ressalta que atitudes simples como a dela de manter um site como o brasil247.com são iniciativas que promulgam a CP no Brasil e são esperança para um futuro diferente.

6.5 Tentativas frustradas

Reiteramos que tentamos ainda a gravação com o então diretor-presidente da EBC, Laerte Rimoli, mesmo após a entrevista do Carlos Henrique, bem como a de Lourival Antônio de Macedo diretor de jornalismo da EBC, e ainda com Ricardo Melo ex-diretor-presidente da EBC e com a professora Heloiza Helena Gomes de Matos da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), mas não foram possíveis os agendamentos das gravações.

A escolha do diretor-presidente se deve ao fato de ser a principal pessoa responsável atualmente pela EBC, e seria uma maneira de aproxima-lo frente a sociedade. Enquanto uma figura midiática e central da empresa sua fala reforçaria e daria voz a esta pesquisa apresentando o que o governo em sua instância maior traz e pensa sobre o tema.

Lourival foi escolhido também por falar sobre a programação e o jornalismo da EBC, entretanto com a entrevista de Caique não acredita-se que houve perda com o não comparecimento do diretor de jornalismo, mas sua fala não deixaria de acrescentar e dar uma maior participação da EBC neste produto.

Ricardo Melo foi uma figura citada e como ex-presidente e por ter ficado tanto na mídia com sua “destituição” de cargo ele poderia contribuir muito para o produto.

Heloiza Matos, é um dos maiores nomes quando falamos de CP no Brasil, pioneira nos estudos e docente da USP a professora foi bastante solícita na troca de mensagens eletrônicas,

mas devido a distância da professora estar no estado de São Paulo não foi possível compartilhar uma agenda a prazo para a entrevista, entretanto reforça-se o agradecimento a solicitude da professora frente a pesquisa, bem como suas contribuições a academia e para a EBC.

Acredita-se ainda que, a falta de Laerte no produto videodocumentário se dá pela exposição de acordo com sites brasileiros⁹ o qual o presidente passou devido ao caso de uma suposta atitude racista. E a fim de atender os prazos finais desta pesquisa no mestrado, de mãos a estes resultados, com o material gravado foi analisado pela pesquisadora e apresentado os principais resultados obtidos tragos frente aos questionamentos que desenvolvemos até aqui neste relatório.

⁹ Para entender o caso na mídia, cf. Estadão Conteúdo (2017). <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/diretor-da-ebc-pede-desculpas-a-tais-araujo-por-compartilhar-post/> e ainda em <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/presidente-da-ebc-ironiza-declaracao-de-tais-araujo-sobre-racismo/>

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a comunicação faça parte da vida do homem enquanto elemento constitutivo da condição humana, todo e qualquer estudo frente a tal debate se faz necessário e intrínseco a qualquer ser social, por isso tais fatos recentes no Brasil chamam a atenção frente aos acontecidos. É preciso informar cada vez mais para que possibilite o cidadão formular suas preferências, exprimi-las e vê-las, e no que tange a EBC considerando ainda a formulação das políticas públicas e a comunicação pública é preciso sim falar sobre as temáticas. Não esquecendo, também, a problematização acerca das influências do governo atual de Michel Temer no compromisso social de uma empresa pública federal, a fim de elucidar se tais atos contrariaram os valores e missão da EBC.

Conforme resultado podemos afirmar que não existe um ambiente favorável ao desenvolvimento de uma Comunicação Pública no país, por mais que o Estado seja a única instituição que possa garantir o exercício da comunicação como direito humano e a defesa da diversidade informativa e cultural como elementos fundamentais para a afirmação da cidadania e pleno exercício de PPC (MORAES, 2009) o qual tanto reforçamos durante este relatório, mesmo assim não se há o entendimento social de lutas e exigências por parte da população com forças suficientes para clamar a prática total do que se prorroga.

Primeiro existe um distanciamento do que é a própria CP e PPC enquanto conceitos, e de fato para uma atualização da comunicação deve-se renovar os marcos regulatórios, mas os mesmos têm que convergir para plena prática da CP e PPC, o que o professor Rodrigo Murtinho traz no videodocumentário como a “Reforma da Mídia”. O fato é que, conforme observamos na seção 5.2, houve mudanças, muitos incisos da lei não mais são como antes, entretanto tais marcos não corroboram para itens que elucidamos ao longo da pesquisa como uma revitalização da comunicação pública, estímulo da participação social e difusões diversificadas o qual trouxemos enquanto conceitos nos primeiros capítulos deste relatório, por tal motivo a reforma da mídia seria uma solução para a comunicação no Brasil.

Analizamos a EBC enquanto instituição, e não focamos neste trabalho em seu produto social enquanto por exemplo a programação da Empresa, mas não deixamos de tangenciar tal fato, principalmente nas entrevistas realizadas que trouxeram tais ressalvas. Ao recortamos o tempo da pesquisa após o impeachment até os findares de 2017 enquanto ainda pudemos acrescentar e analisar tais mudanças na EBC muito ficou claro que não existe orientação das políticas públicas de comunicação no sentido de salvaguardar o pluralismo, as identidades e uma produção simbólica não mercantilizada. A EBC simplesmente existe, mas ela não é

reconhecida aquém de uma pequena parcela, ousamos dizer, interessada por sua existência. Parece duro, mas a reforçar-se por índices de audiência por exemplo a EBC está no nível mais baixo, demonstrando que ela as vezes existe para cumprir prerrogativas judiciais, mas que não tem efetividade como teria potencial para ser.

A partir do impeachment o que se observa, já que partimos do pressuposto de anteriormente um exercício de CP por parte da EBC, parte-se do ponto que com as modificações apresentadas a partir do seu viés público, trazido na seção 5.1 e a partir do confronto de alterações existentes apresentadas na seção 5.2, o que se tem foi uma desestruturação de pontos que trouxemos como fundamentais para compreender os conceitos, ou seja as alterações ferem o que temos enquanto promulgação de cidadania e interesse público, abordados nas seções 2.2 e 2.3, de modo que culmina na não completude de PPC eficazes socialmente falando para a nação e corroborando para tal afirmação temos falas dos entrevistados no videodocumentário.

Figura 17 – Capa do videodocumentário.



Fonte: Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=MGuFim7dJHI>

Por conseguinte, traz-se no título deste produto a palavra “Temeroso” referindo-se aos resultados que encontramos, a analogia proposta se dá pela sintaxe da palavra e ironia para com o governante em exercício Michel Temer. Ao trazermos o verbo “temer” como transitivo indireto temos seu sentido como algo a “ter receios”, reforça um sentido de “preocupação” e é esse receio e temor que temos enquanto resultado, pois a partir de afirmativas dos

entrevistados e acadêmicas o futuro da CP no Brasil está condenado se algo não for feito para modificar o presente, e uma luz no fim do túnel se promulga com uma reforma da mídia.

É preciso reavivar as pesquisas em CP na nação e na empresa, algo que existe no papel, mas é preciso por em prática efetiva chegando enquanto PP para a sociedade, um adendo é o Centro de Pesquisa Aplicada em Comunicação Pública¹⁰ que existe no site da EBC, mas não apresenta ações sociais midiaticizadas para conhecimento da população.

Ao abordamos neste relatório a EBC enquanto instituição, e não obstante aos seus produtos, mesmo que não fazendo uma análise sintática de toda essa gama rica que se tem, estamos somente ainda na cereja do bolo do que tange a instituição EBC. O produto audiovisual apresenta as implicações do que se questiona e traz em seu cerne como a insatisfação constante dos que por meio dele participaram expondo ao longo deste um processo de reflexão e continuidade a partir da interlocução de pesquisadores e espectadores do trabalho, reforçando que a discussão não pode ser encerrada aqui e que cada vez mais é necessário debater PPC e CP e como estas tem papéis fundamentais para o país, para a América Latina e para a sociedade de maneira geral.

Reconhecer a EBC enquanto algo que nasceu em prol da CP e PPC, sendo resposta social do que a legislação promulga enquanto valores cidadãos e de IP é afirmar a preferência do Estado frente à comunicação assim como em outras áreas essenciais para a sobrevivência humana como saúde e educação. Ao perfilhar tal temática temos como respostas uma aparente denuncia de desmonte da comunicação pública, a partir do que traz nos primórdios com o impeachment das medidas provisórias e a partir das alterações sendo que EBC está sendo transformada em empresa para atender aos interesses do governo.

Não cabe neste trabalho julgar se o governo de Michel Temer é legítimo ou não, cabe a nós entender que enquanto cargo máximo exercido nesta nação Temer promulgou mudanças as quais deram uma ressonância de incidência governamental, mas que são reforçadas pela instituição da CP no Brasil que nasce de uma maneira mercantilizada e que não tem condições ainda de concorrer com exemplos mundiais como a BBC.

As perdas no caminho após 2016 se dão muito exemplificadas como a perda do Conselho Curador, que servia como um exemplo mais claro de participação da sociedade civil dentro de uma empresa pública. A troca do comando da empresa a partir de cada mudança do

¹⁰ Existe uma aba no site da EBC em que traz o Centro de Pesquisa Aplicada em Comunicação Pública em suas ações institucionais, mas a única coisa que se apresenta é somente o link acessado no dia 10/06/2017, às 13:31. Cf. <http://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/centro-de-pesquisa-em-comunicacao-publica>.

Executivo também extinguiu uma promulgação antiga da lei, e que a priori faz com que quem gerencia a EBC em futuros seja também “pareado” no sentido de mudanças a cada troca de executivo. Tal modificação num futuro ainda desconhecido pode ferir os projetos que a empresa executa.

Além disto, o produto deste trabalho vem representar que procuramos fazer um debate qualificado sobre comunicação pública e sobre o protagonismo da EBC pós-impeachment e que tal debate precisa ainda e muito de ser realizado, pois a história em curso é latente e a sociedade ainda não tomou agrado da real importância que a comunicação tem para sua existência, pois ainda a consciência social é regida por um sistema de comunicação privado. E como a EBC foi a primeira experiência de construção de um campo público de comunicação no país de uma história ainda recente, de uma década de nascimento, voltada para a difusão de conteúdo pautada na cidadania e no interesse público ela muito ainda pode contribuir e ir se adaptando a realidade do Brasil.

Apesar de não trazermos análises quanto aos produtos da EBC, mas podemos apresentar um resquício de uma analogia do que se tem de sucesso reconhecido, como por exemplo: “a TV Brasil é o único canal da TV aberta com programação infantil, revertendo uma lógica imposta pelo mercado de que hoje, no Brasil, só podem assistir programas infantis as famílias que quem tem dinheiro para pagar uma assinatura de TV” (PORTAL VERMELHO, 2017). Sem contar com os textos e serviços prestados pela Agência Brasil que prestam um serviço social.

Após a edição da MP 744 em setembro, as relatorias da ONU e da OEA, assim como a Aliança da Mídia Pública Internacional (que reúne mais de 100 emissoras públicas do mundo), e Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais, além do Ministério Público Federal e do Conselho de Comunicação Social do Senado, emitiram notas e pareceres contrários à medida.

Os órgãos destacam que a retirada do caráter público da EBC revela um descompromisso com a construção de um país mais respeitoso e inclusivo, que trate a comunicação como política pública e como um dos direitos humanos fundamentais reconhecidos pelas Nações Unidas. (PORTAL VERMELHO, 2017).

O fato é que se a extinção de um Conselho Curador o qual a sociedade se sentia participativa foi extinto, quais os motivos para tal retirada, tendo em vista diversas manifestações de insatisfações, porque a legislação enquanto autoridade não retoma tal aspecto. O sistema público por lei deve cumprir o papel fundamental para a promoção da diversidade e chegamos a um consenso que o período supracitado fere pontos da CP, não a

extingue totalmente, pois o serviço ainda é mantido por mais que seja pouco e modificado ainda existe o exercício da EBC entretanto seu viés público foi ferido, suas alterações caminham sim para um desmonte de um órgão público que perde sua eficiência e motivação de existir ao se aparelhar com o governo. Qual o futuro da EBC? O debate precisa ficar aberto, pois o futuro ainda é incerto.

O produto deste mestrado encontra-se disponível em modo público na plataforma de vídeos Youtube, pelo seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=MGuFim7dJHI> ou pelo título: Um debate Temeroso - por Maria Emília.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, M. A. D. Comunicação pública da ciência no ensino superior: diagnóstico preliminar e proposições sobre a divulgação científica na Universidade Federal de Uberlândia. 2015. 159 p. Dissertação (Mestrado Profissional Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17478/1/ComunicacaoPublicaCiencia.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2017.
- Arendt, H. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- Arendt, H. Entre o passado e o futuro. Trad. Mauro W. Barbosa. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- Arendt, H. Homens em tempos sombrios. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Arendt, H. Sobre a violência. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. EBC adota demissão voluntária até dezembro. Rio de Janeiro, 1 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/ebc-adotara-plano-de-demissao-voluntaria-ainda-este-ano/>>. Acesso em: 2 nov. 2016.
- Benevides, M. V. Cidadania e direitos humanos. In: CARVALHO, J. S. (Org.). Educação, cidadania e direitos humanos. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 43-65.
- Brandão, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org). Comunicação pública. Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1-33.
- Bucci, E. Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa branca e o direito à informação no primeiro governo Lula. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- Bucci, E. Sobre a independência das emissoras públicas no Brasil. Eptic, Sergipe, v. 15, n. 2, p. 121-136, 2014.
- BUCCI, E. Sobre a independência das emissoras públicas no Brasil. Eptic Online, v. 15, n. 2, p. 121-136, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/944/816>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

Bueno, F. da S. Minidicionário da língua portuguesa. Ed. rev. e atual. por Helena Bonito C. Pereira, Rena Signer. São Paulo: FTD, 1996.

Bustamante, E. Políticas de comunicação: um desafio atual. Em: Moragas, M. de. (Ed.) Sociologia da comunicação de massa: novos problemas e transformações tecnológicas. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1986. p. 125-143.

BRASIL. Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962a. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Seção 1, p. 2432.

BRASIL. Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm>. Acesso em: 3 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; [...] Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 abr. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm>. Acesso em: 5 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017. Altera a Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008, que "Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 mar. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13417.htm> Acesso em: 3 mar. 2017.

BRASIL. Resolução nº 35 do Senado Federal, de 2016. Dispõe sobre sanções no processo de impeachment contra a Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 31 ago. 2016a. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Senado Federal. Ata da 71ª Sessão Deliberativa Extraordinária. Brasília,

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

CARNEIRO, G. B. Bens públicos e bens privados. 2008. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/pfufmg/index.php/pagina-inicial/saiba-direito/91-bens-publicos-e-bens-privados>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

Comparato, D. Da criação ao roteiro: teoria e prática. Direção: Francisco Ramalho Jr. São Paulo: Summus, 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. 2016: o Brasil esfacelado pelo golpe. Brasília, DF, 2017.

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2., 2015, Campina Grande. Educação e cidadania: uma reflexão sob a ótica de alunos do curso de pedagógica em Mossoró-RN. Rio Grande do Norte: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA14_ID7706_08092015210212.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

Correia, M. B. M. Programa de Demissão Voluntária: uma reflexão sobre os efeitos do PDV nos trabalhadores idosos da PUCSP. 2008. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

Coutinho, I. (Org). A informação na TV Pública. Florianópolis: Insular, 2013.

COUTINHO, I. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: a análise da materialidade audiovisual como método possível. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. Anais... São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

Dahl, R. A. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2005.

Della Vechia, R. da S.; Silva, V. R. da. Texto editorial. Revista Sociedade em Debate: Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, v. 23, n. 1, p. 1-23, 1 jun. 2017.

Di Pietro, M. S. Z. Direito administrativo. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, A. M. C. Uma história da TV Pública brasileira. 2013. 286 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15462/1/2013_AngelaMariaCarratoDiniz.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2017.

DUARTE, J. Comunicação pública. [2006]. Disponível em: <<http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComPública/Duartevf.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

Duarte, J. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, J. Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 59-71.

Duarte, J. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul, SP: Difusão,

2011. p. 121-134.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. EBC anuncia Plano de Demissão Voluntária. Brasília, DF, 14 dez. 2017a. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/ebc-anuncia-plano-de-demissao-voluntaria>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Manual de Jornalismo EBC. 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/sites/default/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Moção de repúdio contra medida provisória que desmonta a EBC. Brasília, DF, 2 set. 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contra-medida-provisoria-que-desmonta-a-ebc>>. Acesso em: 15 out. 2017.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. O que é a EBC. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: <www.ebc.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2017.

ESTADÃO CONTEÚDO. Caso Taís Araújo: comissão pede explicações a presidente da EBC. Veja, 28 nov. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/entretenimento/caso-tais-araujo-comissao-pede-explicacoes-a-presidente-da-ebc/>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

Etges, H. A. As políticas de televisão a cabo: um estudo comparado entre Argentina e Brasil. 1996. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade dos Meios de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

Faoro, R. Os donos do poder no Brasil: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

Faria, A. M. Imprensa e interesse público. In: DUARTE, J. Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 174-179.

FIALHO, J. C. Ameaças à comunicação pública no Brasil e na Argentina: os casos da EBC e da Ley de Medios. 2017. 54 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2017.

Freyre, G. Casa-grande e senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. A travessia social: uma ponte para o futuro. Brasília, DF, 2016.

GECOM. EBC abre Plano de Demissão Voluntária (PDV). Brasília, DF, 18 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/noticias/2017/12/ebc-abre-plano-de-demissao-voluntaria-pdv>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

Gil, P. G.; Matos, H. Quem é o cidadão na comunicação pública? In: MATOS, H. (Org.). Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013. p. 89-105.

HASWANI, M. F. Comunicação pública: bases e abrangências. São Paulo: Saraiva, 2013.

IACOMINI, F. et al. Temer na EBC: uma análise da cobertura da rede pública brasileira dos 111 dias de governo interino. Rumores, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 250-270, 23 nov. 2017.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-677x.rum.2017.131346>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

INTERVOZES (Brasil). Debate evidencia diferença entre 'público' e 'estatal'. São Paulo, 10 maio 2007. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=18347>>. Acesso em: 15 out. 2017.

KUNSCH, M. M. K. (Org.). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. (Série Pensamento e Prática, v. 4).

LAMBERTUCCI, A. R. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, L. (Org.). Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009. p. 70-89.

LEAL FILHO, L. L. Notas de conjuntura. Ameaçada, comunicação pública é vital para a democracia. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1194/pdf1194>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

LEAL FILHO, L. L. Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso Brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009.

LIMA, F. P. A dimensão comunicacional da estratégia: a estratégia organizacional como prática comunicativa na Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LIMA, V. A. Regulação das comunicações: história, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.

LÓPEZ, J. Propuesta general de comunicación pública. Bogotá: [s.n.], 2011.

LOWI, T. J. American Business, Public Policy, Case-Studies, and Political Theory. World Politics, Baltimore, v. 16, n. 4, p. 677-715, 1964.

LOWI, T. J. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. Public Administration Review, Washington, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1972.

KOÇOUSKI, M. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, H. (Org.). Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013. p. 71-96.

MacBRIDE, S. Many voices, one world. New York: Unesco, 1980.

MATOS, H. Comunicação política e comunicação pública. Organicom, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 58-73, 2006.

MATOS, H. (Org.). Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MATOS, H. Comunicação pública no Brasil e na França: desafios conceituais. In: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. Anais... São Paulo: Intercom, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3060-1.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

MENEZES, S. P. Logo e a formação de professores: o uso interdisciplinar do computador na educação. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MIOLA, E. Radiodifusão, jornalismo e esfera pública. O debate em torno da criação da Empresa Brasil de Comunicação na imprensa. In: CORREIA, J. C.; MAIA, R. C. (Org.). Public Sphere Reconsidered: Theories and Practices. Covilhã: Livros LabCom, 2011. p. 201-216.

MIOLA, E. A radiodifusão pública no sistema da política mediática: o caso da Empresa Brasil de Comunicação. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 5., 2013, Curitiba. Anais... Rio de Janeiro: Compolitica, 2013. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT07-Políticas-de-comunicacao-EdnaMiola.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

MORAES, D. A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. Resenha de: SILVA, M. A. R. da. [A batalha da mídia]. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2009. Disponível em:

<<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/793/1435>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

MORAES, I. A. de. A política externa de boa vizinhança dos Estados Unidos para América Latina no contexto da Segunda Guerra Mundial. 2008. 50 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: BARROS, A.; DUARTE, J.; (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 269-279.

MUCINHATO, R. M. D. Um passo adiante, dois passos para trás: o PMDB de 1979 a 1982. 2015. 164 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MURTINHO, R. M. de M. T. Estado, comunicação e cidadania: diálogos pertinentes sobre a relação entre direito à saúde e direito à comunicação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2012.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Uma ponte para o futuro. Brasília, DF: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

PAULINO, F. O.; SILVA, L. M. da (Org.). Comunicação pública em debate: ouvidoria e rádio. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2013.

PAULINO, F. O.; GUAZINA, L.; OLIVEIRA, M. Serviço público de mídia e comunicação pública: conceito, contextos e experiências. Comunicação e Sociedade, Braga, v. 30, p. 55-70, 28 dez. 2016. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.30\(2016\).2485](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.30(2016).2485)>. Acesso em: 28 fev. 2017.

PENTEADO, C. C.; FORTUNATO, I. Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 30, n. 87, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17666/3087129-141/2015>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

PEREIRA FILHO, J. J. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o desafio da participação social: estudo sobre o Conselho Curador. 2015. 160 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, NJ: Chatham House, 1986.

PIERANTI, O. P. Políticas públicas para radiodifusão e imprensa. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

PINTO, E. de L.; COSTA, B. L. C. A distinção entre público e privado e sua caracterização

no âmbito do Estado brasileiro. Revista Digital de Direito Administrativo, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 311-323, 1 set. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2319-0558>>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdda/article/viewFile/84744/92164>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

<https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558>

PMDB muda de nome e passa a ser MDB. Repórter Nacional, 19 dez. 2017. Disponível em: <<http://radios.ebc.com.br/reporter-nacional/2017/12/pmdb-muda-de-nome-e-passa-ser-mdb>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

PORTAL VERMELHO. Aprovação da MP 744 não encerra luta em defesa da EBC, diz FNDC. Rede Brasil Atual, São Paulo, 13 fev. 2017. Cidadania. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/02/aprovacao-da-mp-744-nao-encerra-luta-em-defesa-da-ebc-diz-fndc>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

RAMOS, F. P. Mas afinal... o que é mesmo documentário? São Paulo: Senac, 2008.

RAMOS, M. C. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MELO, J. M. de; SATHLER, L. Direitos à comunicação na sociedade da informação. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005. p. 245-253.

RAMOS, M. C.; SANTOS, S. (Org.). Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007.

REALE, M. Lições preliminares de direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RISCADO, P.; MENEZES, M.; AGUM, R. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. Agenda Política, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015. Disponível em: <<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/viewFile/67/63>> Acesso em: 28 fev. 2017.

ROTHBERG, D. Jornalismo público: informação, cidadania e televisão. São Paulo: Unesp, 2011.

RUA, M. das G.; ROMANINI, R. Para aprender políticas públicas. Unidade IV - Tipologia e tipos de políticas públicas. Brasília, DF: IGEPP, 2014. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_04.pdf> Acesso em: 17 jan. 2017.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). Políticas públicas: coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006. 2 v. (Obra compl.).

SEM TEMER. Folha de São Paulo, São Paulo, 4 jun. 2017. Opinião. Editorial. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/06/1890032-sem-temer.shtml?loggedpaywall>. Acesso em: 5 jun. 2017.

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Civitas Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 29-57, 2005.

SILVA, L. M. Jornalismo público: o social como valor-notícia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 11., 2002, Rio de Janeiro. Anais.. [S.l.]: Compós, 2002. p. xx-xx.

SISTEMAS públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Intervezes, 2009. (Coleção Comunicação). Disponível em: <<http://www.intervezes.org.br/arquivos/interliv004spcmepb.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

SEVERINO, T. N. Programação na televisão pública: uma análise da TV Brasil. 2015. 179 p. Dissertação (Mestrado em Imagem e Som) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SOARES, M. E. D. O espetáculo da morte na ausência do sujeito: a disfunção social do jornalismo policial. 2015. 77 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, v. 16, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SUNDFELD, C. A. Fundamentos de direito público. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

TAVARES, A. F. Comunicação pública e acesso à informação: o interesse público presente nas produções da assessoria de imprensa da prefeitura de Santarém (PA). 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias, Comunicação e Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

TEIXEIRA, G.; COUTINHO, I. A representação dos conteúdos DIV no Opinião Minas: Como são trabalhados os conteúdos diversos em um programa de caráter público. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 22., 2017, Volta Redonda. Anais... São Paulo: Intercom, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2017/resumos/R58-0027-1.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

TERRA, F. H. B. Conseguirá o Sr. Temer fazê-lo? *Brazilian Keysenian Review*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 141-150, 2016.

UNESCO. Public Broadcasting: How? Why? Montreal: World Radio and Television

Council, 2000.

VALENTE, J. Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009a. cap. 1, p. 25-46.

VALENTE, J. TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009b. 208f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

VIDAL, D. M. de M. Imprensa, jornalismo e interesse público: perspectivas de renovação: a notícia cidadã. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5325/1/2009_DelciaMariadeMattosVidal_sem%20anexos.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2017.

VIEIRA, A. M.; COUTINHO, I. M da S. Participação e autonomia relativa no Conselho Curador da EBC. Comunicação e Sociedade, Braga, v. 30, p. 187-204, 28 dez. 2016. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.30\(2016\).2493](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.30(2016).2493)>. Acesso em: 28 fev. 2017.

WEBER, M. H. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p. 101-120. (Série Pensamento e Prática, v. 4).

ZÉMOR, P. As formas da comunicação pública. In: DUARTE, J. (Org.). Comunicação pública. Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 214-245.

APÊNDICE A - Roteiro

1 EXT. EBC / BRASÍLIA - DIA -> NOITE

[L]
[SEP] Abertura com digitação do título - Time Lapse

Música - O Guarani - Carlos Gomes

Áudio base Rádio Câmara

2 EXT. EBC - DIA

[L]
[SEP] Gravação Caique: destaque comunicação pública e comunicação governamental

3 INT. VISION - DIA

Gravação Tereza - Lei nº 11.652

4 EXT. EBC - DIA

[L]
[SEP] Gravação Caique: comunicação é uma só

5 EXT. UnB - DIA

[L]
[SEP] Gravação Murilo: Políticas públicas de comunicação

6 EXT. FIOCRUZ - DIA

[L]
[SEP] Gravação Rodrigo: existe comunicação pública no Brasil / EBC pássaro isolado /

Estado falando

7 EXT. UnB - DIA

[L]
[SEP] Gravação Murilo

8 INT. VISION - DIA

Gravação Tereza: transfigurou-se

9 EXT. UnB - DIA

[L]
[SEP] Gravação Murilo

10 ARTES MANCHETES

Áudio base Rádio Câmara

11 EXT. ENTREVISTAS ALTERNADAS (com e sem letterings)

RODRIGO

TEREZA

CAIQUE

MURILO

12 LETTERINGS - FUTURO EBC - FALAS CONCLUSIVAS

13 BRASÍLIA - NOITE - SOB SOM - O Guarani

CRÉDITOS

ANEXO A - Autorizações de uso de imagem

Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Campus Santa Mônica, Bloco 1G - Uberlândia-MG Fones: (34) 3238-4163

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Rodrigo Murinho da Martinez Torres, portador da Cédula de Identidade nº.: 04.738.406-0 Detran/RJ, inscrito no CPF sob nº 012.574.727-63, AUTORIZO o uso de minha imagem, sem finalidade comercial, para ser utilizada no trabalho de mestrado da discente Maria Emília Duarte Soares. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Em, 29 de novembro de 2017.

Assinatura

Rodrigo Murinho
Diretor
ICICT / Flocruz
SIAPE: 1556165
Pesquisador em Saúde Pública



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Campus Santa Mônica, Bloco 1G - Uberlândia-MG Fones: (34) 3239-4163

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu Prof. Maria Tereza Mendes

portador da Cédula de Identidade nº 317 508, inscrito no CPF sob nº 08 536 996 133

residente à Rua DL 11 - cap 1 of 3ª Shm, na cidade de Bom-Bom - DF

AUTORIZO o uso de minha imagem, sem finalidade comercial, para ser utilizada no trabalho de mestrado da discente Maria Emilia Duarte Soares. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Uberlândia, 24 de novembro de 2017.

Maria Tereza Mendes

Assinatura



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Campus Santa Mônica, Bloco 1G - Uberlândia-MG Fones: (34) 3239-4163

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu CARLOS HENRIQUE NOVIS,
portador da Cédula de Identidade nº 05316372-1 199/87, inscrito no CPF sob nº 841.945.887-20,
residente à Rua SGCV Sul Lotes 2470 Bloco A Aptº 406, na cidade de BRASÍLIA, DF.,
AUTORIZO o uso de minha imagem, sem finalidade comercial, para ser utilizada no trabalho de mestrado
da discente Maria Emília Duarte Soares. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o
uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades.
Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser
reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Uberlândia, 27 de NOVEMBRO de 2017.

Assinatura



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Campus Santa Mônica, Bloco 1G - Uberlândia-MG Fones: (34) 3239-4163

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu CARLOS HENRIQUE NOVIS,
portador da Cédula de Identidade nº 05316372-1 199/87, inscrito no CPF sob nº 841.945.887-20,
residente à Rua SGCV Sul Lotes 2470 Bloco A Aptº 406, na cidade de BRASÍLIA, DF.,
AUTORIZO o uso de minha imagem, sem finalidade comercial, para ser utilizada no trabalho de mestrado
da discente Maria Emília Duarte Soares. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o
uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades.
Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser
reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Uberlândia, 27 de NOVEMBRO de 2017.

Assinatura